CRÔNICA DO CEARÁ AGRÁRIO

FUNDAMENTOS DO EXERCÍCIO AGRONÔMICO

ENSAIO

EDUARDO CAMPOS

CRÔNICA DO CEARÁ AGRÁRIO

FUNDAMENTOS DO EXERCÍCIO AGRONÔMICO

ENSAIO

Fortaleza
1989

C198c Campos, Eduardo
Crônica do Ceará agrário: fundamentos do exercício agronômico; ensaio. Fortaleza, Stylus, 1988.
213p.

1. Agricultura – Ceará. I. Título.

CDD – 630

INTRODUÇÃO

TRANSPARENTE, AO LEITOR OBSEQUIOSO, O SIGNIFICADO DO PRESENTE ensaio a que me proponho, com factível interesse e não menor entusiasmo, localizar no tempo e no espaço a ação da atividade campestre do homem no Ceará, anotando, observando e explicando, tanto quanto possível, suas características de dedicação à agricultura incipientemente praticada.

Não pensei em nenhum momento firmar aqui o que se pode compreender por fundamentos definitivos das ocupações agronômicas do interiorano (do íncola ao tipo sertanejo, que o sucedeu), mas, diante da precariedade das informações de que se dispõe, creio que concorro, sob certa forma romântica, para ver o Ceará e sua gente no desafio da exploração fundiária, em sítio onde a terra, sob oportuno referir de Afonso Arinos de Mello Franco, é "namorada desigual e cheia de vontades."

Deliberadamente não demoro sobre o tema da cultura do algodão e do café, nem me esforço para contar – e nesse caso seria recontar – o desempenho das oficinas de carne, estas de emulação nitidamente industrial. Tanto este

assunto, quais os precitados, o foram contemplados com indispensável inteligência por expressivos estudiosos de nossa província.*

Também de toda conveniência deixar advertido: cuido de elucidar **fundamentos** e não propriamente os f**undamentos** da diligência campestre de cultivo e pecuária.

A sutileza semântica por certo não explica bem, mas nem tudo – é o consolo – está ainda convenientemente expressado neste mundo. No fundo mesmo da idéia principal e da minha intenção lastreia-se o desejo, que nunca me contenta**, de praticar com seriedade junto a historiadores, sociólogos, cronistas e escritores, mais uma vivida etapa de meu exercício amador de pesquisador, dedicado ao resgate do quotidiano do Ceará, ao qual me submeto com todos os meus mais legítimos sentimentos.

---

* Ver de Raimundo Girão (algodão, café etc.): "História Econômica do Ceara"; de Juvenal Galeno (café): "Ligeiras Notas Sobre o Café no Estado do Ceara"; de Geraldo Nobre (charqueadas): "As Oficinas de carne no Ceará: uma solução local para uma pecuária em crise"; de Valdelício Carneiro Leão (idem): "As Oficinas ou Charqueadas no Ceará."

**Ver do autor, na linha deste estudo: "Complexo de Anteu"; "A Viuvez do Verde"; "Procedimentos de Legislação do Ecúmeno Rural e urbano do Ceará" e "A Fortaleza Provincial: Rural e Urbana."

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 5

1

O índio e a exploração da terra – O mundo, o vasto mundo dos sertões – A roça abandonada mas produtiva – Os doces sonhos pelos **açúcares** 11

2

A realidade agrária do índio – O primitivo exercício agronômico – A instabilidade e o terror – A incômoda presença selvagem 35

3

A rotatividade de solos – Os agricultores e a "namorada desigual" – Os cultivadores de subsistência – A diferente terra dos brejos – A presença mística de Deus – Serviço e Obrigação – Onde aparece o negro – Os difíceis caminhos 47

4

O "pão do Brasil" – A engenharia primitiva da arte de fazer farinha – As crises da mandioca – A presença do legislador autoritário – As fábricas de plantações de farinha – Antigas posturas municipais – Farinhada, a festa de engenho do Ceará 73

5

O boi toma conta do sertão – Os currais – Onde se vive de sol e solidão – O vaqueiro: índio domesticado ou caboclo – Legislação de proteção ao criatório – Uma fazendeira realmente de grandes cabedais – Gados graúdos e miúdos – Porcos chafurdentos e as imundícies 95

6

Final de século – A descoberta oficial da indústria agrária – O “Amigo do Lavrador” – As máquinas começam a chegar – O espetáculo da locomotiva “Fortaleza” – O Primeiro Congresso Agrícola do Ceará – A IFOCS civiliza os sertões – O fazendeiro destronado 129

7

A importância das águas – A inteligência inventivada de M. A. Macedo – O problema de regadio no Crato e em Maranguape – O tinguijamento – As proibições em favor da salubridade das correntes d’água – Como procedia oficialmente a legislação em meados do século 151

8

A aventura de uma viagem aos sertões – Pontes e pedágio – O Congresso dos Prefeitos Municipais do Estado do Ceará, em 1922 – A estrada de ferro – Os municípios – Depoimento agropastoril – Os salários pelos sertões – O carro de boi e o rio que é estrada – O parque industrial.. 161

9

A roça de algodão, milho e feijão – A eleição do solo e seu preparo para o plantio – A pouca civilização do interior agrário – Os paióis e os novos silos de cimento – O criatório, os maquinistas e a comercialização do algodão – A Revolução de 30 e o rigor semântico 187

APÊNDICE 201

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 207

1

O índio e a exploração da terra – O Mundo, o vasto mundo dos sertões – A roça abandonada, mas produtiva – Os doces sonhos pelos "açúcares"...

HOUVE MOMENTO – NATURALMENTE EM PERÍODO LONGO E NEBULOSO de nossa história – em que os acontecimentos confluem para explicar que os autóctones, por experiência e agruras das alterações clímicas, tinham predileção de pouso pela proximidade do mar. Não é de admirar que, não prioritariamente por esse motivo, mas, certamente, pelo receio do que não sabiam estar na interioridade dos sertões, o povoamento teve acentuada tendência a amarrar-se na costa.

"No breve decurso de sua influência" – afirma Josa Magalhães ao tratar da presença do vaqueiro na história do Ceará – "cada explorador (Pero Coelho de Sousa, Soares Moreno, Jesuítas e Holandeses) fazia reduzido reconhecimento em alguns pontos da costa, chantando fortificações defensivas, fundando pequenos aldeamentos e, particularmente, lançando os fundamentos da cidade de Fortaleza." (1)

Os índios no Ceará não procediam de modo diferente. Preferiam também, em maior número, habitar a orla marítima. "A floresta e a caça efetivamente abundantes eram "de sua atração." Mas além disto, a excelente água

(1) "O Vaqueiro na História do Ceará", RIC, Fortaleza, 1970, vol. 88, pág. 94.

farta e perene dos numerosos ribeiros, que desciam das encostas, e a terra fértil e fresca que proporcionava o cultivo seguro do milho e da mandioca, fixavam os nativos com vantagens em relação às outras partes conhecidas, especialmente nas praias arenosas." (2)

Dispondo de vasta área de terra virgem para desbravamento e cultivo, a população indígena – com maior assiduidade em tempos recuados – cumpria abusivo aproveitamento do solo (**agros per annos mutant et superest ager**), normal comportamento a exercício agrário de primitivos, vezo que tinham estes de, todos os anos, plantar em áreas não trabalhadas antes, por haver sempre em disponibilidade suficiente chão agricultável para quantos habitantes existissem "esparcidos em um vasto território." (3) De igual modo praticavam os nossos íncolas, e, naturalmente sob outra razão, de que a terra virgem, por essa prática, estava mais gorda e capaz de produzir mais, no que repetiam sem o saber os deficientes cuidados agronômicos dos germanos dos tempos de Tácito (da mesma forma, dos suelvos, de César), desfrutando as forças guardadas durante milênios na terra virgem, sem empregar nenhum método de cultura aperfeiçoada." (4)

Em verdade, por considerarem que a terra à sua volta já não produzia suficientemente, ou por outra eleição de raciocínio, ou, ainda, pela implicação de circunstâncias especiais – presença de tribos inimigas, escassez de caça etc.–, os ameríndios não permaneciam morando numa aldeia mais do que o tempo em que durava, para apodrecer, a palha da coberta de suas casas. (5), "espaço de três ou

---

(2) Thomaz P. Sobrinho, in "Três Docs. do Ceará Colonial", p. 45.
(3) Carlos Nardi-Greco, "Sociologia Jurídica", p. 103.
(4) o.c., idem.
(5) Frei Vicente do Salvador, "Hist. do Brasil", pág. 80.

quatro anos", quando então se mudavam para nova área bem situada, "com água e terra para suas roças e sementeiras, que eles dizem ser a que não foi cultivada." (6)

Nessa moldura de limitações, e sob iguais fatores de apropriação do solo, o gentio atuava no Ceará. Este, no referir de alguns estudiosos, era nômade. Fosse ou não, tudo indica não se ter afeiçoado, em sua tradição, a plantar em sítio cultivado anteriormente. Dava-lhe entusiasmo a terra dormida, virgem, e que, sem maior empenho, respondesse satisfatoriamente na messe obtida.

O chão novo, ainda não submetido a trato agrícola, representava quase sempre a confirmação de que, da maneira como empreendido, garantia-lhe a sobrevivência, procedimento amparado sem dúvida alguma nas "forças bioquímicas" – as mesmas naturalmente apropriadas pela experiência de primitivos – "oferecidas com prodigalidade pela terra inculta." (7)

Em fase muito por diante, superado o ato de cavar o chão com paus, o gentio utiliza o machado de pedra, ou, já experimenta a eficiência de instrumentos agrícolas feitos de ferro, que passa a conhecer manejados pelos brancos; motivo de certo modo aliciante, mais do que a salvação de sua alma, para conviver com eles. Quando o Padre Luiz Figueira tenta a adesão dos principais na Ibiapaba, persuadindo-os a se juntarem e "roçar em certa parte mais acomodada", um deles, o renitente **Lagartixa espalmada**, desse modo chamado, repudia a proposta de ter "cõq. roçar" – natural fosse uma foice ou machado, de que tanto carecia –, e se distanciou do

---

(6) o.c., idem, ibidem. Ver Florestan Fernandes, "Organização Social dos Tupinambás", .7 pág. 95.
(7) Carlos Nardi-Greco, o.c., pág. 147.

missionário, indo cuidar de seus algodões, à sua maneira, conquanto, mais tarde, aceitasse-a. (8)

Pode-se mencionar caça e pesca como de vocação maior do ameríndio, mas certa, diante dos atuais estudos de etnobotânica (ver Claude Lévi-Strauss, Carls O. Sauer, Darrel Posey e outros), a predominância do interesse (perfeitamente justificado) do íncola pelas práticas agronômicas, de eleição os cometimentos à base do milho e da mandioca, como deparou o colonizador.

Custa crer corresponda à realidade a observação de Mello Moraes, de terem os silvícolas "repugnância invencível" pela agricultura (9), julgamento que parece não ajustado ao que deles afirmaram antes outras testemunhas com mais conhecimento, qual o Dr. Guilherme Piso, a ressaltar a compreensão do indígena em práticas de certa inteligência, a exemplo, no aproveitamento das cinzas, obtidas pela combustão de árvores derrubadas quando da abertura de roçadas, e utilizadas para adubar o solo, tornando-o adequado à germinação e produção de cereais americanos. (10)

Técnicas de remanejamento e uso do solo, de parte dos indígenas, contemplam-se hoje com estudos reveladores, pelos quais se vê que essa gente sempre esteve atenta a determinadas estratégias de plantio, pouco consideradas pelos estudiosos da especialidade entre nós.

Os que exercitavam a atividade agronômica no Ceará, sem dúvida sabiam cumprir o "sistema de cultivo itinerante", tal qual o praticam os índios Uaupés (noroeste da Amazônia), em cujas roças podem ser encontradas,

---

(8) "Relação do Maranhão", in "Três Docs. do Ceará Colonial, p. 111.
(9) "Corografia do Império do Brasil", pág. 260.
(10) "Hist. Natural e Médica da Índia Ocidental", 1957, pág. 40.

além da mandioca, banana, inhame, batata-doce, pimenta, coca, pupunha, umari, ingá e "grande variedade de plantas medicinais", ainda que a área cultivada de mandioca seja da ordem de 91%. São perto de 137 os cultivares manejados empiricamente. Mas destacável aí o sistema de cuidados para a seleção, por exemplo, de cultivares de mandioca, obrigados todos à regra – interessantíssima – de reciprocidade na tarefa de obtenção das espécies. (11)

Lendo-se o testemunho da "Relação do Maranhão", do inaciano Luiz Figueira, obra de 1608, tem-se a idéia de que, a despeito das condições fitogeográficas da Ibiapaba, a aplicação de cultivo dos naturais, por qualquer razão, não encorajava. Ao se agasalharem em uma das choças da indiada visitada, os missionários receberam desanimadores presentes representados por "mea duzia de espigas de milho", "hu palmito", "uma Abobora, q'era o de mais preço, enfim, palmitos e algu milho", "**tudo de muito ordinário**" (grifamos) e pouco para a estadia, ali vencida de quinze dias. (12)

O exercício de campo do gentio, estudado em mais profundidade, revela justificado manuseio de dezenas de plantas – ervas, cipós, arbustos etc. – indispensáveis ao quotidiano da tribo; à complementação de dieta e procedimentos em favor da saúde da comunidade.

Os Kaiapó, mais próximos de nós, conhecem o valor do que se entende por plantas "semidomesticadas", intencionalmente manipuladas, no dizer de Darrel A. Posey, admitido assim o ato do transplantio de criaturas vegetais da floresta, quer primária quer secundária. Dessa forma eles cultivam marmelada dita do campo, araticum, jaca, jambo, açaí, jenipapo, tucumã, cumaru, murici, piqui, lima,

---

(11) "Os Cultivares de mandioca na área do Uaupés (Tukâno)", Janet M. Charnela, in "Súmula Etnológica Bras.", 1, pág. 154.
(12) in "Relação do Maranhão", pág. 84.

laranja-da-terra, mangaba, jatobá, ingá, babaçu, cajá etc., descontadas da listagem, que segue mais alentada, as espécies de adoção contemporânea. (13)

Através de recentes estudos de etnologia, a possibilidade de melhor entendimento a esse respeito incentivou-se. E já surpreende verificar a noção de disciplina e conhecimentos logísticos do agricultamento empreendido pelos kayapi (Amazônia), senhores de regras especiais para a eleição do solo onde pretendem cultivar, assim determinado: "1) junto às casas, dentro do perímetro da aldeia, com a formação de pomares, hortas medicinais e de plantas manufatureiras; 2) nas roças, que distam de 5 a 10 km da aldeia; 3) nas trilhas que ligam aldeias e roças entre si; 4) em pequenas clareiras feitas nas trilhas; 5) em locais onde encontram clareiras naturais ou onde derrubam árvores para coleta de madeira ou mel; 6) em sítios abertos "em memória do pai ou mãe que morrera"; 7) em micronichos especiais, tais como nas proximidades de rochas provenientes de bassalto."

Explica Warwick E. Kerr que os mencionados indígenas "plantam para assegurar sua subsistência; para banco de germoplasma e para fins medicinais, práticas religiosas, e para atrair a caça a determinados logradouros", apensando: "Um dos aspectos mais assinaláveis da agronomia e da botânica indígena é sua preocupação em manter a heterogeneidade genética das plantas, tal como ocorre na natureza." (14)

No contexto de cuidados do ameríndio prevalece o interesse por vegetais que praticamente não cultiva, po-

---

(13) "Manejo da Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kaiapó)", o.c., págs. 175, 176 e 177.
(14) Warwick E. Ker, "Agricultura e Seleções Genéticas de Plantas", idem, págs. 159 e 160.

rém os mantém por indispensáveis à sua demanda. A tanto, dispõe deles de modo profuso em seu meio ambiente, mas os considera apropriáveis e incorporados ao trato agronômico, na usufruição de efeitos decorativos, de ordem corporal, suprimento fitoterapêutico, ou, ainda, como coadjuvante da atividade de pesca e manufatura de apetrechos domésticos etc., etc.

Abundantes nesse rol os indivíduos vegetais tóxicos; não raros os parasiticidas que concorrem para lhes proteger o corpo contra a agressão de insetos; e, do mesmo modo, os que funcionam como ictiotóxicos.

Não descartado o uso das essências e resinas, raízes e corantes à base vegetal, que, possivelmente, por abundarem em determinadas áreas quando não por cultivo racional (como ocorre com o urucu e o jenipapeiro), acabam por assinalar a localização ideal de aldeamento.

Os tinguis (ictiotóxicos) são numerosos(15), seguidos do aproveitamento do jaborandi (produtor da policarpina), pucahi, tintaúba, cipó-de-macacos, ao lado de outras tantas criaturas vegetais de ação menos enérgica: guardião, tatujá, pitombeira, jatrofa etc.(16)

Os índios no continente sempre surpreenderam o colonizador com a extraordinária capacidade de tontear peixes e pescá-los à farta. Não raro, os missionários testemunharem a ida de índios a rios à noite, a "dar tingui" aos peixes; a se proverem a si e a visitantes.

A tradição aborígine fez chegar até os nossos dias o emprego de plantas ictiotóxicas. Estas, no Ceará, alinham-se deste modo denominadas: Mata-fome (**Paulunia elegans**,

---

(15) ver Eduardo Campos, "Procedimentos de Legislação Provincial do Ecúmeno Rural e Urbano do Ceará", 1981, págs. 31 e 32.
(16) Thomaz Pompeu de Souza Brasil (filho), "O Ceará no Começo do Século XX", 1909, págs. 134 e ss.

Caub); Sabonete **(Sapindus saponaria**, Linn); (**Sapindus marginatus**, Wildd); Tingui (**Magoni glabrata**, St. Hill.); Tingui da praia (**Budieja brasiliensis**, Jacq); (**Budieja connata**, Mart,), também conhecido por verbasco; Tingui verdadeiro (**Mascagnia cartacea**, Lefg); **(Macagnia rigida**, Griseb.) etc. etc.

O uso do urucu, de proteção e coloração da pele, é sobremodo importante para o gentio. Moisés Santiago Bertonio viu com atenção especial o procedimento indígena, anotando que o primitivo, quando "se frica bastante" com ele, fá-lo sob a intenção de que o "aceite penetre suficiente" e a pele "no tenga un aspecto desagradable. Cada manana temprano ei hombre se lavaba vigorosamente todo ei cuerpi, hasta que ei residuo dei urucu dei dia desapareciese completamente o casi. Agrego" – dizia ele – "que la urucuización se conservó a traves de las edades y de Continente..."(17)

Os guaranis – cujos hábitos foram convenientemente estudados por aquele etnólogo – sabiam desinfetar-se, utilizando por igual o suco do jenipapo, como também o decoco de pau amargo e de outras plantas (simaruba, quassia, simaba), aproveitados para preservar o corpo da picada de insetos. (18)

Podemos então admitir que em sua faina agronômica o gentio, habitante das terras do Ceará, procedesse de modo assemelhado com maiores opções de inteligência botânica, não circunscritas, naturalmente, apenas à atividade costumeira de plantar milho e mandioca, como de modo generalizado vem referido com persistência por quantos historiadores estudaram o desfrute das condições do meio ambiente pelo indígena.

---

(17) "La Higiene Guarani". Paraguai, 1927, pág. 50.
(18) o.c.. pág. 154.

Por certo, tão bisonho habitante desse território, de certo modo afeiçoado a valores produtivos, botânicos, da natureza circundante, devesse compreender quais os produtos que podiam em maior grau de solicitude acudir, de modo mais vantajoso, às suas necessidades e bem-estar social.

Pelo que a respeito ainda hoje fazem os índios de determinadas áreas da Amazônia, aceitável, sem erro, que o aproveitamento do urucu (para tintagem), do jenipapeiro (idem), do abio (idem), da anileira (idem), estava incorporado aos hábitos culturais do nosso íncola. (19)

Por oportuno valerá a pena mencionar a comunicação de Avellar de Barbado, em 3 de março de 1786, a Martinho de Mello e Castro, dizendo-se ocupado na investigação da "flora da Capitania, havendo encontrado três diferentes espécies de ipecacuanha desconhecidas em e Portugal, e diversas madeiras de que se extrahem tintas excelientes como o urucu, que dá hum encarnado que, beneficiado com a arte, não será inferior ao da cochonilia, a tatajuba, que faz hum excelente amarello, o pao d'arco, que também dá hum encarnado vivo, o pao branco, que dá um roxo carmezim." (20)

Numerosos os produtos vegetais quais a "seiva da entrecasca de ingá (**inga** sp.); a resina de jatobá (**Hymenaea** sp.) e muitas outras (21) manipuladas pelo índio bastante atento para a identificação de arbustos e também cipós venenosos utilizados principalmente na pesca (como vimos anteriormente), não esquecidas as gramíneas e folhas de palmeiras aproveitadas no fabrico de esteiras e cestos.

---

(19) Ver Tânia Andrade Lima. "Suma Teológica Bras.", nº 2, p. 182 e 55.
(20) B. de Studart, "Notas para a Hist. do Ceará", 1892, pág. 405.
(21) Tânia Andrade Lima, o.c., idem. ibidem.

A botânica agrícola, não totalmente revelada para nós, cheia de segredos e sutilezas, esconde-se naquilo que forçando um pouco a validade da explicação semântica é possível considerar por técnica indígena adaptada às circunstâncias determinantes de sua atividade botânica.

Estudos recentes, de caráter etnobiológico, sensibilizam-nos para a reatualização de muitos conceitos então aprendidos. Vê-se, por hoje, a exemplo, que as próprias capoeiras alcançam significativo aproveitamento agrícola, fator inconsiderado antes pelos estudiosos. Capoeiras, roças abandonadas, sob explicação de Darrel A. Posey, são **unidades de recursos** produtoras ainda de "uma variedade de alimentos que atrai a fauna selvagem: porcos-do-mato, quatis, pacas, cutias, veados e vários outros." (...) "Conscientes da importância das antigas roças para atrair a fauna, os Kayró abrem campos de cultivo a grande distância das aldeias, maximizando as potencialidades das mesmas." (...) "Sem embargo", prossegue, "na medida em que os grupos tribais entram em contacto com a sociedade nacional diminui, às vezes, de maneira dramática, a diversidade e a qualidade de seus alimentos. Isto se dá não apenas devido à redução drástica do território tribal, senão também porque os conhecimentos agronômicos, botânicos e zoológicos, deixam de ser transmitidos das gerações mais velhas às mais novas. Os agentes da "civilização, ao destruírem os mitos e crenças religiosas indígenas, afetam também aquelas vinculadas ao remanejo da natureza, uma vez que ambas se entrosam indissoluvelmente." (22)

Analisados em sua prática agrícola (a conceituação quer-se aqui bastante abrangente), tinham os nossos an-

(22) "Etnobiologia: Teoria e Prática", in "Suma etc.", Vol. 1, o.c., pág. 23 e 170.

tepassados surpreendente sentido de apropriação dos recursos naturais. Sabiam aproveitar-se de cipós, material indispensável à caça e à pesca, transformando-os, com engenho, em armadilhas que conseguiram chegar aos nossos dias sob as mesmas características iniciais. De estacas de sabiá e mais travessões de paus arrancados ao mato, e garranchos, construíam cercados (caiçaras) não só para reter animais como para prender o inimigo. Com cipó cururu ultimavam amarradios de toda ordem, procedimento incorporado à maneira cabocla de erguer a casa de taipa, em que o próprio cururu, fazendo entrelaçamento, facilita a união das varas para o recebimento da argila. De imbiratanha conseguiam cordas, assim como as obtinham do imbé. Cestões eram fabricados do cipó de escada, ainda hoje bastante utilizado nas serras para o preparo de caçuás destinados a transportar frutas a granel.

Não raro essa gente tomar beberagem extraída da jurema, espécie de licor sagrado, assemelhado ao **hatdisch**, no referir de Paulino Nogueira, com o qual se davam preparados para enfrentar os inimigos na guerra. Com o manacá podiam obter o mesmo "delírio furente."

Não se pode precisar desde quando, mas pelo século XVIII, ainda sob a informação de Paulino Nogueira, os tremembés "aldeados pelos Jesuítas e depois transferidos para Almofala, termo de Acaracú" (Acaraú) tinham conhecimento do valor que representavam as coisas, em termos comerciais, pois utilizavam como moeda, em suas transações, os **mimbós**, novelos de fio de algodão. (23) À falta de

(23) Cf. Paulino Nogueira, "Vocabulário Indígena" in "Revista do Instituto do Ceará", ano 1, tomo 1, pág. 210 e ss. Nomes científicos das espécies vegetais citadas: Imbé, **Philodendron guffiferum,** Kunti; Cipó de escada, **Bauhinia radiata,** Vell; Jurema, **Mimosa verrucosa,** Benth; Manacá, **Bruntelsia horeana,** Benth; Embiratanha, **Bombax** sp; Sabiá, **Mimosa caesalpiniaefolia,** Benth.

estudo capaz de explicar como na realidade se comportava o íncola do território cearense em sua atividade agronômica e negócios, fica difícil inventariar todas as suas ocupações campestres (rentáveis) e a importância econômica destas entre tribos, e o relacionamento com os brancos.

Reconheça-se no indígena o acurado engenho para fazer o aproveitamento de frutas de sua região. Em rigor sua tendência ao preparo de pelo menos 32 beberagens – notadamente vinhos – envolvia a utilização de cereais, raízes etc. E como observa Dom Domingos Loreto Couto: "Huns (vinhos) feitos da fruta a que chamão cajá, outros de Aipy, e são de duas castas, a húa chamão cavycaraçu, a outra cavymachaxera; outros fazem de banana, a que chamão abativy: outros de ananaz, que chamão manavy, he generoso, e eficaz; outros de batata que chamão jetivy. Outros de Jenipapo, chamado bacutinguy, he muito confortativo. Outros de beiju, que chamão de taipocuy, outros de assucar, ou mel, este de fresco, e de bom gosto. Outros de caju, e deste em muita quantidade, cor palhete, e de sabor agradável, e assim de outras frutas, que fora fazer esta relação muito extensa..." (24)

Vinhos, à falta de moeda divisionária ou de outro referencial monetário, para pagar "serviços alheios", anotou o Dr. Mello Moraes, acudiam ao indígena como remuneradores da atividade dos que o ajudavam na faina agrícola (plantio de milho, mandioca, batata etc.). Não sendo concluído o trabalho de campo, pois as ocupações de agricultura se estendiam sempre "até as dez horas da manhã, no dia seguinte", quem laborara, tornava ao serviço recebendo outra "porção de vinho" por paga. (25)

---

(24) "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", Prefeitura da Cidade do Recife, 1981, pág. 63.
(25) in "Corografia do Império do Brasil", Rio, 1859, Tomo II, pág. 327.

Algumas tribos – escreve aquele etnólogo no mesmo lugar –"dando muita estimação aos búzios e contas brancas, os recebem com preferência em prêmio do trabalho, para que são convidados." Acrescenta: "Ordinariamente são as mulheres que se empregam nos trabalhos da agricultura, enquanto que os homens só cuidam da guerra."

Na pré-história de nossas atividades agrárias, o homem está surpreendentemente entrosado com a natureza que o circunda. Dela apropria-se com procedimentos, e se pode entender por técnicas de trabalho, que o ajudam a se nutrir e a se proteger.

As ervas, os cipós, os arbustos, as árvores, cada qual a seu tempo, sugerem modo próprio, confiável, de utilização.

Necessário admitir a compreensão mais generosa, abrangente, para aquilo que em linguagem seletiva, rigorosa, se nomeia por agricultura agora. Assim, ficará mais fácil perceber a pluralidade do uso e aproveitamento das peculiaridades de um contexto florístico, na qual a própria sombra, projetada por árvores de porte, é considerada importante à saúde do indivíduo.

Aprende-se, hoje, portanto, em face do progresso de estudos científicos como os de Darrel A. Posey (ver "Manejo da Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kayapó)", que as capoeiras não representam na vida do indígena uma área destituída de interesse ou aplicação agronômica, e, desse modo abandonada, sem serventia, como se vê atualmente na lavoura predatória praticada nos sertões.

Como afirma Darrel A. Posey, as velhas roças sob a atenção do índio adquirem nova vida à medida que começam a surgir miríades de plantas na seqüência natural do reflorestamento, o que a tribo designa de **bà-ràràra.** Nesses pontos, às vezes, de "368 espécies coletadas" 94% destinam-se a "uso medicinal" da comunidade.

Dessa forma, sem dúvida alguma, a maneira de que se valia o aborígine, que nos precedeu, na apreensão dos problemas agrários, alcançando, de resultado, o indispensável aprendizado dos múltiplos e inesperados recursos do seu ecúmeno; o nosso.

❊ ❊ ❊

Os açúcares estavam na informação dos que contemplavam o acolhedor litoral do Ceará cheio de verdes, mas cujo terreno o ádvena não compreendia incompatível para o cultivo da cana. Tomava-se o português de entusiasmo pelos chãos desfrutáveis, imaginando-os logo ali – não só no Ceará, mas por todo o Norte (o Norte era o Nordeste desses idos) – favorecidos pelo "húmus gorduroso" do massapé, referido elogiosamente por Gilberto Freyre (26), e não a mísera "terra dura, de areia seca", que haveria de defrontar pelo interior.

No Ceará o ser Senhor de Engenho foi sonho. Durou o tempo em que perseveram os teimosos. E bem verdade que o solo pelas proximidades da orla marítima, onde as precipitações pluviométricas são generosas, alcança mais profundidade. Daí para trás, isto é, em direção aos sertões, onde se erguem as chamadas ilhas de verdume (as serras), o chão vai-se despojando de sua formação "sedimentária, provavelmente terciária", de areias e arenitos, para avançar por tabuleiros de areia, de topografia "francamente senil"; ainda por aí surgem baixadas humosas (aquelas mesmas que aceleraram o entusiasmo do colono pelo situamento da cana), solo "com alguma argila", possivelmente argilo-humosa, como se quer e pare-

(26) "Nordeste", Rio, 1937, pág. 37.

ciam clamar pelos “assúcares”, pois desse modo, durante um século, pelo menos, o suplicante de datas de sesmaria sempre esteve a pretender situar “enGenho demoerCanas peraSúquares”, no pressuposto de que as glebas requeridas eram “Capazes”, da forma entendida por João Pinto Correa Manoel e outros em 1683. (27)

O Ceará desses idos é o “Ciará grande”, cujas áreas por se desbravarem via de regra vão solicitadas na porção de “três léguas de terra de comprido e uma de largo”, geralmente explicitadas pelos seus suplicantes por sinais fisiográficos e de geobotânica, ditos com “alguns pés de jenipapo”, oiticica, aroeiras, ou constituídas de ipueiras (grafado “epoeyra”) de mororós, lembrado amiúde e com insistência em “uns matos” ou simplesmente “matos”, não restando esquecida a caatinga deste modo referida: “catingas muito feixadas”, explicação significativa do que em verdade eram: impenetráveis e ásperas.

No mais a nomeação cartorária de proteção a imediatos direitos: acidentes físicos apropriáveis pelos posseiros, consistindo em lagoas, riachos (“riaxos”) ou rios, ainda que raros, não deslembradas as serras e serrotes, estando sempre a várzea anotada como neste registro de Data e Sesmaria de Alexandre Franco, no Saco da Timbaúba (outra alusão à árvore), em 1744, cuja gleba tem começo na “varge das melancias” e vai se adentrando por diante.

Havia quem desejasse tão só se beneficiar com a posse requerida, sem nada prometer. Mas acodem os de outra feição, e, no número desses um que não se incomoda de abrir o bolso e entregar ao governo até mesmo

(27) Livro 1º as Sesmarias, folhas 61 e 62, 3ª Coleção, in “Datas de Sesmarias”, Fortaleza, 1921, pág. 92.

“coatro” (quatro) mil réis de foro em cada hum ano por cada uma “legoa de terra de S. Majestade”, concordando pagar mais, se maior desembolso fosse exigido.

O sonho dos que se queriam senhoreados dos chãos disponíveis e aparentemente “gordos”, amiúde mencionados e capazes de tudo produzir, era inevitavelmente o do assentamento de “engenho de moer perasuquares”, frase repetida com insistência.

Quem se contemplava com a pretendida posse, estava sujeito a tradicional exigência do poder real: dar “caminhos para portos, pontes, pedreiras, a públicos e particulares”, não deixando de constar às vezes a recomendação de que não fossem as terras “vendidas a Religiões”, e se assim sucedesse, não devesse ficar, quem as comprasse, isento de pagar o “dízimo a Deus.”

Não bastava o suplicante à posse requerida conhecer a terra, os chãos que queria chamar a seu haver e uso. Requeriam as autoridades do postulante um ritual, anotação cumprida em todo assentamento que se fazia à semelhança do que ocorreu com José Francisco Victoriano (e outros), em 1777, tendo de ir ao local o tabelião (providência que não devia custar pouco ao bolso dos interessados), a quem competiu andar de passeio percorrendo o chão de um lado para o outro, a cortar “árvores de espinhos”, a plantar outras “fazendo cruzes em pau e revendo (aliás revolvendo) terras e atirando para o ar (deviam ser alguns disparos com arma de fogo), e fazendo todos (os acompanhantes) os mesmos atos possessórios” (e mais outros) que, em semelhantes ocasiões, a lei obrigava, e logo bradando em tom imponente em direção ao mato, à floresta, por três vezes consecutivas: “que se havia alguma pessoa, ou pessoas, que houvessem embargos”, instados a se manifestarem na hora.

Não sucedendo protestos (parece não se darem) para produzir efeito, bastava a cerimônia ser narrada na concessão da data e sesmaria. Em caso contrário, o interessado era convidado a encaminhar à autoridade as razões alegadas para não perder o que julgava por posse de sua tradicional usança.

Em 1759, a imaginação acende-se diante das matas virgens que se erguem na distância de uma légua – de exemplo a Ibiapaba, "onde tudo sam terras de planta com matas virgens capaz de formar muytas fazendas assim de gado como engenhos de asúcar por ser terra de seo natural criadeyra", como está dito em Roteiro escrito por Manoel Rois dos Santos (28), que, da mesma forma, teve olhos para ver sob irreprimível admiração "planta de pé de milho de altura de 22 palmos" (4,84m!) e raiz de "mandioca, q. quatro das tais carregam um homem", em solo vermelho, chão como acontecia até o riacho Inusum, "onde tiravão os lavradores a raiz da mandioca e metem logo outra", e por diante, em cenário tido por paradisíaco, a terra é "em sy mais deiiciosa" de todas até então encontradas; "a cor (do chão) como cinza de lume..." (29)

A cobertura botânica cresce, altana-se ou definha pelo interior, se caso vemo-la ora pelas serras, ora pelas caatingas; e de acordo com a "areia, a argila ou o calcáreo do chão, as culturas pelas quais o homem se decide, têm de se adaptar a essas circunstâncias."

A caatinga praticamente constitui o sertão. É avara em termos de configuração arbustiva. Suas plantas, em maior porção, são de pouco crescimento; formação de "mato desprovido dos dois mais importantes fatores: elevação das árvores em procura da luz e falta de umidade do solo." (...)

(28) Barão de Studart, o.c., pág. 213.
(29) o.c., págs. 214 e 215.

"O xerofilismo, fator principal dessa flora, é básico e preponderante na morfologia de seus elementos. Todas as folhas são caducas e desaparecem por completo à época das secas. (30) É a própria defesa da comunidade arbustiva, que se descarta de sua vestimenta folhear para poder respirar e continuar nua sob a ardência do sol; – mas viva. indiscutivelmente, "a lei natural" corpora non agunt nisi fluida" é grande fator estimuladora da vida da caatinga." (31)

Manuel Freire Alemão, da Comissão Científica de Exploração, em 1859, viu também a caatinga dominando quase todo o Ceará "Formam-na as árvores de caatinga: sabiás, juremas, pereiros, imburanas, mofumbos, catingueiras etc. Estas formam maciços do meio dos quais se levantam sobranceiras e dispersas muitas árvores de boa estatura, e de ótimas madeiras, como são as seguintes: aroeira, paudarco roxo, angico e gonçalo-alves, marfim, cumaru, violete, coração de negro, braúna, pau branco etc. etc." (32)

O sertão praticamente é eluvial.

Dado por irrecuperável, moribundo, para quem o contempla pela primeira vez sob os efeitos ruinosos das grandes estiagens – considerável obstáculo sem dúvida alguma aos que o cultivam – não pode imaginá-lo sob o milagre da ressurreição das chuvas, que, tornadas continuadas, imediatamente guarnecem a natureza de verdes em profusão.

Martim Soares Moreno viu o **Seará**, que situou pelas 100 léguas ao leste da capitania do Rio Grande, com indisfarçável pessimismo: "e em todas estas léguas não há um palmo de terra que se possa povoar nem que dê mantimentos por nenhuma maneira." (33)

(30) Thomaz Pompeu Sobrinho, o.c., pág. 161.
(31) Philipp von Luetzelburg, "Estudo Botânico do Nordeste", Vol. II, edição fac-similada, Cole. Mossoroense, Volume CLVI, s.d., págs. 62 e 63.
(32) Renato Braga, "Hist. da Comissão Cientifica", Imprensa Universitária, 1962, pág. 274.
(33) "Relação do Ceará", in "Três Docs. do Ceará Colonial", p. 184.

Mas paradoxalmente descobriu-a com aspectos encorajantes. Deu conta de que havia "muitos algodões", cajus e mangabas, boas madeiras", assim como "porcas dando crias quatro vezes ao ano, além de cabras igualmente parideiras." E, ao derredor, estavam terras próprias "para pastos de todo gado" e de criar mantimentos, "a saber de mandioca, milho, zaburro, abóboras de muitas castas, feijões, favas, batatas, inhames, (e) boas de produzirem ainda "melões, pepinos, couves..." (34)

Aquele milho-zaburro, tantas vezes mencionado pelos historiadores que se reportaram ao que plantava o incita pela primeira vez, observado em sua faina agrícola pelo colonizador, "era uma variedade de grão mole", registra Thales de Azevedo citando Gabriel Soares e Gandavo, e observando que "algumas das plantas comestíveis, encontradas no Brasil, pelos descobridores, poderiam ter sido introduzidas por negros africanos que, antes de 1500, aqui vieram com traficantes portugueses: a mandioca, a batata-doce, o inhame, o mendobi, o cari, assim como o algodão e talvez o tabaco." (35)

Nem tudo porém transcorria pelas idéias de Martim Soares Moreno. Em 1700, a Vila de São José do Ribamar, nascida "junto da Fortaleza, debaixo das armas" desta (36), acabaria fixada na barra do rio Ceará, de onde a recambiariam novamente para o lugar de onde saíra, lugar tido por desencorajante, a água de cacimbas ruim, "sem rio de peixe a não ser na costa do mar." A 10 de julho de 1706, a Câmara pediu outro sitio para a Vila, Aquirás. Esta, conforme julgamento oficial da época, possuía "boa planície"; lugar alegre, de água boa

(34) o.c., p. 186.
(35) "Povoamento da Cidade do Salvador", 1969, págs. 252, 253.
(36) J. B. Perdigão de Oliveira, in RIC, 1887, págs. 112 e 113.

permanente, rio de peixe, "perto do iguape..." Em março de 1708, os Juízes Vereadores, dirigiam-se a S.M. alardeando haver na região "abundância de mantimentos de peixe e pastos para gados vacuns e cavalares." (37)

Em toda a pendência que se desenvolve em prol da transferência da Vila até o seu situamento definitivo junto a "Fortaleza do Siará", como mencionam os documentos, não se alude uma vez sequer a terras para agricultamento.

Compreende-se: o solo fértil, desejado para o cultivo e capaz de corresponder à aplicação de esforços do colono, não estava tão à mão, fácil, para o trabalharem. Não chegava, nessas condições, à ambição de todos.

Por essa razão – talvez difícil de ser admitida à falta de melhor comprovação documental –, ou porque o criatório parecesse então opção mais estimuladora, bandearam-se todos, sem tardança, a situar currais, e a cuidar de rebanhos de gado vacum. Preferência generalizada que acabaria por firmar a vocação do cearense pelo criatório, meta disputada palmo a palmo, pode-se dizer, ao íncola, com quem se empenharam em luta os povoadores. "Venceram os senhores coloniais. Os índios perderam o predomínio das aldeias. Todavia aldeados ou soltos nos sertões desbravados, acabaram constituindo "o elemento fundamental das populações sertanejas nas regiões de criar." (38)

Se a opção dos habitantes – insista-se nesse ponto – pendeu para o criatório, foi contra este que o indígena se lançou deliberadamente na tentativa de garantir sua economia mínima de sobrevivência, através da qual daria vazão ao seu espírito mais revoltado do que belicoso.

Ou porque ocorreu esse descompasso entre o senhor colonial e o gentio, ou porque o domínio agronômico da ter-

(37) o.c., págs., 115 e 142.
(38) Joaquim Alves, "História das Secas", pág. 35.

ra não tendia a uma transcorrência fácil; ou ainda porque houvesse mais desocupados-terrível nomeá-los simplesmente por vadios –, e todo esse quadro agravado ciclicamente pelas secas que, de repente, irrompiam como maldição para os moradores (novos e antigos) da Província, o Ceará estaria sempre de um ou de outro modo a experimentar a ausência, raramente acudida, de provisões de boca.

Ou ainda – acrescente-se afinal – falhando também a administração pública, empeçada rotineiramente por invernos deficientes e por outras ocorrências de fundamento social, compreensíveis em comunidade em formação, o número de desocupados não parava de crescer, e a se transformar em problema realmente inquietante. Quem mais tinha o que fazer – (não se inventara ainda a mão-de-obra informal) partia para a única ocupação circunstancial, a caça, que já não servia de desculpa para as autoridades, cada vez mais preocupadas em combater os ociosos. (39)

Para quem plantava, a vida não sorria completamente. Solos, tão decantados pelos suplicantes de sesmarias e louvados pelos que os pisavam em ímpeto colonizador, não correspondiam a sonhos, desejo e otimismo de cada um.

Com o senhoreamento dos sertões pelo boi, o avanço civilizador sobre as terras mais desfrutáveis, até então em poder do íncola, as coisas se complicaram ainda mais.

Para os primitivos habitantes da região, o problema tornou-se bastante grave. "A produção dos seis me-

---

(39) Leia-se como subsídio: "Que nenhuma pessoa possa viver dispersa pelos matos sem se empregar em cultivo da terra, ou criação de gado, cuja produção bem chegue, ou se calcule chegar para o sustento de suas famílias, e nunca com o especioso pretexto de viver de suas caçadas, e aquelas pessoas que assim pelos matos vagabundeando costumarem viver serão pelo respectivo Juiz de Paz obrigados a congregarem-se em Povoados..." in "Diário do Conselho Geral da Província do Ceará", n^{0}- 14, Fortaleza, 1831.

ses invernosos – refere com bastante propriedade Yaco Fernandes – era consumida pelos índios que, nos meses restantes do ano, se haviam de arranjar como Deus fosse servido; a própria farinha de mandioca, base de alimentação selvagem, atendia, só, as necessidades coetâneas." (40)

Provido Governador da Capitania do Siará Grande, pelos anos iniciais do século XIX, Bernardo de Vasconcelos, aprendido no que o informavam os particulares sobre o território debaixo de seu poder-preparou relatório em que está dito, sem esquecer de exprobrar a exploração que se fazia do gentio: "A sua fertilidade e abundância he grandiosa com a singularidade de produzirem as suas serras, na intimidade, os frutos e gêneros dos climas temperados. As suas produções são de algodão, arroz, carnes secas, a courama, o pau Brasil, as madeiras de cor, o óleo de cuapauba e outros muitos gêneros etc." (41)

(40) "Notícia do Povo Cearense", pág. 29.
(41) Barão de Studart, o.c., pág. 500.

2

A realidade agrária do índio – O primeiro exercício agronômico – A instabilidade e o terror – A incômoda presença selvagem

A ACEITARMOS COMO SUFICIENTE A EUFÓRICA INFORMAÇÃO DO historiador Raimundo Girão de que "longe de viverem "sem taba nem oca" (42), correndo atoamente os campos em "magotes", as tribos cearenses eram, na sua quase totalidade, sedentárias, exercendo "suas atividades, a caça, a pesca, a colheita, a agricultura", pensamento não ajustado ao de Elias Herckmann, que averiguou serem nômades os Tarairús (com os quais conviveu), arredios a exercício agrário, fica-se naturalmente mais afastado de observação conveniente a respeito. Ao final do importante capitulo de seu livro, ora recorrido, o historiador Raimundo Girão acentua: "lícito será sustentar que mencionadas greis, longe de se deslocarem num vagabundíssimo famélico e estúpido, mantinham-se ligadas ao solo, dentro das lindes da sua **territorialidade**, sujeitas apenas a mudanças eventuais ditadas por imperativos ou conveniências outras..." (43)

---

(42) Pensamento de J. Catunda in "Estudos de História do Ceará", p. 31-32, afirmando: "Ao tempo da descoberta muitas tribos senhoreavam o Ceará. Eram hordas famélicas, delas errantes, sem taba nem oca, obrigando-se á sombra das árvores ou côncavo dos rochedos."
(43) "História Econômica do Ceará", 1947, p. 24 e de 30 a 51.

A afirmação viria a propósito do que testemunhara um observador também a esse respeito. "Outro cronista" – escreve G. S. Nobre (44) "compatriota e contemporâneo daquele (Herckmann), testemunhou, no entanto, que os Tarairús cultivavam o milho, a abóbora e alguns legumes, encontrando-se em Marcgrave, de quem se trata, uma narração bastante minuciosa acerca dos costumes dos referidos ameríndios no tocante à alimentação."

Abstraída a discussão, tentemos esclarecer mais a realidade agrária do íncola, situação provida de poucas informações. No entanto, está fora de dúvida: quando o alcançam o interesse e a curiosidade dos pesquisadores (no que toca agora), o gentio já usa determinados instrumentos de habilitação às atividades de agricultamento, destacável o machado, de gume afiado, obtido de "pedra duríssima de natureza silicosa, composta de granulações de um Verde escuro, unidas por cimento também silicoso." Esclarece o Dr. Pedro Theberge, que guardou em seu poder dois exemplares de pedra do tipo chamado "corisco", um em "forma de cunha, com um chanfro coliforme na sua extremidade grossa", o que ensejava a formação de machado, com o qual partiam um pedaço de pau. Na rachadura – prossegue o informante – adaptavam o colo para a fatura. do instrumento valendo-se de cipós, com os quais apertavam "as duas partes" da abertura mencionada, "adiante e atrás da pedra, de maneira que ficava (a pedra) muito segura" em seu cabo. O "corisco" media um palmo de comprimento.

Com tais artefatos o gentio cearense derrubava árvores (naturalmente não as de grande porte) e beneficiava-as. À época, conforme opina Raimundo Girão apoiado em Carlos Studart Filho, eram os "instrumentos de

(44) "História de Morada Nova", Estudos Cearenses, nº 7,12 Vol., p. 30.

trabalho" (...) "de madeira ou de osso (quicés, raspadeiras) e os restantes de pedra. "Mais importante, por certo, os machados (como acabamos de verificar), "pilões e almofarizes, as bolas de caça e de guerra, e as mós e discos de trituração de cereais e frutas." (45)

Como vai relatado costumeiramente, duas culturas tomavam as atenções dos ameríndios: mandioca e milho.

Robert Southey, arrimado em Hans Staden, dá idéia de como era "rude e sumário o sistema dos indígenas cultivarem" a primeira daquelas. Conta ainda que "derrubavam as árvores, deixavam-nas secar, queimavam-nas então, e plantavam a mandioca por entre os troncos." (46)

Afora o plantio dos dois gêneros ora referidos, de que mais se ocupavam para sobreviver?

Reunindo-se informações esparsas (lastimavelmente poucas) pode-se afirmar que, além da mandioca, do milho, do algodão (é hora de acrescentar), cultivava batatas, urucu, inhame (cará), fumo, amendoim, bananeiras etc.

Mas possuíam outros conhecimentos agronômicos (como aos poucos se averigua) e eram bastante industriosos, não faltando entre eles, pelo século XVIII, "ferreiros, serralheiros, carapinas, ou carpinteiros, pedreiros, pintores e escultores"; construíam canoas, sabiam pintar cuias, fazer redes e balaios, esteiras; eram artífices com o junco e outros materiais da natureza, que desse modo os viu o Padre Domingos de Araújo em 1720. (47)

Não obstante a tendência para tantos ofícios, o gentio desses idos era de pobreza lamentável. No trem de

---

(45) "Esboço Histórico sobre a Província do Ceará", 2ª edição, Secretaria de Cultura do Estado, 1973, p. 27 e 37.
(46) "História do Brasil", Rio, 1965, 1º Vol. pág. 236.
(47) "Corografia Histórica do Império do Brasil", Melo Moraes, 1859, pág. 309.

objetos domésticos, afora arco e flecha, rede de dormir, de importante mesmo a cabaça, para guardar farinha, e a cuia, para beber água. (48)

Quando não conheciam o ferro, sabiam com extraordinária engenhosidade preparar instrumentos toscos para executar trabalhos – que mais rudes fossem –, convenientes às suas necessidades. "As pedras mais duras, depois de levigadas, lhe servem de machadinhas: os dentes das pacas e das cotias são as suas goivas e formões", conta também o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. (49) A forma de explorar agrícolamente a terra entre eles tinha normas próprias. Gabriel Soares de Souza a respeito deixou-nos a informação: "Quando os Tupinambás vão às suas roças, não trabalham senão das sete horas até ao meio-dia, e os muito diligentes até horas de véspera; e não comem neste tempo senão depois destas horas, que se vêm para suas casas: os machos costumam roçar os matos, e os queimam, e alimpam a terra deles; e as fêmeas plantam o mantimento, e o alimpam; os machos vão buscar a lenha com que se esquentam, e se servem, porque não dormem sem fogo ao longo das redes, que é a sua cama; as fêmeas vão buscar a água à fonte, e fazem de comer..." (50)

Esse povo cujos hábitos e aplicação agrárias estamos tentando reelaborar, adaptando-as à inteligência deste estudo, o Estado colonizador através de sucessivos equívocos administrativos, dispôs-se a integrá-lo no processo civilizatório. E, a tanto, pelas agruras experimentadas, foram bastante tensas as relações entre os dois partidos.

Quando o poder público imaginava subjugado o íncola à sua vontade e propriedade, os fatos pelo geral desconcha-

(48) o.c., pág. 377.
(49) o.c., pág. 323.
(50) idem. pág. 429.

vavam-se. A Ibiapaba – tomemo-la de referência –, que, por algum tempo, pareceu contar com os naturais chamados ao trabalho de catequese dos Padres Antônio Ribeiro e Pedro Pedrosa, adiante tornar-se-ia palco de mais um ato de vigoroso repúdio a intenções catequéticas.

Não está no interesse do autor narrar todos os acontecimentos sucedidos de meados do século XVII ao início do século seguinte, mas convém lembrar a tenaz resistência oferecida pelos naturais ao povoamento, combatidos então por autênticos troços de guerreiros desapiedados. Bem verdade que a intenção do governo, pelos anos de 1735, era evitar abusos que se verificavam nas Juntas das Missões, chamando à prática determinações anteriores (de 1680, de 1698, a exemplo) que obstavam o aproveitamento de índios machos e fêmeas sem aprovação missionária, e, se assim feito, debaixo de paga pelo trabalho efetivado, o que tendia a corrigir, até certo ponto, a marota utilização dessa mão-de-obra à mercê dos religiosos.

Pelo dispositivo do "assento tomado na Junta das Missões de Pernambuco a 24 de agosto de 1741", entendia-se o índio pescador como de utilidade pública, e a tanto reservado para "Vilas e lugares" onde fosse necessário (51)

Aproveitavam-se os demais para outros misteres de interesse do colono, mas os que serviam de comboieiros (naturalmente por conhecer melhor os caminhos) percebiam provento maior.

Evidente sobra dos não **aproveitados** muito poucos para perseverarem na agricultura, o que haveria de levar os mais empobrecidos ou revoltados – e deviam ser quase todos eles – a furtar gados e a constranger os criadores.

---

(51) Pedro Theberge, "Esboço Hist. sobre a Prov. do Ceará", 1972, pág. 27 e 28.

A conta dessa circunstância ou de outros fatos, os quais não estão adequadamente aclarados, os índios tanto vexavam como eram vexados.

Capturados, vinham de "descida" do sertão em quase absoluto jejum, amarrados pelas costas, dois a dois, e, à noite, punham-lhes correntes nos pescoços. Cá embaixo reservavam-se-lhes a pior escravidão: o açoite, o tronco, verdadeiros suplícios." (52)

Na Capitania do **Siará Grande** quem podia escravizava-os.

Os criadores faziam seus cativos entre os selvagens, e a família Lobato preava nas tribos vizinhas os calabaças, que viviam nas margens do Salgado, e os carius, que viviam nas margens do rio desse nome. (53)

Os índios defendiam-se como podiam, e conturbavam. Vinham ameaçar os de Parangaba, quais os baiacus, aterrorizando as regiões mais distanciadas, ante a queixa de seus irmãos já civilizados como João Algodão e demais companheiros que aspiravam "viver seguros e quietos." E se lançavam a tal intento, "atalhando" (é a semântica da época) "com a guerra os muitos insultos", como cabe fazer o ajudante, cabo de infantaria Francisco Martins, decididamente desapiedado, aproximando-se dos desabusados indígenas sob pertinentes precauções, e também, traiçoeiramente, para destrui-los a todos, "passando-os a cutelo e castigando filhos e mulheres..." (54)

Essa guerra **vermelha** a autorizam todos, **teólogos e missionários**, narram os historiadores, a fazer com que

---

(52) José Gabriel de Lemo Brito, "Pontos de Partida para a Hist. Econ. do Brasil", pág. 135.

(53)Pedro Alberto de Oliveira Silva, citando João Brígido, in "A Escravidão no ceará: o trabalho escravo e a abolição", Fortaleza, 1986, pág. 11.

(54) conf. Doc. in RIC, Ano II, Tomo li, Fortaleza, 1888, pág. 151 e ss.

as relações entre os dois bandos vigorassem indisfarçadamente inamistosas. Criatório e agricultura a tanto sofriam duras limitações, assistindo os sertões a expedições belicosas, como a que se Organizou em 1721 contra a indiada que se senhoreara de Russas, e outra, talvez a derradeira, pelo ano de 1814, "contra algumas tribos de Pernambuco, que infestavam Jardim." (55)

Temos de admitir o grau de instabilidade e também de terror em que havia de desenvolver-se nossa incipiente atividade agrária, ainda quando, de modo presumível, sujeito à ação orientadora e disciplinadora imposta pelos Diretórios de Aldeias, o íncola não deixa de tornar anfractuosos os propósitos de trabalho daqueles que, com datas de sesmarias, lembre-se, pretendiam situar suas lavouras e criações. (56)

De toda certeza a nova proposta de aproveitamento do indígena, diligenciada através de aldeamentos administrados pelos Diretórios, perturbava ainda mais a originalidade de seu exercício agronômico. Alterar-se-ia assim, de forma substancial, a atitude de pouca conformação deles aos interesses dos colonos, resultando por outro lado o distanciamento progressivo da apropriação de suas tradicionais maneiras de explorar o meio ambiente. Já não estavam facilmente disponíveis as terras para a rotatividade de culturas agrícolas, que, as mais distantes, conquanto virgens à exploração e por isso mais produtivas, dificultavam as relações de comércio com os colonos, ainda que aquelas fossem incipientes e injustas. A aproximação do

(55) J. Catunda, o.c., pág. 78.

(56) O Diretório (3 de maio de 1757) interessava inicialmente o Pará e o Maranhão, para vigorar depois com força administrativa em todo o Brasil, escrevem Spix e Martius (o.c., pág. 44, vol. III). O sistema mandava os índios fazerem agricultura para a comunidade e com os produtos silvestres", etc. etc. (idem, ibidem).

índio, por sua vez, aos núcleos que se instalavam, tinha entraves de outra natureza. A exemplo, não lhe era mais permitido suprir-se de produtos de pesca pelo tinguijamento de águas represadas.

Situação difícil, que se vai desfavorecer mais com a administração das aldeias. O sistema ideado pelo Estado, para solucionar os problemas do selvagem, fraquejava pela desídia, desonestidade e mal aproveitamento dos recursos humanos. Cometem-se erros de toda natureza. E os índios, a seu turno, ainda que aldeados, estorvam.

❊ ❊ ❊

Manuel Lopez de Abreu Lage, senhor de terras na Sapupara (a menos de sete léguas da Capital), não obstante erigido casa, aberto roçados para "algodoens, arroz e mandiocas, com o desígnio de fabricar assúcares por terem as terras capacedade para esta produção e figura", em 1789 está pela vontade de "desanimar e de deixar o comesado, sofrendo o prejuizo até agora feito, por não experimentar outro maior, q. o ameaça, se a activa providencia de V.S. (governador) não embaraçar, porquanto alguns índios da Vila Arronxes, que querem fugir dos deveres e obrigaçoens da sua derecção já sahindo da sua Villa e terra adjacentes e determinadas para a sua cultura e embrenhandose pelos matos, forão surgir nas terras do dito suplicante onde intentão indenizarse plantando para isso alguns pés de Bananeiras, e porque vivem lá despóticos e absolutos, Livres de obediencia do seu Director, e mais Cassiques por cuja falta se achão como foragidos, e levantado fazendo pilhagens, e cauzando destruiçoens nas lavouras do Suplicante que temerozo de maiores danos não quer continuar na maior Cultura" etc., etc., desse modo requer

"sejam expelidos os ditos indios que dispersos das suas Villas se acharem aceitados naquele lugar, fazendo-os recolher a ellas facultando juntamente "o direito de poder" prender a qualquer que de novo se intrometer, ou os (q.) lá se achão, sendo que insistam em tornar..." (57)

Pelo começo do século, isto é, em 1819, os gentios continuam igualmente incomodando e, por isso mesmo, reprimidos no Cariri onde ameaçam prejudicar a vida da vila. O Gov. Manuel Inácio de Sampaio dirige-se na oportunidade a Luiz de Rego Barros relatando nestes termos: "Vários moradores do termo da Villa do Crato me dirigiram há pouco requerimento da cópia inclusa, cujo narratório se acha comprovado pela informação do Ouvidor da Comarca, também junta por cópia. Por falta de registros antigos nada consta nesta secretaria a respeito do que em outras semelhantes ocasiões se tem praticado para expulsar o gentio, de quem se queixam; mas a tradição geral combina exatamente com o que propõe o Ouvidor da Comarca na sua informação. Tenho, portanto, ordenado a Gregório do Espírito Santo que passe a perseguir aquele gentio, prendendo os que puder colher, e afugentando os outros." (58)

---

(57) Data de sesmaria do dia 23 de junho de 1789, in "Datas de Sesmarias", 80 vol., 1926, Tipografia Gadelha, Fortaleza, 1926, pág. 52. Os fazendeiros, de anos atrás, já estavam bastante vexados. Por oportuno vale transcrever-se os termos do ofício dos capitães Manuel da Costa Rego e Manoel Pereira da Silva do Jagoaribe, ao Capitão-Mor, dizendo "q. elles suplicantes assistem a annos neste sertoniz assistindo as guerras dos tapuias com sua pesca e dispendeo despesas fazendo athe obeter depax esugeitar ao gentio da Igreja noq. tem feito grande serviso asua Magestade ena povoação do-mesmo Sertão emq. enella tem seus gados, assim vaccuns como cavalares.. ." (As folhas 9v a 100 do Liv. 2 das Sesmarias, 32 da coleção, in "Datas de Sesmarias", 20 vol., Fortaleza, 1921, pág. 17.

(58) "Os Aborígines do Ceará", C. Studart Filho, RIC, vol. 81, pág. 214.

Tem-se por conturbantes as dificuldades de agricultamento em muitas áreas da Província, em virtude do estado de permanente insatisfação das relações de fazendeiros e íncolas, situação confirmada pelo parecer do Conselho do Governo da Província do Ceará, aprovado na ata da sessão do dia 22 de setembro de 1826, em que se menciona a "dificultoza situação dos índios aldeados", alcançados pela seca, pelo recrutamento e pela peste, averiguado que as terras em poder do gentio estão incultas, que estes nem as cultivam nem tampouco deixam que "os extranaturais" cuidem delas, como merecia ser feito. (59)

(59) In "Documentário", RIC. vol. 81, pág. 324.

3

A rotatividade de solos – Os agricultores e a "namorada desigual" – Os cultivadores de subsistência – A diferente terra dos brejos – A presença de Deus – Serviço e Obrigação – Onde aparece a figura do negro – Os difíceis caminhos.

A DISCUSSÃO QUE SE INAUGURA PELOS MEADOS DO SÉCULO passado sobre a problemática das grandes estiagens, e começa a interessar os mais atentos, não altera a rotineira maneira do homem aplicar-se às atividades agronômicas, exercidas exclusivamente com a enxada, pode-se dizer, pois não tem curso notícia alguma de quem empregue arado ou grade. (60)

A terra dá a impressão de estar continuadamente disponível à disposição de quem a queira usar. Daí o vezo constante pela rotatividade de áreas. O espaço eleito, para a ereção de roçados, só servirá por um ano. No subseqüente o agricultor já ocupará outra gleba, desde que não fique distante de sua habitação. Torna-se assim destruidor de solos, a adotar tipo de exploração agrária que, com poucas modificações, vem aos nossos dias. O "Sobralense", em 1877

---

(60) José Martins Pereira d'Alencastro informa: muito antes do Ceará, em 1798, o Piauí já conhecia o uso de arados. Por recomendação do governo português – diz ele – os lavradores os recebiam para logo os deixarem de lado, pela impraticabilidade da natureza do solo, "de mato, chapadas e caatingas.. ." O arado teria sido introduzido no Ceará em 1836... (in "Memória Cronológica, Hist. e Geográfica da Província do Piauí", 1857, pág. 67.) 59 anos depois, no Piauí já não havia quem possuísse ao menos um...(idem, ibidem).

(matéria transcrita pelo "Cearense", a 20 de dezembro do mesmo ano), taxava os agricultores de "demolidores" que esterilizam as terras mais aptas para cultivo. "Sem conhecerem os terrenos próprios para as diferentes espécies de culturas, abatem matas e entregam ao fogo madeiras preciosas, e nos lugares onde a noite pusera uma floresta, passa a enxada guiada por um braço inconsciente, e revolvendo as cinzas fumegantes planta um roçado, que, se chover, dará um sofrível lucro". (61)

Despreparado o agricultor, e bisonho. Não trata a terra que usa, com cuidados. Exerce a adubação instintiva, com cinzas obtidas à **queimada** no situamento do roçado. No entanto, o criador parece mais atento; sabe quanto lhe custam os magros anos de seca, os ásperos e cruéis verões alongados. Sabe da obrigação que tem para sobreviver, e manter em pé o rebanho que possui. Para tanto ao passar dos anos, por experiência e pela observação, torna-se mestre nessas circunstâncias. Aprendeu como alimentar o plantel em momentos de maior penúria, valendo-se da disponibilidade do meio ambiente: ramas de juazeiro, canafístula, jucazeiro e de outras espécies vegetais, providência incentivada por aqueles como José Júlio de Albuquerque Barros e Thomaz Pompeu de Souza Brasil, felizmente certos de que, além dessa utilização de recursos naturais, naqueles momentos, impõe-se ao agricultor, ao criador, principalmente, plantar tão valiosas leguminosas. Idéias de 1859... (62)

---

(61) A respeito, em 1871, o poeta Juvenal Galeno, em seu livro "Cenas Populares", profligava o governo por não facilitar "ao pobre povo da lavoura o ensino dos meios de arar as plantações todos os anos, sem destruir portanto as matas". ver E. Campos, "Complexo de Anteu", p. 93.

(62) ver, dessa época, "Memória Sobre a Conservação das Matas e Arboricultura como meio de Melhorar o clima da Prov. de Ceará", do segundo autor mencionado. Edição de dezembro de 1859.

Anos adiante, novamente Thomaz Pompeu em missão a nível presidencial, nomeia os que devem tomar providências para a obtenção de dados "relativamente a lavoura dos respectivos distritos", entregando-lhes amplo questionário sobre as condições agrárias e econômicas dos sertões cearenses, pelo qual deseja conhecer as espécies de cultura praticadas, a safra colhida em cada propriedade, o destino dado aos produtos (consumidos? negociados no lugar? fora?); a extensão dos imóveis, o valor destes, que terras (dimensionadas) cultivavam-nas; o tamanho das **fazendas de criar** (desse modo aludidas), valor dos salários pagos, se abundantes ou não os braços livres para o trabalho de campo; quantos escravos empregados na lavoura, método de engajamento, como preparados os campos, se utilizadas "máquinas e invenções modernas", qual o estado dos caminhos "entre os pontos principais da produção ou comércio do distrito com a Capital", ou com o mercado importante; o grau de "desenvolvimento da indústria agrícola, pastoril, comercial" de cada distrito. (63)

Deplorável o sistema viário. Praticamente só existem veredas. O abastecimento transcorre precaríssimo. Produtos alimentícios, para a população das cidades, não são fáceis de encontrar. Conta Pierre Denis no começo deste século: "Em matéria de **cereais** – expressão brasileira que designa as culturas alimentares, a mandioca, o milho etc. – cada família deve plantar quanto chegue para a sua alimentação: o comércio não existe. Como conseqüência fatal, vivendo a população das suas culturas anuais, não possui reserva alguma." E, sem capitais, o comércio não tem como fazer estoques. (64)

(63) In "A Constituição", 13 de julho de 1872.
(64) "O Brasil no Século XX", Lisboa, s.d., pág. 365.

O agricultor parece continuar alheio às lições que o Senador Alencar, em 1834, intentou, instalando no Alagadiço Novo um engenho de ferro, o primeiro da Província, com o intuito, certamente, de inovar e chamar a atenção de seus concidadãos para o progresso. Só trinta anos depois iria o Ceará conhecer um desses mesmos equipamentos movido a vapor...

São sucessos que indicam a lenta apropriação de novas técnicas de trabalho a serviço do homem. A máquina a vapor entra na província com considerável atraso em relação a outras comunidades da região que a têm a seu serviço desde 1817... (65)

Mas pela década de 1860-69, recorde-se, já existe em Fortaleza atenção maior para a aquisição de máquinas, e infra-estrutura, ainda que rudimentar, de ferreiros, caldeireiros, fundidores e latoeiros, para reparar equipamentos industriais. Detectável então a existência de vários tipos de forjas e fornos; de caldeiras funcionando em oficinas e pequenos estabelecimentos fabris ocupados na destilação de aguardente, preparo de sabões, azeites, ou utilizadas para torrar fumo ou derreter sebos. Mas pelo interior do Estado, proliferam os aviamentos de farinha, moendas e engenhos, até 1861, usando pouquíssimas peças de ferro.

Vale ressaltar por esses anos, precisamente em 1856, o esforço do Dr. Herculano Antônio da Cunha à

---

(65) Em 1817, "a maravilhosa descoberta do vapor tinha sido introduzida como força motriz." nalguns engenhos de Pernambuco – diz A. Pereira da Costa ("Origens da Indústria Açucareira em Pernambuco", in "Arquivos", 1 e 2, Recife, 1953, p. 297). Dois anos antes chegava a Salvador, e em 1819 o Marquês de Barbacena dá conta ao Sr. Burton, de Londres, que a máquina a vapor, colocada em sua embarcação, alcançava a velocidade de "5 milhas e ás vezes" mais. (in "Economia Açucareira do Brasil no Sec. XIX"., Rio, 1976, p. 3).

frente da administração da Província. Dele a aprovação da Resolução de nº 768, a 14 de agosto desse mesmo ano, autorizando o dispêndio de dez contos de réis para a compra de "máquinas de despolpar café, e outras, que facilitem os trabalhos agrícolas, para serem distribuídas pelos agricultores a prazos de um, dois e três anos...", assim como a aquisição de "carneiros merinos e animais cavalar, vacum e muar das melhores raças para serem distribuídos pelos criadores na mesma conformidade".

Nesse mesmo texto oficial transparece a preocupação para o engajamento, "onde melhor convier, (de)pessoa perita no fabrico de queijo e manteiga, afim de ensinar nesta província o processo desse gênero a pessoa que queira aprender". (Art. 2).

É fora de dúvida: sobreleva a tudo, no Ceará, sua vocação pelo criatório, faceta apenas mencionada por enquanto, que dela se tratará mais a vagar adiante. O próprio cultivo do algodão, atraindo a adesão do agricultamento pelos fazendeiros e sitiantes, ajusta-se desde aí – e com mais expressividade – à própria economia do boi.

Mas lavradores pobres (em considerável maioria) infelizmente não podiam também se dedicar à criação, e plantam. Não importa a incerteza do tempo, dos dias, se de inverno (estação das águas) ou de ásperos verões.

Lembra Afonso Arinos de Mello Franco:

"A terra do Ceará é uma namorada desigual e cheia de vontades. O caboclo não conta, no seu amanho doloroso e indispensável, com a base psicológica do nomadismo índio: – a facilidade. Ele luta e sua, curvado sobre aquela malvada, e por isso quer bem". (66)

---

(66) "conceitos de civilização Brasileira". cia. Editora Nac., São Paulo, 1936, págs. 152 e 153.

O homem não cuida do solo para "situar" sua casa cercada de verdes que o contentem por longos anos. Não se entrega a luxo de plantar espécies vegetais, fruteiras principalmente, que logo a primeiro contato com a ceifeira pérfida dos anos sem chuva, abatem-se.

Prefere cultivares de ciclo rápido na produção, de eleição o feijão e o milho. O algodão vem-lhe também à ordem dos cuidados, na prática de lavoura consorciada, pelos recursos que oferece e que, em etapa de sua própria evolução, torna viável o descaroçamento, a obtenção final de pluma e fio.

Completa esse cenário de atividades agrícolas em algumas áreas (nas serras, principalmente) o café e a cana, esta resultando a rapadura, produto menos nobre mas de consumo generalizado, suprimento alimentar à base de carboidratos que, aliado à farinha de mandioca, integra a composição preferencial da dieta sertaneja.

O arroz tem presença obrigatória na provisão de boca desses anos. Várias as qualidades então plantadas, mesmo as consumidas sem entusiasmo, como o tipo vermelho, que, anos à frente, acaba convertido em elemento perturbador da qualidade genética, quando as preferências se orientam melhor para a obtenção de produto melhor, o arroz branco, produzido nas imediações de Fortaleza, em Pacatuba e Maranguape.

O feijão é inevitável no roçado, preferidas as variedades de ciclo produtivo mais rápido. Há-os de "corda ou **de apanhar,** trepadeira; o de moita ou **de arrancar,** planta rasteira. O primeiro excede o segundo na quantidade de produção" – anotou José Júlio de Albuquerque Barros –, "mas lhe é inferior na qualidade. São espécies do primeiro: o olho de ovelha, quebra-cadeira, careta, gurgutuba, fava, manteiguinha. São espécies do segun-

do: o preto, o mulatinho, o branco. Aqueles produzem bem em toda a província, assim no sertão, como nas serras", dando mais de duas colheitas por ano. (67)

O transporte do feijão – como de resto o de outros gêneros de consumo da população – além de comprometer o resultado financeiro do trabalho do lavrador, desestimula-o a produzir mais. Infelizmente, não conta com estradas (o que denominam desse modo são caminhos mal traçados, tortuosos, conservados pelas Câmaras que, em muitas circunstâncias, acabam se valendo "compulsoriamente" da colaboração dos munícipes nesse cuidado) para a ligação mais rápida e fácil entre lugares, vilas e cidades. As que existem, pelo inverno (68), tornam-se intransitáveis.

O milho – referido antes de passagem – no dizer do autor do **Relatório** é "o legume mais cultivado, e de uso extensíssimo na província assim para alimento do povo, como para forragem de animais". (69)

Produzem-no de vários tipos, desde o amarelo – naturalmente por possuir melhor genética – até o roxo, não sendo, no entanto, observadas as atenções para a escolha de sementes que compensem mais.

Quando os invernos chegam abundantes, e melhor fosse mencionar, não faltam as chuvas para molhar a roça em seu preciso momento de maturação, a produção cresce a tal ponto que gera excedentes negociados para outras áreas. Só que – atente-se novamente – as despesas com o transporte devido à precariedade de estradas, oneram-se muito mais, além do valor do aluguel de alimárias

---

(67) "Relatório e catálogo da Exposição Agrícola e Industrial do ceará", 1867, pág. 10.
(68) Considere-se não só aí, mas noutras citações, inverno significando "estação das águas".
(69) o.c., pág. 11.

e carros de boi utilizados, e custos de alimentação, pelos caminhos, no que vai também parte dos lucros.

A cana-de-açúcar, nessa quadra, é muito bem aproveitada na produção (ainda que modesta) de açúcar, cachaça, rapadura e mel. Cultura exigente, requer adubação feita ordinariamente com dejetos animais. E nisso está a sua desvantagem na competição com outras culturas, que se efetivam sem a necessidade de adubo. "O consumo interno do açúcar é geral e extenso, mas a exportação começou de poucos anos, e o máximo a que atingiu, em 1858-59, foi de 197.274 arrobas (pouco menos de 292 toneladas). Nos anos seguintes, decresceu já em conseqüência da baixa do preço, já pela preferência que têm dado os lavradores à (cultura) do café e do algodão". (70)

Sabemos ainda pela mesma fonte serem inúmeros, na ocasião, os fabricantes de rapadura. Só no termo do lpu funcionavam "400 engenhos de ferro e madeira". O preço comum desse produto oscilava de 8$000 a 1 0$000 o cento, se a unidade pesasse duas libras. (71)

Pelo "Relatório" tem-se a idéia de como os interioranos, em maior número, se ocupam. Intensa a atividade da colheita, aliás, apanha, de cocos, tanto de palmeira (**Orbignya martiana,** B. Rodr.), como de catolé (**Syagrus picrophylla,** B. Rodr.), de borracha da maniçoba (72): da cera de carnaúba, de sementes da mamona (para iluminação), sementes de urucu (utilizado para o

---

(70) idem, pág. 13.
(71) idem, ibidem.
(72) O cultivo da maniçoba, no Ceará, chegou a ser modelo de implantação, na Bahia, dessa cultura. Em meados do século passado o Sítio Boa vista, dos pais de Juvenal Galeno, em Pacatuba (Serra da Aratanha), concorria para a produção de borracha da maniçoba (**Manihot glaziovvi,** Muell. Arg.), nativa do Ceará". (conf. Renato Braga, in "Plantas do Nordeste, Especialmente do ceará", pp. 352, 353.

coramento do arroz na culinária), raízes diversas, cascas de árvores (do jatobá), folhagens da anileira, carrapicho (**Krameria argentea,** Mart.) para a obtenção de resinas e outras substâncias que vão vendidas para o exterior, e mais cipós e da própria carnaúba, do pacotê, do caroá, para o fabrico artesanal de cordas, esteiras etc. etc.

Nessa moldura de atividades agrárias temos de admitir: os de maior posse, fazendeiros abastados, cuidavam mesmo em maior grau da pecuária, deixando as culturas, consideradas de subsistência, para o trato agronômico dos que não possuíam terra com suficiência, e, tendo-as, eram tantos de recursos para trabalho mais produtivo. Praticamente por isso mesmo, durante longo período, o Estado acode com mais interesse a sorte do criador, dando melhor proteção ao boi, a cujo criatório são estimulados os pecuaristas de modo oficial a reservar pastos adequados, abrir cacimbas (bebidas), manter rebanhos sob atenção e controle. Há Resoluções, por intermédio das Câmaras Municipais, ditando normas quanto ao total de cabeças de gado vacum passíveis de confinamento entre cercas, assim como o número de reprodutores que os criadores devem manter para a cobertura de matrizes.

Algumas dessas posturas camaristas são impertinentes, outras, despropositadas. Nem sempre inovam e, muitas vezes por certo afastam-se da realidade e condições interioranas. Em rigor, visualizadas com mais vagar, nelas revivem velhas práticas de ancianidade européia, antigas determinações de forais com marca até mesmo da Idade Média. Não raro ver-se repetida, ainda no século passado, postura que parece estar saindo naquele momento das páginas do "Fuero Juzgo" ou, mais próximo desses dias, das "Ordenações".

Mas chega o instante (meados do século XIX) em que em alguns municípios (como Lavras) na Província,

os agricultores passam a receber tratamento diferenciado (anteriormente, como lembramos, conferido com maior distinção a pecuaristas). E como se exara na Resolução 349, de 3 de setembro de 1845, proibindo os criadores fazerem "novas situações de gados em menos de uma legua de distância dos pés de serras..." (...) **que ficam sendo para a agricultura** (Grifamos Art. 12).

Os sítios de serra, indicados para o plantio – por poder efetivarem-se ao longo do ano, sem a dependência das chuvas –, são também interditados a criadores. Não raro dizer-se, como expressa a Resolução 629 (do dia 22 de setembro de 1853), que pessoa "alguma poderá ter em cima da serra", no termo, "cabras, ovelhas e porcos soltos, que façam mal às plantações".

Em 1864, em Milagres, de igual modo proíbe-se "criar ou refrigerar gados de qualquer qualidade" no território serrano. (Resolução 1006, do dia 7 de junho). No mesmo lugar vai proclamado, por "terreno propriamente só para a agricultura, a serra denominada Mãozinha", do termo e suas faldas.

As terras molhadas, chamadas "brejos", logo se tornam usadas e cobiçadas para plantios por não dependerem dos azares do tempo. Mas diante da concorrência dos que as pretendem, gerando problemas de uso e de regas – quando nelas corre algum curso dágua –, as posturas põem-se bastante atentas como as de Jardim (73), em 1866, obrigando "os donos dos sítios, por onde passar a levada grande do Cafundó"(...), "a limpar a mesma levada em suas frentes nos meses de julho, agosto e novembro de cada ano". Antes, a vila de Jardim (em 1844) exigia dos donos de sítios servidos dágua, que houvesse "uma cerca das cabeceiras do rio Cravatá, seguindo por ele abaixo até o

(73) Resolução 1199, de 12 de setembro.

lugar Porca Magra, para privar a passagem dos gados para os brejos". (74) Quem tivesse plantado em 1845, em Viçosa, "500 pés de café ou mais", trazendo-os beneficiados, não pagava aforamento à Câmara. (75) No Crato, a Câmara da Vila, em 1840, obstava terminantemente nos "brejos e terras lavradias" (...) "bois mansos soltos sem pastor, bem como animais peados, ou amarrados à corda com pouca segurança" fossem ali deixados.

Convém considerar: na maioria dos casos é o próprio lavrador quem vai à cidade ou vila comercializar o pouco que produz na sua aplicação agrária. Mas a legislação municipalista o cerca de obrigações, pois, para ela, os que "costumam confiar e vender quaisquer gêneros de consumo" estão compelidos a "ter medidas de meia quarta até meia terça, e pesos de quarta até meia libra". (76) Os que atacam (linguagem que significa venda por atacado, i.é., em quantidades maiores) rapaduras, milho, feijão, arroz, farinha, sal, ou qualquer outro gênero de necessidade, sem primeiro os expor à venda pelo menos por 4 horas, são multados ou presos. (77)

A intermediação é de quase nenhuma importância nos negócios, se a considerarmos sob referencial contemporâneo. Mas na verdade já prevalecia à época, no curso do processo de venda, o açambarcador, comerciante indesejável e perseguido pelo poder público que controlava principalmente – ou intentava fazê-lo – a comercialização da farinha de mandioca.

A fiscalização das Câmaras estava sempre atenta aos que praticavam o comércio nos mercados e feiras. Em 1870,

---

(74) Lei 341, de 3 de setembro.
(75) Resolução nº 554, de 3 de setembro.
(76) Lei 199, de 22 de agosto. ver art. 6.
(77) idem, art. 7.

por exemplo, "donos de gêneros de primeira necessidade" obrigavam-se a ter as mercadorias expostas até meio-dia, podendo **atacar** o que sobrasse, desde que não se registrasse alguma calamidade, pois os excedentes, nessas oportunidades, só podiam ser negociados, em quantidades, com expressa autorização dos fiscais. (78)

A feira por esses dias, mais do que o mercado, é a grande oportunidade que têm os lavradores de, na cidade, comercializar sua produção. Hora de também adquirirem utensílios, roupas, sal, querosene e pólvora, e possibilidade de entreterem conversa e beberagens nas tavernas, enquanto as alimárias, que utilizaram, para o transporte de mercadorias, pastejam em terrenos baldios ainda sem o controle aparente de possível proprietário.

Começa cedo a feira. Pelas seis horas já está tudo no ponto. O quadro físico de construção do mercado, como o de Pacatuba em meados do século passado, parece insuficiente para conter o comércio que se propõe ali; por isso se estende, sai dos limites normais até ocupar outras áreas (geralmente calçadas) das proximidades.

Juvenal Galeno descreve o cenário de feira. Há sacos, malas e caçuás em profusão. Neles estão rapaduras, frutas e também louça de cozinha, fumo e cereais. Não raros os estaleiros de carne salgada. E entre estes e os primeiros, os tabuleiros de venda de broas, bolos, arroz-doce, potes de garapa. E, no ar, os pregões entusiasmados anunciando laranjas doces, farinha alva e torrada, carne gorda, mangabas, murici, fumo pra cachimbo. (79)

As lojas vendem chita, madapolão, algodãozinho, água de colônia, facas e "macassar (extrato) para perfumar" cabelo.

---

(78) Resolução nº 1.365. de 20 de novembro, art. 42.
(79) "Dia de Feira", in "Antologia do centenário", pág. 115 e ss. Imprensa oficial, 1969.

Em outro dia, tinha-se a feira do gado. Em Pacatuba, até os anos 30 de nossos dias, era desse modo. A boiada vinha de longe, engrossada ao longo dos caminhos, em vilas e povoados, até parar ali, nas proximidades da antiga cadeia pública: cem ou mais animais.

Dali, divididos em lotes, os animais tomavam outras direções. A Câmara – como de resto acontecia em alguns lugares – ultimava providências para não faltar pastagem abundante ao rebanho. Fundamental, imagina-se, a municipalidade poder promover a feira de gado de corte, pelo fato de atrair à sua sede marchantes endinheirados, gente que, na maioria dos negócios, representava, como em Pacatuba, o poder de compra da Capital.

Os bovinos, em maior quantidade de cabeças, acabavam mesmo encaminhados para o abastecimento de Fortaleza, indo estacionar obrigatoriamente em Arronches (Parangaba), como ainda a meados do século passado exigia postura da Câmara Municipal da Capital (Resolução nº 1.116, de 3 de agosto de 1865), a determinar proibida a "compra de gado aos boiadeiros, antes de terem entrado eles para" aquela feira. (Art. 138).

Fortaleza defendia-se como podia da ação dos marchantes açambarcadores. Em 1835, a Câmara Municipal por suas posturas (dia 5 de junho) proibia aos marchantes da cidade "fazerem acintes a todos os que conduzirem gado" para abate, tencionando "botarem para fora do mercado, e eles (negociantes já estabelecidos, tradicionalmente) poderem vender a carne pelo preço que bem lhes parecer", explicitado na lei que marchantes e negociantes de gado não queriam outros (concorrentes) a tratar do "negócio", para fins de privilégios nos lucros.

O recolhimento do dízimo de gado grosso, em relação a igual imposto cobrado sobre miunças (cabras, ovelhas e

porcos) apresentava ponderável diferença a menos no valor final da arrecadação. Em 1870, por exemplo, enquanto o Estado recolhia 58:947$004 de dízimos do gado grosso, a miunça haveria de contribuir com quase o dobro: 109:106$961. Realisticamente, de 1866 a 1872, a tributação sobre a miunça ofertou resultados mais expressivos.

Pode-se entender que o rebanho miúdo fosse maior, gerando impostos efetivamente significativos por esse tempo, passando o de gado vacum a crescer por diante, quando – imagina-se –, aperfeiçoadas, as condições do criatório se adequam aos objetivos de pecuária sob sentido mais fortemente econômico.

Por outro lado, vão surgindo novos fatores. Com a marcha da urbanização das cidades interioranas, tornam-se mais atentas às câmaras no cumprimento de posturas, já então indesejáveis os abusos cometidos pela criação de carneiros, cabras e suínos, em plena liberdade na via pública.

O cercamento de terras, em primeira etapa efetivado com estacas de sabiás, garranchos – e, em alguns lugares, com pedras – vai consolidando, a cada dia que passa, o uso mais privativo, ou individualizado, da propriedade rural.

Tudo leva a crer que depois de 1915 começam a melhorar os "rebanhos de certas áreas" (no Nordeste) com a introdução dos primeiros reprodutores zebus, que, no Ceará, começam a chegar pelos anos 20. E, com a expansão dos algodoais pelo sertão – escreve Ernani Silva Bruno –, "surgiram as cercas divisórias de arame e as "mangas", terrenos cercados para o gado de engorda destinado à venda". (80)

O uso do arame é prática deste século, não obstante estimulada sua produção, em caráter industrial, nos Estados Unidos, a partir de 1873.

---

(80) in "História do Brasil, Geral e Regional, 2 – Nordeste", p. 179.

As boiadas, descendo dos sertões para suprir o abastecimento de carne verde da Capital, já não dispunham fácil de locais livres para pastejo...

❊ ❊ ❊

O homem que se emprega às atividades campestres, seja em serra, caatinga ou brejo, sabe que em última análise defronta a grande estiagem, numa cercadura ecológica em que nem sempre os verdes presidem à fartura. Aprendido desde pequeno na didática das variações meteorológicas, percebe que o tempo inesperado e áspero modifica a paisagem; seca rios, enxuga o chão molhado; estorrica poços... Por cima do que foi encorajante tapete de verdes, enfornalhado e crudelíssimo pastora o sol. São dias, meses e até anos de império da "maldita" que, de repente, chega para recolher o resto de frescor e crestar a lavoura de ricos e pobres.

A essas horas, valiosa a recorrência a Deus por intermédio dos santos de sua grande Corte. Fracos e altivos, senhores e escravos, dobram o joelho; – prostram-se. Não existem poderosos para prevalecer nesse cenário de desencanto e angústias se os **sinais** do tempo, que se altera, indicam a presença de calamidade iminente. Repetem-se orações e rezas. Há palavras, mensagens de fé, para fazer nascer o pé de feijão, florescer o milho; para chover, ou deixar de chover.

Diante da perspectiva de seca, traumatizante período para a comunidade que tem na terra o seu sustentáculo, a união de todos funciona. O povo se liga pelos caminhos da fé (ainda que muitos não a cultivem). Enfileiram-se todos em procissões religiosas; dão-se traslados de santos de uma igreja para outra, e até seqüestros destes, compelidos a desatarem as nuvens em favor de quem lavra a terra ou cria.

Sedimentam-se no cearense – anotou Heribaldo Costa (81) – convicções que têm sua origem no início agitado da colonização, "quando o Padre Francisco Pinto pacificara as lutas sangrentas dos índios do Jaguaribe com os portugueses", em 1597. "Padecendo incruenta seca", pediram os selvagens a seu missionário fizesse cair sobre a terra escaldada o refrigério da água bendita. Dizem as crônicas ter o padre, humilde e perplexo, rogado a Deus a vinda da chuva de que necessitavam, para com ela também regar a espiritual e "tão fecunda e dilatada seara que prometia tantos frutos". Mal acabara de suplicar o ardoroso sacerdote, no "mesmo instante se desfizeram as nuvens em água".

Desde então o surpreso missionário se apelidou "Amanajara" – Senhor da Chuva! E serviu de exemplo.

* * *

A estrutura familiar do sertanejo, cuja formação é de intuitiva solidariedade grupal, junta-se sempre em direção à Igreja. De igual modo, desloca-se ao campo para cuidar da roça em mutirão; e não se dispersa da dependência das forças sobrenaturais que julga contribuírem para os padecimentos seus e da própria terra.

Às manifestações da natureza, verdadeiros sinais decodificados pela sua compreensão, apreende normas, comportamentos, que o ajudam no exercício agrário. As cinzas de fogueiras, pulveriza-as sobre o chão por cultivar, ajusta o assobio, em harmonia com a fé, para que não falte vento ao incêndio das coivaras. E tem regras especiais para semear, e para colher (principalmente

(81) "Vaqueiro", Ramos & Pouchain, Fortaleza, 1941, págs. 14 e 15.

em se tratando de ervas medicinais), preferindo fazê-lo em momento azado, na força da lua cheia, que as plantas, obtidas dessa forma, são melhores do que havidas sob a influência do minguante.

No roçado, pelo menos nas horas em que o volume de serviço exige a colaboração de maior número de pessoas, jamais faltam os familiares.

Comuníssimo classificar as ocupações braçais em duas espécies: as de "serviço" e as de "obrigação". "Serviço" é "trabalho que reproduz remuneração ou o seu equivalente em produtos da terra". A mulher, por exemplo, quando vai ao roçado da família, está representada na condição de prestante de uma "obrigação", porque, o que vai fazer, para todos os efeitos, é prolongamento de suas "tarefas caseiras" (82).

Nesse contexto das relações do homem e da família com a terra, indescartável o sentimento por ela. A "tradicional vinculação afetiva à paisagem, mesmo a arrepio de renovadas situações vexatórias, inextricáveis, é que mais demora desvincular-se de sua estrutura social, continuadamente desgastada em regime de desmonte progressivo, primeiro pela perda do apego ao simplesmente material, ao que plantou – por exemplo – e viu perder-se no campo; depois, ao sentido cognitivo que o modelou ao longo dos anos, temente a Deus, personagem privilegiado

---

(82) Sylvio Rabello, "Cana de Açúcar e Região", Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1969, pp. 82, 83. Está dito aí: "Obrigação "à aquele tipo de trabalho de que não se tem salário, mas está ligado ao "status" da dona de casa, da mãe de família. Mesmo que ela se esbalde, o dia todo, cozinhando, lavando roupa, carregando potes d'água ou feixes de lenha, debulhando feijão, pisando milho, cuidando dos filhos, fazendo renda e mesmo dando a sua demão na farinhada, na matança de porco ou cabrito, ela não está em "serviço", está na "obrigação". (idem, ibidem)

desses momentos, quer na sua própria imaginação ou na de taumaturgos que tutelam a área paroquial –, ou ao indecifrável sugestionamento de coisas que lhe falassem, vindas do inescrutável, a esclarecer não como seria o futuro pragmático de sua vida (se obterá cabedais) mas tão só em que medida terá a verdura dos dias molhados do ano". (83)

Tudo que sucede de mal fica à conta dos "castigos dos céus". Assim o ano seco, ou diluvial, o inverno prejudicando a tudo e a todos. Se a plantação não viceja e a mesma esmorece, vê prova de rancor divino.

Por essa razão não admira que, a começo do século passado (em 1826), desse crédito a fato de excomungados pela Igreja, não pagando o dízimo, ficassem com suas terras sáfaras, sem nada produzirem. Pelo menos é como está em relato do Ouvidor Des. João Antônio Rodrigues de Carvalho, a 20 de agosto daquele ano:

"As serras vezinhas do Sobral, produzião suficientemente algudão. Motivos de interece levarão o Antônio Jozé da Silva, sendo arrematante dos Dizimos da Freguezia, a rogar ao Padre Jozé Gonçalves de Medeiros, Vigário da Villa que excomungasse as terras dos plantadores que pagavão mal o dizimo. O Vigário, ou de sua authoridade, ou do Cabido (então Sé-Vacante) anuiu, e excomungou na estação da Missa Conventual as terras. A cazualidade trouce deminuta safra, e os Povos se persuadirão que a Escomunhão tenha ligado. Depois da volta do Vigário da Corte, plantadores mais piedozos, suplicarão o levantamento da Excomunhão (,) que o Vigário concedeo a certo estipendio. Continuou a esterelidade, e acabou-se de arraigar no Povo a crença de terras interdictas, e ninguém planta mais".

(83) Eduardo Campos, "A viuvez do Verde" IOCE, 1983, págs. 62 e 63.

Narrava tais fatos o Ouvidor, muito crente da influência exercida por aquela situação "contra a pequena balança dos interesses do Sobral, e não por indenização do Vigário, a quem, qualquer que elle fosse, nunca me impediria a faltar a verdade". (84)

Sob tantas circunstâncias – terrivelmente adversas, assim nos invernos excessivos, nas chamadas "secas d'água", como em estiagens que parecem não mais querer parar – funda-se de modo inelutável a agricultura de tipo emergencial, de quase nenhuma importância, enquanto as atividades do criatório, com os astros maiores de seus "labores másculos", os vaqueiros (85), afirmam-se.

❊ ❊ ❊

O negro escravo também, como denominei em outro estudo, é "artífice do sertão". (86) Até hoje, não há sido fácil definir na exata, nem mesmo sob avaliação aproximada, o coeficiente de sua contribuição aos encargos exigidos quer pela pecuária quer pela agricultura dos sertões, que sua mão-de-obra – como tudo leva a crer – tendia mais para a absorverem as "obrigações" de caráter doméstico de seus senhores.

Em apreciação que fizemos antes, baseada em indicativos confiáveis de escassa estatística disponível a respeito, obtivemos um indicativo do aproveitamento da mão-de-obra servil pelos sertões, cujos dados resultam significativos, senão vejamos: numa listagem de 691 es-

(84) D. José Tupinambá da Frota, "História de Sobral", 2ª edição, Editora Henrique Galeno, Fortaleza, 1974, pág. 388.
(85) Yaco Fernandes, o.c., pág. 62.
(86) Eduardo Campos, "Revelações da condição de vida dos cativos do ceará", Fortaleza, 20 edição, 1984, pág. 54.

cravos identificamos, como se segue, a presente qualificação profissional: "como lavradores (31,10%); empregados em serviços de cozinha (31,10%); em outros, ainda de caráter doméstico (21,05%); vaqueiros (2,87%); trabalhadores braçais (2,39%); lavadeiras (1,91%); engomadeiras (1,43%); fiandeiras (0,95%); pedreiros e carpinas (0,43%)" (87).

Continuando escrevi ainda que o "negro inseria-se na paisagem dos sertões, mesmo na das áreas castigadas pela inclemência das grandes estiagens, como a do Nordeste, quer nos serviços subsidiários do campo, quer como elemento desgarrado de seus senhores, escondido em choças construídas entre árvores nas matas..." (88)

Em anúncios divulgados nos jornais, pelos proprietários de negros fujões, há sempre informações a respeito da ocupação dos evadidos; ora se trata de "fábrica de fazenda", por exemplo, cabra chamado Pedro; ora, jovem escravo, contando 25 anos, bom no trabalho de enxada "e machado"; ou outro, dessa vez mulher, esfuziante criatura, que acode pelo nome de Margarida, natural de Siupé, a fazer de um tudo, pois manobrava as artes de sapateira, atirava de espingarda, sabia pescar e caçar, e por especial referencial, "trabalhava "em roçado, de foice e machado", etc. etc. (89)

Não sem razão há escravos insistentemente procurados pelos donos, a se evadirem. É que escasseiam braços para a lavoura e a pecuária.

---

(87) o.c., págs. 58 e 59.
(88) idem, pág. 60.
(89) Dita escrava, que fugira de seus senhores em 4.10.1855, ainda em maio de 1857, estava procurada insistentemente. Devia ser figura de escrava, extraordinária, pela serventia que prestava. Mulher de serviço, de "beiços grossos, peitos grandes", feia, de físico pouco sensual, mas extrovertida, pois nas horas vagas "era cantadeira de samba". (o.c.. pág. 104).

Ciente desse quadro, José Júlio de Albuquerque Barros observa: "há pouca escravatura no Ceará" e "essa mesma encontrada nas cidades e povoados", bastando ver a estatística do "chefe de polícia, Dr. Buarque de Nazareth, em que a comarca da Capital" possuía "em 1866, 63.481 habitantes livres e 1.955 escravos". Destes – é dado importante – 828 constituíam "toda a população escrava de nove distritos, inclusive Maranguape e Pacatuba, fundamentalmente rurais". (90)

Na mesma exposição pode-se ler pensamento conclusivo a respeito: "Reduzida a agricultura, ao braço livre, se por um lado goza de todas as vantagens de um trabalho mais inteligente, perfectível e econômico, por outro luta ainda com deficiência de operários". (91)

Fora de dúvida: a mão-de-obra empregada não só nas atividades agrárias mas nas fábricas (oficinas, pequenas indústrias) é quase toda livre. Em Fortaleza, em 1868 – como relata na edição do dia 17 de abril o "Jornal do Ceará" –, a capacidade industrial da capital resume-se a 48 engenhos de ferro, 25 de madeira, 46 oficinas (das de finalidade própria para o tempo) e 285 fábricas (aviamentos) de farinha. No setor **industrial**, se assim é possível mencionar, empregam-se 574 pessoas, sendo 514 homens e 50 mulheres, e, desse número, 512 livres e apenas 60 escravos, os últimos, 12% dos primeiros. Na periferia urbana ou praticamente rural trabalhavam nas 285 **fábricas** de farinha 810 homens e 900 mulheres, portanto 1.710 operários, mão-de-obra aproveitada sazonalmente e para a qual deviam contribuir, com a sua participação, duzentos e poucos escravos.

---

(90) o.c. ("Relatório"), págs. 16 e 17.
(91) idem, ibidem.

O primeiro quantitativo da mão-de-obra referida é a que se ocupava nas atividades de engenho. Nas 46 oficinas havia 131 trabalhadores, o que nos faz arriscar fosse o serviço, praticado, de fundamentos especializados.

Para José Júlio de Albuquerque Barros, na mesma fonte de informação, pratica-se por esses dias uma agricultura rudimentar, deplorada a falta dos "princípios gerais da cultura, amanho e adubo das terras". Faltam máquinas e instrumentos agrários apropriados. As cinzas continuam sendo a forma tradicional de melhorar a terra, aproveitadas aquelas por ocasião da queimada dos roçados em formação. Não são conhecidos defensivos agrícolas. O combate, por exemplo, a cafeeiros praguejados, faz-se pela "poda, o decote, a queima de algumas plantas mais infectadas..." Em geral a purga do açúcar leva 'quase um mês, conquanto haja os que o purifiquem com álcool, providência que abrevia o prazo para de 4 a 6 dias. A farinha produz-se com imperfeições facilmente notadas. "A granulação é muito defeituosa, pelo tamanho e irregularidade da forma: a cor é pouco alva; o cozimento ou torrefação é desigual". Os fornos metálicos não existem. A borracha é mal preparada, daí a razão de estar "muito depreciada, a ponto de ir em notável decadência a indústria extrativa desse produto". Enfim, lamentava o mesmo informante: "...a agricultura ainda carece de arte, braços, de capital..."

Pela pauta fiscal publicada no jornal "O Commercial", em 1857, tem-se idéia da capacidade produtiva do Ceará. O algodão em pluma pagava a pauta de até 7$000; o caroço, por arroba, 2$; arroz pilado, 3$; em casca, 4$; a canada do azeite de carrapato (entenda-se: mamoneira), 2$600; açúcar em rama, 5$500; refinado, 6$400; mascavo, até 3$400; café pilado, da chamada primeira

sorte, 5$500 a 6$; o alqueire de semente de carrapato estava avaliado em 5$200. Passível ainda de cobrança de imposto: cera de abelha, idem, de carnaubeira, carne seca ou salgada, farinha de mandioca, feijão, milho, mel de engenho, idem, de furo, queijo, toucinho, borracha, madeira (de vários tipos), sal, sebo fundido, "sola ou vaqueta em meios..."

Em seu "Relatório" José Júlio de Albuquerque Barros postula a criação de estabelecimento creditício para atender na área rural; a fundação de instituição que repassasse conhecimentos agronômicos e as suas artes, sem esquecer a veterinária; abertura de vias de comunicação e introdução de máquinas que pudessem substituir "quanto possivel" o "esforço humano". (92)

O pretendido desenvolvimento da agricultura vai caminhar sempre de modo desanimador. Não se tem notícia de que, pela década de 1868-69, o Ceará, importasse arados, então vendidos nos Estados Unidos a 5 e 10 dólares. Só pelos dias de 1880, João Antonio do Amaral & Filho dispõem para venda na sua Loja das Máquinas, em Fortaleza, os "mais aperfeiçoados" (jornal "Constituição", 6.01.1884).

E nesse século, tudo indica, o adubo passa a ser incluído na relação de produtos vendidos pelas casas fornecedoras de material agrícola. Fertilizante, fabricado pela Sociedade Produtos Químicos L. Queiroz, é indicado para a "grande e pequena lavoura". Vende-o, no Ceará, o representante do fabricante, Severino de Macedo, estabelecido em Fortaleza na Praça General Tibúrcio, 154. Famoso na época "O Plutão de L. Queiroz" para extinguir "as hervas daninhas nos terreiros de café, nas ruas, calçadas, nos canteiros e arruamentos..." (93)

(92) o.c., idem, ibidem.
(93) in jornal "Unitário", 6 de novembro de 1917.

4

O "pão do Brasil" – A engenharia primitiva da arte de fazer farinha – As crises da mandioca – A presença do legislador autoritário – As "fábricas" de plantações de farinha – Antigas posturas municipais – A farinhada, a "testa de engenho" do Ceará

Está escrito no Diário de Matias Beck, assinalativo de ocorrências do dia 26 de agosto de 1649: "Segui, com o major Gartsman e M. B. van der Meulen, para a roça situada a boas duas milhas da mina junto ao rio Itapeba, a fim de verificar se nas vizinhanças há terrenos próprios para maiores plantações" e "chegados à mencionada roça, que mandei fazer pelos brasilienses em proveito da Companhia, observamos que, atendendo ao curto espaço de tempo desde que foram plantadas, a mandioca tem prosperado admiravelmente e assim Deus Nosso Senhor nos concede ainda algumas chuvas teremos farinha em abundância e poderemos plantar roças em proporções com as nossas necessidades..." (94)

Aos olhos do holandês Hendrick van Ham, em 1638, a indiada do Ceará não prometia muito, por não fazer mais do que correr pelos matos à procura de alimento. Mas o escrevente dessa observação considerava de urgência a abertura de "novas roças e plantações de mandioca, as quais só podem ser feitas pelos índios, visto como os soldados nenhuma inteligência têm desse mister" (95)

---

(94) "Diário de Matas Beck" in "Três Docs. do Ceará colonial", IOCE, 1967, pág. 279.
(95) Apud. Vingt-un Rosado e América Rosado in "Os Holandeses nas salinas do rio Mossoró", 1987, pág. 127-130.

A cultura da mandioca, o "pão do Brasil", no dizer do economista Pinto de Aguiar, era fundamental para a garantia do situamento do colono, lição aprendida aos da terra, que, preferentemente, se valiam do substancioso alimento indispensável à sua sobrevivência.

Vicente Yanez Pinzón é autor de referências "identificáveis como alusivas à mandioca, na viagem feita à região que se situaria, segundo uns, do cabo Santo Agostinho à foz do Amazonas, ou, segundo outros, da costa do Paria, no delta do Orenoco".

Mas a primeira notícia, conquanto resumida, sobre como os índios cultivavam-na, prestá-la-ia Hans Staden em publicação feita em Frankfurt, em 1556: "Nos lugares onde querem plantar, cortam primeiro as árvores e deixam-nas secar de um a três meses. Deitam-lhes fogo, ao depois queimam-nas e então é que plantam entre troncos as raízes de que precisam, a que chamam mandioca. E arbusto de uma braça de altura, que dá umas três raízes. Quando as querem comer, arrancam o pé, quebram-lhe as raízes e depois os galhos. A estes colocam-nos outra vez na terra, onde criam raízes de novo, e com seis meses crescem tanto que dão já o que comer". (96)

Essa descrição e o mais que Hans Staden menciona estão em seu livro "Viagem ao Brasil", não esquecidas aí as observações da qualidade e natureza dos utensílios usados para a obtenção da farinha, e do meio empregado para sua conservação como alimento confiável por longo período.

Indiscutivelmente, a mandioca estava de modo permanente na preocupação agrícola do ameríndio. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira nos transmite uma

---

(96) in "Mandioca – Pão do Brasil", Pinto de Aguiar, Civilização Brasileira, 1982, págs. 25 e 26.

das mais completas informações sobre essa cultura e elaboração de subprodutos, acrescentando como se preparavam tapiocas, carimãs, farinhas e beijus.

Nesse autor vê-se, possivelmente, a primeira descrição da "engenharia" que preside a manipulação da mandioca em seu desdobramento. "Descascada e ralada, a dita mandioca" (...) "vai ao tipiti, que é um cilindro tecido, ou de talo de garunmáa, ou de yassitara, que é a melhor". (97)

No mesmo lugar aquele estudioso dos temas indígenas do Amazonas acrescenta: "Que pelo respeito à fábrica das farinhas em geral, também se deve advertir que em outras partes do Brasil, em vez dos ralos de mão, estão introduzidas as rodas, que expedem os trabalhos em grande, e as imprensas (prensas) em vez dos tipitis". (98) O processo indígena, empregado para a obtenção da fécula da mandioca, viu-o Thomas Ewbank em visita ao Brasil, em 1846: "A polpa (da mandioca) é posta em sacos de fibra ou pano e é submetida à prensa" (...). "Os aborígines, para o trabalho de raspagem, utilizam-se de uma prancha de trinta a quarenta centímetros de largura e sessenta de comprimento. Uma face é untada com uma camada grossa de goma – uma cola natural que fica dura como pedra, e onde se insere às vezes em formas regulares e caprichosas uma multidão de pequenos pedaços de granito escolhidos de peças quebradas de propósito. Sobre esta prancha, cada raiz, depois de ter sido lavada e tendo-se-lhe removido a casca, é reduzida a polpa. Quando se acaba de raspar a quantidade desejada, a próxima coisa a fazer é comprimi-la com o objetivo de fazer escoar a água, e depois

(97) "Corografia Histórica, Cronográfica, Genealógica, Nobiliárquica e Política do Império do Brasil", Mello Morais, 1859, tomo II, pág. 320.
(98) o.c., pág. 327.

que esta é expelida, a massa é posta sobre uma grelha aquecida e mexida até secar". (99)

A mandioca, a fonte alimentar mais valorizada nos tempos marcados pelo rigor de estiagens prolongadas, torna-se uma preocupação das autoridades que tudo fazem para tê-la desmanchada, portanto beneficiada, pronta a acudir às necessidades de mercado, não de raro angustiosas, para não dizer dramáticas. A respeito vale mencionar o registro feito por Luiz Motta Feo e Torres no século passado, contando não haver passado "revista aos regimentos de Cavalaria dos Cariris Novos e dos Inhamuns"(...) "no interior do sertão, por causa da nunca vista seca que tem devastado esta Capitania, com perda de inumeráveis gados de toda a sorte, destruição de lavouras tanto de mandioca como de algodão". (100)

Escasseando, ou faltando de todo o produto para o consumo dos habitantes, inevitável a movimentação do sistema administrativo das comunidades efetivando a ação de policia e fiscalização para que vilas e cidades tivessem os seus mercados abastecidos. Agiam ásperas as autoridades, sem contemplação. Em circunstância de crise, em Pernambuco, pelos idos de 1792, e face à avidez dos preços extorsivos praticados, a autoridade toma enérgicas medidas "refreando tanta maldade", como explica, contendo os exageros e conseguindo o preço da farinha não excedesse de 5$000 por alqueire. Muitos "acusados de terem farinha guardada para especular foram por esse motivo recolhidos à cadeia e carregados de ferros, e a farinha que se lhes achou tomada por perdida e o seu produto aplicado para os lugares de Santo Amaro". (101)

---

(99) "Vida no Brasil", Itatiaia, 1976, pág. 284.
(100) Guilherme Studart, "Notas para a Hist. do Ceará", pág. 423.
(101) "Memórias Históricas de Pernambuco", vol. 4, págs. 368, 369, in o.c., pág. 425.

Alimento importante para todos, imprescindível a expedições guerreiras ou exploratórias. Nessas circunstâncias beneficiavam-na sob cuidados para perdurar consumível. Os índios denominavam-na "farinha de guerra". Indispensável, terem-na disponível para as exigências de boca. Dessa forma Manoel Soares de Albergaria, na Paraíba, a 14 de maio de 1 699, em carta a S. M., arguía a necessidade de consertar as armas dos arius e lhes dá "40 alqueires de farinha e algumas carnes". (102)

Fora de dúvida que a preferência agrícola, por parte do colonizador, tendia a favor do situamento da cana-de-açúcar e instalação de engenhos para moê-la. Em resposta a pleito de concessão de 12 léguas na Capitania do Ceará, de Martim Soares Moreno, o Conselho de Fazenda, em 26 de março de 1621, esclarece:

"Mas porque he necessario que os que depois forem povoar achem também sítios ao perto parece que bastará darem-se-lhe seis leguas em quadro, que é a metade do que pede e diz tanto porque esteve na terra e sabe que não é toda fértil nem boa para canas de açucar e que há lugares que é muito pobre de madeiras que são toda a sustância dos engenhos..." (103)

Adiante, repetindo pensamento de Martim Soares Moreno, vai sugerido o plantio de algodões e não apenas da cana-de-açúcar (104).

Só anos depois, pode-se admitir, viu o colonizador a necessidade de valer-se com mais entusiasmo do cultivo da mandioca sob intenção de fazer estoque de farinha.

---

(102) Antônio Bezerra, "Algumas Origens do Ceará", 1918, pág. 196.
(103) Guilherme Studart, "Datas e Fatos para Hist., do Ceará", Fortaleza, 1896, pág. 33.
(104) idem, ibidem.

No tocante tudo leva a crer que os holandeses precederam os portugueses na obstinação de explorá-la, tanto que, a "senhores de engenho e lavradores de canas de qualquer qualidade", tornou-se exigido "plantassem no mês de agosto e setembro, por cada negro ou negra de trabalho, 250 covas de mandioca, e outros moradores de qualquer nação, que fosse, plantassem por cada negro e negra de trabalho que tivesse 500 covas de mandioca em cada um dos ditos tempos, sob as penas contidas nos ditos editais..." (105)

No mesmo documento, de que nos valemos para informar, está dito ainda: em virtude da falta de farinha da terra "nenhum senhor de engenho, nem lavrador de canas de qualquer qualidade e nação que seja, comece a fazer açúcar esta safra seguinte que tem princípio no 1º de agosto sem ter plantado 300 covas de mandioca por cada peça de trabalho de negro e negra que tiver..." (106)

Em 1792, a 16 de março, a Câmara de Fortaleza, em tom naturalmente mais moderado, expede editais "notificando aos plantadores de roçados de algodão, milho, arroz e outros gêneros, a obrigação de **plantarem a mandioca precisa ao consumo público** (grifamos) e a obrigação de no mês de agosto de cada ano apresentarem todos os moradores ao escrivão da Câmara 20 cabeças de animais daninhos à agricultura". (107)

---

(105) "Docs. Existentes no Arq. da Casa Real Holandesa", in RIAGP, Recife, agosto de 1887, nº 33, pág. 184 a 187, o.c. por Pinto de Aguiar, "Mandioca – Pão do Brasil" pág. 36 e 37. Sanções desse tipo não as inventaram os holandeses. Nas comunidades, onde o plantio de árvores era importante para sua sobrevivência, o seu abate estava interditado assim como exigido o plantio de novos indivíduos, "Em quase todas as tribos (cabilas) é castigado com pesada multa o indivíduo que não tiver plantado ao menos dez árvores". In Carlos Nardi-Greco, o.c., pág. 235.

(106) o.c., ibidem.

(107) Guilherme Studart, o.c., pág. 402.

A rigor, na Província parece diluir-se a preferência em favor de terra para o prioritário cultivo da cana-de-açúcar. Nas concessões de datas de sesmarias, já não se vêem as justificativas dos suplicantes, nomeando-as indicadas para "enGenho demoerCanas perasuquares..." (108)

Pelo último quartel do século XVIII, vai-se assistir Manoel Pinheiro Landim obter concessão de data no "riacho Verde", tendo nas terras erguido casa, currais e mais "outros benefícios de rossados e culturas no referido tempo..."(109)

Conquanto ainda ocorram referências dos suplicantes de sesmarias à fabricação de açúcares, enaltecendo a qualidade do solo por explorar (ou já debaixo de exploração), na Serra da Sapupara em 1789 (Maranguape), Manoel Lopez de Abreu Lage é dos que firmam seu desígnio (como gostam de dizer) em abrir "rossados para algodoens, arroz e **mandioca**" (grifamos). (110)

Daí por diante a intenção de requerer terras para fabricar açúcares não é mais do que um clichê. Na verdade, os postulantes conscientizam-se da importância da produção de alimentos mais consumidos pelo povo, nem sempre encontrados fáceis nos mercados. E já querem terras para situar "plantaçoens próprias do Povo, e que podem fazer abundar em muitos víveres de primeira necessidade..." (111)

De igual modo, em data de n^{0}- 624, a 14 de abril de 1790, o Capitão-Mor Antônio de Castro Vianna toma posse judicial de três léguas de terra em cima da Sapupara,

(108) Liv. 1 das Datas e Sesmarias, folhas 61 e 62, 38 Coleção, in "Data de Sesmarias", 1921, pág. 92.
(109) Livro 13º das Sesmarias, folhas 132v e 134, in "Datas de Sesmarias", 82 vol., pág. 50.
(110) o.c., pág. 52.
(111) O.c., páginas 141, 142 e 143.

na pretensão manifesta de erigir "plantaçoens de **farinha** (grifamos), Algodão, Café, Arroz e outras..." (112)

É mais efetiva então a adoção do exercício de "fábricas" para beneficiar a mandioca. O tempo, com as anfractuosas variações cíclicas, acaba por ensinar a todos quanto é necessário o provimento desse alimento para o preparo de beijus diversos (menbeca, puquequa, curuba, guaçu etc.), uns moles, como os primeiros, que não se deixam torrar; outros, pedindo mais sal sobre a massa, e uns terceiros tomar do gosto quando bem assados(113), em diversificação alimentar não de raro preferida a de produtos oriundos da farinha de trigo.

Tudo de certo modo termina em concorrer para maior estimulo do cultivo de gêneros capazes de acudir ao abastecimento dos habitantes da Província. Por exemplo, as instruções reais oriundas do Alvará de 14 de setembro de 1758 (e demais atos que se seguiram) autorizando a criação da Vila de Monte-Mor da América (Baturité, CE), quando El-rei, "pela sua alta independência, grandeza e pia clemência servido", mandava restituir aos indios (do Grão Pará e Maranhão) as liberdades de suas pessoas, bens e comércio, determinando "fossem regidos no temporal e governados pelos governadores e ministros da justiça secular", providência que se completava com o ensino, àquelas criaturas, em que culturas deveriam perseverar, conforme pode ler no Relatório (Pará, 3 de março de 1759), transcrito em "antigo livro de criação da Vila, hoje cidade de Baturité", cópia a que se dedicou Raimundo Cícero Sampaio, em junho de 1877. Lembrados aí os anos terríveis de 1754 e 1755, quando "o excesso de carestia da

(112) Idem, ibidem.
(113) Mello Moraes, o.c., pág. 328, citando o antropólogo Alexandre Rodrigues Ferreira.

farinha", por pouca como havia, fez com que os "precisados" fossem buscar "as ajudas silvestres do mato". (§ 23). Nos parágrafos seguintes do Relatório está explicitada a sugestão de se empregarem todos os lavradores no cultivo também do algodão, do tabaco, destacando o grande consumo do último (§ 27), "precioso gênero" mesmo nos países onde é produzido com abundância. (114)

No direcionamento dos índios para a convivência civilizada, enquanto as aldeias se transformavam em vilas, por inspiração do ideário pombalino, o que já havia sido exigido antes (1759) para a ereção de vilas nas aldeias de Caucaia, Paupina, Ibiapaba, Parangaba e Paiacus, ver-se-á, em plano de maiores dificuldades e indigência administrativa, em Monte-Mor e Novo d'América. A plantação da mandioca exigiam-na de todos, pela sua natural condição de "alimento básico do indígena". Mas o algodão tinha a primazia de "máximo incentivo", aproveitada a colheita local por já transcorrer a "prática de os índios manufaturarem os seus rústicos tecidos em rocas rudimentares". (115)

Convenhamos: a administração portuguesa (exercida então por intermédio dos chamados Diretórios) nada mais faz, no tocante à agricultura, do que adaptar-se à vocação do ameríndio, lavrador realmente de ação "primária e ambulatória", mas assim mesmo ainda agricultor debaixo do conceito do geógrafo Mauro Mota (116), sensibilizado a preparar a terra para as chamadas "culturas rotativas", da mandioca, "do milho, do feijão, da batata, das hortaliças".

Por não serem muitos os indivíduos animados a plantar e a cuidar da farinha-de-pau (desse modo mencionada

---

(114) in "Villa Real de Monte Mor, o novo d'América". Baturité. BNB, s.d., pág. 88.
(115) Vinicius Barros Leal, "Hist. de Baturité", 1981, pág. 68.
(116) "Trópico &", vol. 2, UFP, Recife, pág. 598.

por Anchieta nas **Cartas**), ou correndo insuficientes as vantagens do resultado de sua comercialização – fato que está a exigir estudo mais propositado –, e ainda em razão das inevitáveis evasões pelos malsinados atravessamentos, a venda do produto sempre esteve sob atenta regulamentação das câmaras municipais, como acontecia na da cidade de Fortaleza, que a apreendia onde quer que se encontrasse em momentos de crise de abastecimento. (117)

As próprias autoridades são avaras em dispor do importante produto. Conta João Brígido: em 1815, "seguindo para Angola na sumaca **S. José** dois infelizes que iam cumprir pena de degredo, a Câmara, que para a viagem deles tinha feito despesa não pequena com dois pares de grilhões, lhes mandava dar 1$260 réis para meio alqueire de farinha e um saco, única provisão para **tão** longa viagem". (118)

Empreende-se, em torno da importância do plantio da mandioca, legislação transmitida pelas posturas municipais, algumas transparecendo ao final o motivo pelo qual propujam. Desse modo, a ilustrar, disposição camarista de Lavras, do ano de 1845: "Sendo de reconhecida utilidade a plantação da mandioca manipeba, não só por crescer com mais vantagem, como por se conservar mais anos na terra, e sempre em estado de se poder manufaturar, ordena-se que todo o lavrador deste Município, que cultivar em terrenos arenosos, plante anualmente 400 covas, sob pena de ser multado em 2$000 réis, e as multas que sofreram os transgressores serão aplicadas para prêmios daqueles que em observância desta Postura, conservarem a tal mandioca para desmanchar-se em tempo de escassez, e apresentarem dela maior quantidade de farinha no mercado público". (119)

---

(117) João Brígido, "Ceará, Homens e Fatos", 1919, pág. 223.
(118) idem, ibidem.
(119) Resolução 349, de 3 de setembro.

Praticamente essa postura está repetida noutra da Câmara Municipal de Aracati, em 1837 (antecipando-se á primeira), modificada somente a multa (de 2$000 réis para 10$000), e que podia o infrator, não tendo como pagá-la, responder preso por dez dias. O valor recolhido, pelas penalidades cometidas, era também aplicado "a prêmio dos que, observando a postura", conservavam a mandioca-manipeba (naturalmente sem arrancá-la) por ocasião das calamidades, o que servia de mecanismo regulador dos estoques do produto final. (120)

Os agricultores, em alguns municípios que fabricavam farinha nas ribeiras e plantações, obrigavam-se a manter suas fábricas cercadas e, nelas, o depósito para juntar as "águas da mandioca" chamadas manipueira, a fim de evitar os danos causados com isso aos animais em função do princípio tóxico que contêm, prejudiciais à ingestão. (121)

A comercialização de farinha não transcorria sem embaraços, ocorrendo freqüentes rupturas no precário fluxo de abastecimento, situação compreensível em decorrência de caminhos e meios de transporte deficientes. A própria produção, animada pelo poder público, também não basta.

Se não havia inverno, vigoravam decisões camarárias. As autoridades ultimavam providências intentando evitar o desaparecimento total do produto nas feiras e mercados.

A seca – referi noutro estudo – tornava o legislador provincial bastante precavido. Não ocasionais os dispositivos oriundos de ação das câmaras, em face das situações calamitosas, a disciplinar o comércio da farinha e penali-

---

(120) Lei 68, de 18 de setembro.

(121) Eduardo Campos, "Procedimentos de Legislação Provincial do Ecúmeno Rural e urbano do Ceará", Fortaleza, 1981, pág., 59.

zar os desobedientes. O artigo 25 da Resolução nº 532, de 18 de dezembro de 1850, da Câmara Municipal da Vila do Ipu, serve exemplo: "Nos tempos de grandes fomes e calamidades **é proibido sair farinha** (grifamos) e mais gêneros de mantimentos para fora do município sem licença da câmara, sob pena de pagar seis mil réis de multa cada um dos contraventores..." (122)

Cipriano Barato classificou a mandioca como planta social, chamando a atenção de seus contemporâneos para a influência dela, exercida na fase colonizadora, no Primeiro e Segundo Império, continuando como o **pão dos pobres**.(123)

"Não maldigamos a cana-de-açúcar" – desabafaria na oportunidade, aparteado em seu discurso nas Cortes Constituintes, do Porto – "nem o Café. Mas convenhamos: se houvesse dado (o Império) organização científica à lavoura, que, à época do descobrimento, já alimentava o Brasil, dando-lhe o prato de resistência, a sobremesa, a guloseima e a bebida, e que hoje é suscetível de fornecer infinidades de produtos, resultantes da transformação industrial, convenhamos que o sertão brasileiro seria muito menos pobre, pois teria valorizado o seu gênero agrícola por experiência, aquele que já constitui a mais generalizada espécie de roças. Temos sido ingratos para com a mandioca, que foi elemento **sine qua non** da colonização". (124)

Para o missionário, ou para o guerreiro, a farinha representava alimento indispensável. Padre Martinho de Nantes, na luta que manteve com os índios, no Rio São Fran-

---

(122) Eduardo Campos, o.c., pág. 160.
(123) Apud. Pinto de Aguiar, "Mandioca – Pão do Brasil", Rio, 1982, pág. 84.
(124) Luís Amaral, "Hist. da Agricultura Brasileira", 1958, pág. 304/13, in Pinto Aguiar, o.c., pág. 85.

cisco, não a dispensou para "munição de boca".(125) Os paulistas sabiam que, para a conquista dos sertões, a farinha exigia "grande despesa", como ocorria pelo Século XVII.

Em Sobral, no Ceará, em 1768, a farinha era moeda com a qual o Governador fixava os vencimentos dos professores: "um alqueire de farinha, anualmente, para cada rapaz ou moça que freqüentasse as aulas". (126)

* * *

O Ceará não conhece as emoções da festa de engenho, como ocorre em Pernambuco. Tem-nas por ocasião da farinhada, em ritual que não envolve naturalmente a exibição e excessos de riqueza, cenário e luxo de personagens especiais encontráveis nas celebrações rurais da área da cana daquele Estado. Nada igual se achará por aqui à festa do engenho Jussara, de Jaboatão, descrita por Phaelante Câmara, como se pode ver: "Mais de vinte famílias da primeira linha estiveram na festa realizada no alto de uma pedra de enormes dimensões, ponto extraordinariamente elevado donde se descortinava o horizonte num raio de 6 a 8 léguas". Construíra-se "previamente um barracão com acomodações largas, de amplas salas assoalhadas para danças e para refeições, quartos para a **toilette** e repouso destinado a música e uma dependência própria para servir de cozinha..." (127)

Pernambuco, adepto entusiástico das chamadas festas de engenho – geralmente animadas, para não dizer suntuosas – ignora a farinhada. Nem mesmo o livro-chave

(125) "Relação de uma Missão no Rio São Francisco", vol. 368, 1979, pág. 52.
(126) Pe. Francisco Sadoc de Araújo, "Cronologia Sobralense", vol. I, pág. 247.
(127) Gilberto Freyre, in "Região e Tradição", Rio, 1941, pág. 116.

de explicação sociológica do Nordeste (preferentemente de Pernambuco). "Casa Grande & Senzala", lembra a ocorrência do que se entende por "desmancha". Conquanto esta celebração, não tenha a vocação de encenação burguesa não rara das festas de engenho, é exercício festivo de nítida integração social de patrões e vizinhos com dependentes que se confraternizam democraticamente. Manifestação, sem dúvida alguma, de sociedade de poucos recursos e nenhuma ostentação, que planta mandioca na intenção de beneficiá-la (fazer desmancha), em data especial, comemorando (e consumindo) o fabrico de beijus, tapiocas, etc., preparados com inteligência inventiva e técnica. Quer de dia, quer de noite, entre os que se empregam no ato da "desmancha", têm trânsito as mais saborosas histórias, anedotas e relembranças, que jamais o povo as esquece.

A **desmancha** não é, portanto, apenas motivo de trabalho, mas hora de encontro sócio-artesanal, que se repete todos os anos, fadado a deixar saudade – e quanta! – no sentimento popular dos que participam de suas emoções. Triste, é preciso considerar, em ano seco, vê-se, a exemplo, a casa de farinha, a **fábrica,** com os seus apetrechos de "fogo morto".

"As gamelas emborcadas, a cevadeira bordada de casas de aranha, a prensa para um canto, o forno para outro, o chão esbranquiçado de manipueira, tudo formava um ambiente de saudade dos tempos de fartura, das grandes farinhadas, que abalavam a redondeza toda, divertindo-se também. Moças descascavam mandioca, com uma quicé, homens suados movendo a roda da bolandeira, outros atiçando o forno, transportando lenha, mexendo a farinha para não embolar. A tapioquinha branca, o beiju choutão temperado com coco catolé, o pé-de-moleque transpirando erva doce, quente, enrola-

do em folhas de bananeira, tão gostosos os manués... O grolado, a farinha mole, o grude, umas delicias..." (128)

Na viagem que empreendeu em 1884, em comissão autorizada pelo Governo Provincial, Antônio Bezerra, no lugar Calumbi, de regresso, assistiu à fabricação de farinha:

"Dois indivíduos de rija musculatura" – narra – "com camisas enroladas nos quadris, imprimiam velocidade indizível a uma roda, por sobre a qual corria um relho que fazia mover outra muito menor, coberta de folha de flandre, eriçada de dentes, chamada caititu, que reduzia a massa úmida as túberas oblongas, de diversos tamanhos, da valiosa **Maniot utilíssima.**

"Mais de 12 pessoas tomavam parte no trabalho: umas raspando a mandioca, outras espremendo numa prensa a massa que caía do caititu na gamela, outras passando no forno a farinha". (129)

Mas, onde vamos encontrar o melhor relato de como se desenvolvem os momentos da farinhada, o congresso de pessoas que dela participam, as emoções, o folclore, a nomeação exata dos personagens da **desmancha** da mandioca, é em trecho de romance (conservado inédito), de Rodolfo Teófilo.

No texto do autor de "Os Brilhantes" tem-se, de inicio, as indispensáveis informações sobre o ambiente: "A casa de farinha era um espaçoso telheiro sustentado por valentes forquilhas de aroeira, baixo e sem ladrilho. A casa e a fábrica representavam bem o atraso daquela importante indústria fabril, quase no mesmo estado de adiantamento hoje". (...) "No centro do pavimento erguia-se uma tulha de raízes de mandioca, cuja grossura e comprimento

---

(128) Cordeiro de Andrade, "Cassacos", romance, Adersen Editores, Rio, 1934, págs. 69 e 70.
(129) "Notas de viagem", UFC, 1965, pág. 413.

atestavam a uberdade da terra. Rodeava aquela pilha escura uma dezena de mulheres; umas acocoradas, outras sentadas, a maior parte delas cachimbando, e todas com quicés raspavam com celeridade as raízes arrancando a casca preta, que as vestia.

"Um pouco adiante chiava o **rodete** num diapasão esquisito, movendo-se desesperadamente, tangido pelo volante, que recebia o impulso de uma roda puxada por dois vigorosos caboclos.

"O **caititu** (130) em seu movimento incessante de rotação, numa chiadeira de atordoar, devorava no seu ralo de folha de Flanders as mandiocas que a cevadeira encostava em suas amoladas saliências. Em um instante a raiz, por grossa que fosse, era reduzida a massa e caía informe dentro do **coxo.**

"Em uma das extremidades do talheiro estirava-se uma prensa de vara, feita do âmago de um pau d'arco e com a caixa tão grande que agüentava massa para mais de cem litros de farinha.

"O prenseiro, um cabra escuro, fornido, fazia a prensa enchendo-a de mandioca ralada sobre um forro de palhas de carnaubeira.

"O curiboca, logo que encheu de cogulo a prensa, uniu as pontas das palhas e prendeu-as com o grosso **chaprão.** Só com o peso do madeiro a corcunda se acaçapou um pouco e a **manipueira** esguinchou por todas as aberturas do caixão. O cabra ajeitou o **chaprão** movendo-o para direita e para a esquerda a fim de pô-lo mais ou menos a nível e depois montou no centro dele a extremidade de um toro, roliço, curto, da grossura de uma carnaubeira fina e meteu a outra extremidade debaixo da vara da pren-

(130) No original está grafado: **caitatu**.

sa. Este pau, o **brinquete,** teria de cair, porque a base em que se firmava ia se afundando; mas o prenseiro, senhor do oficio, torce o fuso; um arrocho violento faz baixar a vara, e o **brinquete** numa pressão de achatar enterra o **chaprão** de caixa a dentro espremendo a massa que se comprime, porque vai perdendo o suco que a embebia. Quando a manipueira deixou de escorrer, o cabra dá algumas torcidelas no fuso, que gane dentro da porca e desce o **brinquete,** desce até que esbarra como se tivesse topado no caminho uma rocha dura e fixa.

"O prenseiro pensa que pode dar mais um arrocho ao pau do fuso, entesa-se, põe em ação toda a musculatura, que incha e se salienta em camalhões desde os braços até as pernas. Mas embalde: o fuso não gane e nem desce o **brinquete.**

"Impossível era agüentar a pressão. Dos bordos da caixa da prensa tecidos de palhas de trama miúda atufavam revirados beiços de massa quase seca.

"Na outra extremidade do telheiro um forno redondo e baixo, com cerca de dois metros de diâmetro, com leito de tijolo vermelho, fumega aquecido por um fogo valente e cozinha a terceira fornada. Trepado em um batente o torneiro, um mestiço franzino e **empalemado** maneja com mestria o rodo, que não pára, virando e revirando a farinha para que o calor se distribua com igualdade e não se aglutine a massa nem tão pouco se queime".

No ar, no interior do lugar, corre o bom cheiro da farinha. Os homens que movem, com os braços, os pesados equipamentos toscamente construídos, ofegam, "esbaforidos com a pele num banho de suor..."

O trabalho não cessa. Geme o fuso, chia o rodete. E como lembramos antes, não faltam as histórias, os gracejos, tudo num "convívio alegre e fraternal".

Os, que raspam a mandioca porfiam, em dar "**capotes**" uns nos outros. E o que chamam "partida dos capotes", assim contada pelo romancista: "Rosalina foi quem saiu primeiro, raspando uma bem criada raiz da cabeça até o meio do corpo. Descascada a metade, atirou-a ao contrário, que apanhou-a quase nos ares e o seu quicé continuou o descascamento num ruído seco de raspadura apressada. Quando o ferro tirou o derradeiro pedaço de casca, já Rosalina sacudia outra mandioca despelada como a primeira para Queiroz, que recebeu-a e acabou de descascá-la.

"Mais de uma hora levaram nesta porfia sem ganhar e sem perder, sem terem o gosto de atirar um no outro uma chuva de cascas", os tais **capotes.**

Enquanto isso, tem-se a presença do cantador, poeta do povo que instado pelos companheiros, canta:

"Raspa, raspa mais ligeira,
Caboclinha do sertão.
O prenseiro está parado,
O puxador esbarrado,
Não gosta disso o patrão.

Peneira massa, peneira
Que o forno está de queimar;
Passa mão com mais sustança,
Não tenhas medo. Esperança.
Da mão fina calejar.

Puxe a roda, Zé Vicente
Que a cevadeira dormiu.
Tire a vista da peneira,
Que no peito da Vieira
Já o bicho se boliu".

Terminando o dia, o trabalho foi esmorecendo. "Não gemia o fuso e nem chiava o rodete. Todos, homens e mulheres, cercaram o forno e com cuias cheias de massa iam aproveitar o calor no fazimento de **beijus.** Em breve o quente ladrilho ficou quase coberto de grossa obreias do tamanho de um chapéu, que a quentura ia cozendo e aglutinando ao mesmo tempo".(131)

Ao soar das nove, foram-se todos. No outro dia haveriam de voltar para continuar a **desmancha**. E outra vez, com toda certeza, o poeta do povo estaria presente para cantar:

"Raspa, raspa mais ligeira,
Caboclinha do sertão.."

(131) Rodolfo Teófilo, "A farinhada", in "O Pão", 15 de setembro de 1896, nº 33, págs. 3, 4 e 5.

5

O boi toma conta do sertão – Os currais – Onde se vive de sol e solidão – O vaqueiro: índio domesticado ou caboclo – Legislação de proteção ao criatório – Uma fazendeira realmente de grandes cabedais – Gados graúdos... e também miúdos – Os porcos chafurdentos e as imundícies

ACEITÁVEL QUE PELO MENOS A INTENÇÃO DE SITUAR O CRIATÓRIO de gados nos sertões do Ceará, de modo mais generalizado, começa pelo último quartel do século XVII, quando os suplicantes à concessão de sesmaria, Francisco Berenguer e irmãos João César, Feliciano e Antonio Bezerra, querem meter "moradores com currais de gado". (132) Esse tal Berenguer, ainda pelo ano de suas postulações, (1681), transparece claramente a pretensão de "ajudar a povoar esta Capitania do Ceará, metendo nela gados como fábrica e moradores..." (133)

Coincidentemente e com precedência de alguns anos, em 1674, Domingos Afonso Mafrense e seu irmão Julião Afonso Serra, criadores pertencentes à Casa da Torre, na Bahia, às margens do Rio São Francisco, naquele Estado, auxiliados por Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, "deixaram seus lares, e após percorrerem trinta ou quarenta leguas do **sertão,** atingiram o Estado do Piauí, aí entrando pelas cabeceiras do rio Piauí, onde estabeleceram as primeiras fazendas de gado..." (134)

---

(132) Antônio Bezerra, "Algumas Origens do Ceará", Fortaleza, 1918, págs. 44 e 45.
(133) Idem, ibidem.
(134) Antônio José Sampaio, "Descrição Geral do Estado do Piauí", in "Cronologia Hist. do Estado do Piauí", Rio, 1974, pág. 45.

Acudido de forte documentação histórica Antônio Bezerra dá-se por convencido – e por igual convence – "de que a introdução de gados do Icó foi feita ao tempo de 1702, depois de se povoar mais ou menos, quando o consentiram os Tapuias Icós, o que prova não ser possível" – como lembrou João Brígido "que 55 anos antes, em 1647, tivesse fornecido as reses que conduziu para Pernambuco o Capitão João Barbosa Pinto". (135)

Pelos idos localizáveis no último quartel do século XVII, começa a vingar a semente de gado no Ceará, já ocorrendo pela meia centúria do século seguinte as referências, por exemplo, de que, em 1709, em "50 léguas de extensão", na "Ribeira de Banabuiú, apropriada à criação de gado", existiam trinta fazendas, (136)

Pode-se imaginar aqueles anos para os que se propuseram a tomar conta dos primeiros rebanhos, com o boi a exigir manejo à base da obstinação, a começar pela ausência de pasto – como o entendemos modernamente –, o que obrigava a permanência do gado confinado em currais de **caiçaras,** até que, dos roçados que se iam abrindo em repetidas áreas às vezes contínuas, surgisse espaço próprio para a presença mais numerosa de gramíneas e leguminosas. Há abundância de ramos, cipós e paus para o cercamento dos currais improvisados. Trabalho fatigante, enquanto alguns historiadores de pouca compreensão da situação não o julguem assim. A vida do campo, por esses anos, é constante desafio. Não só pelo desconhecimento dos chãos que se conquistam, mas pelos índios que não se desejam conquistados.

Tudo é problema; muito exigido o colonizador posto na figura de fazendeiro criador. Ele tem pela frente a pre-

(135) Antônio Bezerra, o.c., pág. 87.
(136) idem, pág. 89.

ocupação de defender as reses do índio preador, e as próprias roças de subsistência obrigam-se a ter cercas, ainda que toscas, feitas de galhos de árvores e cipós para impedir a invasão do gado.

O vaqueiro é tudo nessa conjuntura. Afinal de contas ele próprio responde pelo rebanho entregue a seu cuidado, e pelo progresso ou derrota da situação de terras, currais e bichos em formação.

"Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros". (137)

Atividade empalmada pelo índio no Ceará, "excelente vaqueiro", vocacionalmente adaptado mais aos procedimentos do "trabalho pastoril exigido".(138)

* * *

Ao boi estava reservado fator primacial na afirmação da Economia cearense. Ele abre caminhos, toma os espaços, nutre-se sabiamente numa paisagem que, nem sempre, é encorajante para a vida humana quanto mais para a animal. O boi não é apenas carne, é a vereda que se torna estrada para depois, e tração desejável de viaturas toscas que transportam a produção dos sertões.

---

(137) J. Capistrano de Abreu, "Capítulos de Hist. Colonial" (1500-1800), 5ª edição, 1963, pág. 148.
(138) Djacir Menezes, "O Outro Nordeste", Rio, 1937, pág. 75.

"De couro era a porta das cabanas" – escreve Capistrano de Abreu numa de suas mais acolhidas observações – "o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de facas, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz". (139)

O sociólogo Joaquim Alves anotou: "Os sertões distantes, ondulados, carrasquentos, xerófilos, com seus rios temporários, ficarão para os rebanhos e para os vaqueiros que deveriam continuar com os mesmos hábitos, as mesmas práticas agrícolas, o mesmo nomadismo das vaquejadas, conduzindo os gados, nos anos escassos, e nos períodos estivais, para as terras mais frescas, onde existissem pastagem e aguadas". (140)

Na paisagem sertaneja – o "cosmo-país" do cantador de feira – vai "inscrever-se o comportamento humano cuja linguagem se aperfeiçoa nas duas realidades convividas, – a que fere diretamente o homem, e a que lhe penetra o coração indo ao mais fundo do seu ser, aprendida pela divagação onírica; arrebatada por mistérios que não sabe explicar."

"Desse mundo, para domar a natureza o desbravador tem de se tornar íntimo de tudo que o cerca; de bichos e coisas. E ler as comunicações, avisos ainda que imper-

(139) J. Capistrano de Abreu, o.c., pág. 147.
(140) "História das Secas", 2ª edição, Col. Mossoroense, vol. CCXXV, 1982, pág. 65.

ceptíveis de ecúmeno que ora pode estar comburido, ou encharcado por períodos dágua, opulentos."

"Ao seu redor a influência campestre é táurea: – visões e fabulações. A sina pelo indecifrável, apertando-o cada vez mais, aproxima criaturas – homens e bichos –, dependentes do espaço cósmico".(141)

Se verdade que o vaqueiro, empostado na figura do índio domesticado, do caboclo e do negro em menor grau, negligenciou atenção mais técnica ao criatório – no sentido desejável de aprimoramento genético dos rebanhos – muito mais o fez em relação a si próprio e à sua vida. Primeiro, pelas condições de habitação, aceitando morar em casas praticamente improvisadas, autênticos casebres; depois, pelo insulamento a que o obrigavam as circunstâncias hostis do meio, tendo de enfrentar e vencer a aparente repulsa que lhe ofereciam os chãos por situar.

Estima-se que pelo menos de seis a doze pessoas se empregavam na faina de campo, no trato do gado, assim como no trabalho de conservação ou expansão dos currais. Destes deveriam ser dois os construídos, reservado o menor para o manejo de vacas paridas. Um operário devia tomar conta de pelo menos cinqüenta reses. Desse modo, no Piauí. (142)

Em fase adiantada do processo de ocupação não faltaria a mão-de-obra escrava, ou aquela que, por caminhos ainda não satisfatoriamente explicados, ia parar desocupada, ociosa, nas fazendas; é a dos vadios, aventureiros, ou, se desejarem, dos que nada têm com que viver, à falta de oportunidade de serviço.

---

(141) "As Manifestações Populares do Ceará: o Folclore", Edição comemorativa do primeiro centenário do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1986, págs., 7, 8 e 9.
(142) Spix e Martius, "Viagem pelo Brasil", v. 2, pág. 238.

A fazenda de gado graúdo, de modo geral, constituía-se em "três leguas de terra, dispostas ao longo de um curso dágua, por uma de largura, sendo meia para cada margem", diz Caio Prado Júnior. (143)

Na moldura de circunstâncias da chamada "civilização do couro", o boi gerava tudo significando alimento, "a roupa de trabalho, os objetos de uso pessoal e utensílios domésticos. Bem pouco o que vinha de fora: ferramenta, armas de fogo, sal e algum tecido, tudo isso trazido por **cavalarianos,** espécie de mercadores ambulantes, que, vindos de Recite e Olinda, penetravam o solo longínquo interior, percorrendo-o em todos os sentidos, cambiando suas mercadorias por animais de sela e de carga destinados à faina dos engenhos de Pernambuco", conta José Bonifácio de Souza (144) que, pelos sertões de Quixeramobim, na década de 1870, ainda pelo seu relato, eram encontradiços.

A pecuária afeiçoa as pessoas, une-as em vários graus de relacionamento. Quem se investe de poder (como normalmente acontece a camaristas), passa a exercê-lo a título de "legitimação de suas prerrogativas feudais. Foram assim os sargentos-de-milícias, os capitães-de-ordenanças, os juizes-de-paz" etc. (145)

Nas Câmaras municipais exercem importante influência, concorrendo para a aprovação de posturas que, no entender do autor, que se cita, são "verdadeiros relicários de bom senso e de objetividade, sob feição por vezes ingê-

---

(143) "Formação do Brasil Contemporâneo", Brasiliense, São Paulo, 5ª edição, 1957, pág. 187. No mesmo lugar: "Daí o nome genérico de **ribeira** que se dá às várias regiões do sertão nordestino; a designação vem da estrutura do povoamento que se origina das fazendas assim dispostas".

(144) "Civilização da Pecuária", RACL, Ano LXIII, pág. 156 e 157.

(145) o.c., pág. 158.

nua e extravagante, mas sempre inspirados nas realidades e interesses do meio, sem a influência desajustadora de doutrinas exóticas. Coube-lhes promover o ordenamento jurídico das atividades rurais, legitimando os irrecusáveis privilégios da pecuária, sem prejuízo dos interesses de outros concorrentes" (146), fato que, na prática e no decorrer dos anos, nem sempre pende – dizemos nós –, para o privilegiamento das atividades do criatório.

Quanto à legislação, dada como feita pelos empenhos e influência de fazendeiros, em sua maior porção é repetitiva, indo de um a outro lugar, de uma a outra unidade do sistema administrativo então vigente, em sua maior parte simplesmente adaptada às circunstâncias locais.

* * *

Rigorosamente até o inicio do século não são muitas as propriedades cercadas com arame. Praticamente a terra parecia pertencer a todos, conhecidos os cuidados apenas de proteção às **bebidas**, e estas, de modo bem característico, protegidas por posturas municipais que inspiram inclusive o sentido de cooperação e união comunitária, como está no Art. 101 da Resolução 1309, de 9 de novembro de 1869, vigindo em Vila da Imperatriz (Itapipoca): "Todos os criadores são obrigados a abrir cacimba de gado em suas terras de criar e trazê-las limpas, de sorte que a água não se danifique ou altere. Os que tiverem gado de qualquer espécie, excedente de oito cabeças, são obrigados a ajudar na abertura das cacimbas e tratamento das mesmas, avisados pelo dono da terra, onde beber o gado. O infrator no primeiro caso

(146) idem, pág. 159.

será multado em 20$000 e no segundo em 10$000, obrigado a retirar o gado, que tiver em terra não sua".

Há, principalmente pelo último quartel do século passado, uma sucessão de dispositivos camaristas que concorrem, a nosso ver, para a ordenação do exercício da pecuária. É como se vê, de exemplo, em 1887, em Santa Quitéria: "Os criadores deverão possuir terrenos para criar neste município, tendo estes pelo menos 300 braças (660m) de frente com meia legua (3,300m) de fundo, para comportar 50 vacas. Os infratores sofrerão a multa de 20$000..." (147) Outro artigo, o de nº 28, na mesma lei, determina: "Todo fazendeiro ou criador, que possuir mais de 20 cabeça de gado, é obrigado a ter uma aguada, tanque ou cacimba em suas terras, não havendo açude ou poços, devendo conservá-los limpos e asseados".

A seu turno, o Conselho Municipal de São José dos Inhamuns (148) dispunha não mantivesse nenhum criador os gados, quer fossem vacum, cavalar ou muar, em regime de criar ou de solta "em número superior a 900 cabeças para cada uma légua", o que se deve entender légua quadrada, área por volta de 4.356 ha. Os infratores estavam passíveis de multa exageradamente marcada em 1$000 réis por cada uma cabeça que excedesse ao número fixado. O denunciante do desrespeito a essa postura era sobremodo incentivado, pois recebia a metade da multa arbitrada.

Já outra Resolução, de número 2.115 (149), vigorando em Brejo Seco, estipula que um terreno para o desfrute de rebanho, constituído de 50 vacas, precisava ter "pelo menos 150 braças", ou seja, 2.178m^2. No mesmo lugar, para cada grupo de oito fêmeas, exigido um reprodutor.

---

(147) Resolução 2136, art. 26.
(148) Decreto n^2 7, de 20 de novembro de 1889.
(149) 17 de dezembro de 1885. Braça de sesmaria: 2,20 x 6.600m.

Pelo final de 1800 crescem os embaraços aos que se empregam na atividade agrária, requeridas mais amiúde umas tantas obrigações a pecuaristas e agricultores.

Desse modo, o Intendente Municipal de Redenção (150) não admite que ninguém abra roçados sem estar autorizado, cuidado desenvolvido sob a intenção – realmente elogiável – de conter o desmatamento praticado e garantir o que considerava "alta vegetação" ainda existente. As cercas, por decisão do Conselho de Intendência Municipal de Camocim, deviam ser construídas de forma a **oferecer resistência aos gados**, não tolerados também roçados que pudessem comprometer as reservas florestais. No mesmo tom, obstado o corte – pelo tronco – daquelas árvores de "reconhecida utilidade, como sejam: canafístulas, marizeiras, joazeiros, carnaubeiras e mutambeiras".

Como procedesse a ação dos que tomavam à sua indevida guarda (e proveito) vacas paridas, alheias, era o abuso terminantemente proibido, ficando com direito a fazê-lo só quem se munisse de "licença por escrito" do seu verdadeiro dono. (151)

Esses dias, com procedimentos, posturas etc., que vimos referindo, viu-os Pierre Denis repetidos a início de nossa era, nesta observação: "No começo do verão, enquanto existem charcos onde o gado se dessedente, o criador nada tem que fazer. Logo que o sol os seca, torna-se necessário procurar água para os animais emagrecidos. E a estação em que se abrem poços, porque só

---

(150) Cont. Decreto nº 7. mencionado antes.

(151) Resolução nº 2115, de 17 de dezembro de 1885. A Câmara de Sobral, muito antes, em 1771, mandava multar em 6$000 quem pegasse gado alheio. ver F. Sadoc de Araújo, "Cronologia Sobralense", vol. 1, p. 266.

muito raramente eles existem duráveis em que gerações d'homens vão beber. Perfuram-se poços provisórios no leito dos rios, cujo curso aparente parou. São buracos pouco profundos que é preciso conservar constantemente, e que o próximo inverno entulhará. Mas se a estiagem se prolonga é preciso prover também a alimentação do gado, e não só a sua sede, porque a herva esgota-se. Conseguem substitui-la pela folhagem de certas mimosas, cujo nascimento precede a queda das chuvas. Todas as manhãs, animais recebem a sua ração de forragem. Por isso o gado do Ceará, habituado ao homem, que o socorre continuamente, é bem menos feroz que o do Rio Grande; deixa que se aproximem dele. Não empregam no Ceará as bolas nem o laço, instrumentos necessários em regiões em que o gado se conserva no estado selvagem".(152)

Com a expansão do criatório, o Ceará assiste ao fortalecimento de sua economia, em dado momento definido sob observação de Joaquim Alves: "As grandes fazendas, que apanhavam entre quinhentos e mil bezerros, revelam o desenvolvimento da economia pecuarista, sendo limitadas as atividades agrícolas. A riqueza estava no gado que deu origem à indústria da carne seca na segunda metade do século XVIII, criando cidades, como Aracati, que representavam a grandeza colonial em terras cearenses".(153)

Na verdade, a melhoria substancial dos negócios com o boi, não obstante os anos adversos, vinha de muito antes, até atingir a florescência nas charqueadas.

A proibir, em 1752, o uso "indiscriminado de altar portátil para celebração de missas em casas e fazendas" (154), o visitador geral Frei Manoel Jesus Maria, em sua visita ao

(152) o.c., págs. 360 e 361.
(153) "História das Secas", pág. 50 e 51.
(154) F. Sadoc de Araújo, "Cronologia Sobralense", 1974, pág. 173.

Curato do Acaraú, diz também que a medida não se compreenderá "com aqueles sacerdotes que tiverem fazendas ou sítios seus em que morem; e por que no tempo em que vêm os barcos é preciso dizer missa ao povo que trabalha nas oficinas".(155) Esclarece F. Sadoc de Araújo: "Eram as oficinas, locais situados junto aos portos, onde se armazenava e transacionava comercialmente a carne de gado. Havia freqüente comércio pelo rio Acaraú, sendo as carnes transportadas em pequenos barcos durante o período de chuvas, e em carros de boi durante o verão". (156)

Já por esses anos há os de fortuna pelos sertões, o dinheiro produzido pela venda de gado vacum, carnes e couros. Trivial boi, vaca, assim como besta, dados de presente, a começar do primeiro quartel do século XVIII, a uma Igreja muita astuta em não pretender animais machos. Em 1732, Domingos de Aguiar e Oliveira e outros doam vacas e eguas, e terras, para o enriquecimento do "patrimônio da Capela de Santa Cruz (hoje Bela Cruz, Sobral)". (157)

O Capitão Antônio Rodrigues Magalhães, presumível fundador de Sobral, de certa feita concorre com dez cabeças de bestas e vinte e cinco de gado vacum (fêmeas) para o encapelamento e aumento do patrimônio da "Capela de Nossa Senhora da Soledade do Siupê", conforme anotou o Padre Sadoc de Araújo, em quem nos arrimamos.

Crescendo em quantidade e valor os rebanhos, passam a vigorar doações mais generosas.

Por isso, Manuel Madeira de Matos, adiante, no ano de 1751, pode contribuir para refortalecer o patrimônio da

(155) o.c., idem.
(156) idem, ibidem.
(157) idem, pág. 95.

Capela de Nossa Senhora do Rosário, do Riacho do Guimarães, com uma légua de terra e "60 vacas e 7 bestas". (158)

Não raras as donas de fazendas, realmente opulentas, como Dona Madalena de Sá Oliveira (esposa do Capitão Antônio Rodrigues Magalhães), proprietária da Fazenda Caiçara (Sobral), arrolando em seu testamento esta enormidade (para o tempo) de peças com expressivo valor: "um breve de ouro com 3 voltas de cordám, hum sambento esmaltado com 3 voltas de cordám, uma cruz com seu cordám, hum afogador de contas de pescosso, dous pares de cadeados hum grande e hum pequeno, 2 pares de argollas pequenas, huma imagem de N. Senhora da Conceyçám pequena e doze pares de botones pequenos e três voltas de corais machos engrampados em outro, dous pentes de rigor de tartarugas cubertos de ouro, assim mays seis oitavas de ouro em pó e mays um anel com uma pedrinha branca, e outro com olho de víbora, uma catana (faca) com copos de prata e huns alamares de borzeguins, uma caldeyrinha com corrente de prata, um espadim de prata, dous pares de fivela de prata dos sapatos, **dez colheres de prata** (grifamos), uma espada de ferro com punhal e bocal e ponteyra de prata, fora as miudezas da casa". (159)

Mulher verdadeiramente rica a esposa do Capitão. De se lhe notar a quantidade de colheres de prata em uso doméstico, às refeições. Quem ia de viagem, tendo posse, levava ao menos duas colheres e dois garfos de prata, afora a catana inseparável de fazendeiro, – testemunhou João Brígido aos seus catorze anos. O criador de gados tinha pouca ostentação. Na cidade como no campo vestia-se com o "uniforme da profissão" (diz João Brígido): gibão, perneiras, guarda-peito, luvas e chapéu, tudo fabricado de

(158) idem, pág. 171.
(159) o.c., pp. 141-142.

peles bem curtidas...” Em dia de festa religiosa, vinha para a vila ou cidade participar de procissões com as melhores vestes de couro que possuía, o que levou a Assembléia Legislativa Provincial, em 27 de maio de 1868, a rogo da Câmara Municipal de Sobral, decidir em artigo de número 55: “Ninguém poderá nesta cidade (Sobral) assistir a atos religiosos, quer nas igrejas, quer nas procissões trajando vestes de couro. O infrator será multado em mil réis ou um dia de prisão”. Só não casava encourado, mas, para matar, não dispensava o indumento profissional. Estácio José da Gama, criminoso alugado, condenado e fuzilado em 1834, na Vila de Campo Maior, ao atingir mortalmente sua vitima vestia “camisa de chita azul com véstia, guarda-peito e chapéu de couro”. (160)

Já não são poucos os criadores, pelos anos de 1739 e 1740, dispostos a doar 50 cabeças de gado graúdo a instituições religiosas, principalmente para a ereção de capelas.

Nessa situação, na Ribeira do Aracatiaçu, o Reverendo Padre Miguel Gonçalves e o pároco de Santo Antônio. Fazem ofertas em que misturam animais e pessoas escravas, como no caso em que as dádivas incluem touro, bestas e também um escravo “gentio da terra”, não esquecida a figura de “columim de seis para sete anos...

Respeitável e rica senhora, Dona Maria de Jesus, a realizar escritura de Patrimônio, sublinha o declarado desejo de participar da Religião e Ordem Carmelitana da Observância de Nossa Senhora da cidade de Olinda como está redigido – com cinqüenta vacas e um touro.

À época, nomeiam-se nas escrituras alguns escravos do “gentio da terra”. Não de raro estarem as partes citadas nos documentos sob identificação de “mulher mameluca”,

(160) João Brígido, “Ceará – Homens e Fatos”, p. 279. As citações anteriores, estão no mesmo lugar, pp. 342-240, pela ordem.

"homem mameluco", ocorrendo assim referida certa "viúva que ficou do defunto Pedro da Silva de Mendonça", de atividades agrárias, senhora de sítio "confrontando com a serra de Maranguape".

Numa questão de disputa de terra em que se envolvem Albina Ferreira (de Sobral), funcionando de autora, e Gonçalo Freitas e esposa (réus), observa-se a predominância, no rol das testemunhas chamadas a depor, de pessoas que vivem "de suas fazendas de gado..." (161)

Vida árdua a do interiorano por então. E ainda muito por diante, de modo especial para quem mora distante da Capital, que não faz uso de cadeiras e mesas. A rede utilizada para dormir vira cadeira à hora da refeição. Mesmo onde existia mesa, por esses dias, a esteira era aproveitada em lugar daquela. "Algumas residências têm mesa mas o uso comum é a família acocorar-se derredor de uma esteira, com as tigelas, cabaços e travessas no centro". A carne está presente à mesa, em todas as refeições, e até servida com coalhada. Como complemento da dieta: "farinha de mandioca reduzida a uma pasta, ou arroz, que às vezes o substitui". Feijão. E toucinho. (162)

Identificável de longe pelos viajantes a sede de fazen-

---

(161) Tanto esta como as demais citações anteriores, não identificadas, sobre o assunto, decorrem de "Boletim do Arquivo Publico Estadual" (nova fase, vol. 5, janeiro e dezembro de 1966, exceto a dos depoentes da questão de terra, em 1739, que se encontram no vol. 12, nº 2, daquele Boletim, para os meses de julho e dezembro de 1981. Ambas são edições da Secretaria de cultura, diligenciadas por Geraldo Nobre.

(162) Henry Koster, "Viagens ao Nordeste do Brasil", 1942, pp. 203 e 213. veja-se também o que anotou D. João da Purificação Marques Perdigão em sua visita pastoral ao Ceará em 1839: "Todas estas casas (do senão) são indecentes e não oferecem a maior comodidade. A mesma comida foi sempre insuportável por não haverem panelas na cozinha e louça; Ora aparecia bule sem asa, ora manteiga rançosa.. ." (In RIHGEB, Rio, 1892, pág. 132.).

da. Quem adentra os sertões, conhece-a na construção típica, na ereção de currais e outras casas menores, de vaqueiros, na proximidade. Até ai, e mais pelos povoados, chegam da capital os produtos estrangeiros em ativo fluxo comercial. Não importa se insuficiente a fiação de algodão, em. regime doméstico, pois os sertões podem comprar sarjas e sarjões, linhos, sedas, chitas da índia e da Golconda etc.; crepes, fustões, gorgorões, saragoças, cetins, **holandas** (da Frísia), brim burgo, para a confecção de ceroulas, riscadinhos para paletó, adamascados de linho (de duas larguras), e, na esteira, propiciando engenhoso e primitivo comércio, cuja moeda prevalecente é vaca, bezerro, carneiro etc., a farinha de trigo, manteiga francesa ou inglesa, azeite doce, pimenta, cravo, vinagre, bolacha americana, sardinha em lata, como se vê referido ainda, em 1857, pelas edições do jornal "O Comercial", de Fortaleza (edições de 2.07 e 27.08).

Por oportuno dizer: o incremento das relações de negócios entre o sertão e a capital estimula-se mais. quando o algodão rompe o "exclusivismo pastoril no Ceará", e cresce a comercialização direta com Portugal. Firmam-se então "pólos comerciais em vilas interioranas, como no caso de Icó, núcleo surgido" com as características dos de transações de gado. (163)

Desses dias, excetuadas as maiores cidades, não ficam edifícios, construções significativas, para **falar** do anos de luta do homem que chegou ao sertão derrubando mato, erguendo casa, plantando roçado. (164) Mas, de modo resgatável, prevalecerão o espírito de religiosidade; os ímpe-

---

(163) Valdelice Carneiro Girão, "As Oficinas ou charqueadas no Ceará", pág. 133.
(164) Luís da Câmara Cascudo, "Tradições Populares da Pecuária Nordestina", Min. Agricultura, Rio, 1956, pág. XIX.

tos de valentia e inconfundíveis demonstrações de prodigalidade; a própria nomenclatura da paisagem. Como quer Câmara Cascudo, "testemunhos do passado". **Presença humana**, ao final, a explicar a razão de ser, ou como se deve entender, interesse entusiástico em favor do meio ambiente.

Tem-se em conseqüência desse espírito o vezo de denominações regionais que refletem amor e atenção pela terra, gerando toponímia inausentável da geografia física e humana do interior. Na Zona Norte do Ceará nascem e ficam sítios e fazendas identificando o chão conquistado: Gravatá, Caiçara, Carnaúba Furada, Lagoa Grande, Juazeiro, Malhada dos Bois, Pau Caído, Água das Velhas etc., etc.

Tudo por igual ocorre no interior do Piauí, onde o sertão também **fala** pelo batismo de suas propriedades rurais, irmãs das nossas: Tranqueira, Caraiba, Santa Rosa, Campo Grande, Canavieira, Curral Queimado etc., etc.

* * *

Mas o ano de 1700, que se vinha marcando com a expansão da pecuária, chega ao término com todo um cortejo de vicissitudes. São os maus dias da chamada **seca grande**, a se estender por três e até quatro anos em vários pontos da região, desde a Bahia ao Maranhão.

Conta Thomaz Pompeu de Souza Brasil: "Os rios e fontes secaram, e algumas ribeiras ficaram completamente assoladas; segundo o memorial dirigido a El-Rei pela viúva do Cap. Francisco Nobre de Almeida (Pernambuco), e informações da Provedora, pereceram à fome a á sede os animais domésticos e as feras silvestres dos sertões. Muitas pessoas, famílias inteiras, que

não puderam a tempo emigrar, eram encontradas mortas pelos caminhos e casas."

E, mais grave para a economia do criatório: "A seca matou quase todo o gado da Capitania; de sorte que, quando choveu em 1793, os que puderam foram ao Piaui ver semente de gado para começarem de novo a criação". (165)

O vereador Manoel Esteves d'Almeida, em anotações feitas "segundo a ordem de S.M., em 1795 (166), narra: "Além deste ramo da fábrica das carnes, haviam outros muitos que se fazia grandioso negócio, como sejam couros de cabra e pelicas brancas, que se costumam fabricar nos sertões e nesta Vila (Aracati), cujos gêneros orçavam em cada ano de 25.000 a 30.000 couros salgados, 2 a 3.000 pelicas, e su posto que antes da seca grande já se plantasse algodões, contudo depois da seca perdido o gado, foi tal a plantagem do dito gênero que no presente ano chegara a sua exportação a 19 ou 18.000 arrobas, de sorte que se vai restaurando a perda dos gados...

As grandes estiagens sempre foram madrastas do criatório, fato que, mais perto de nós, desperta judiciosa observação a Philip von Luetzelburg: "A pecuária, que poderia assumir real importância, sofre imensamente com as secas periódicas do estado (Ceará) e de modo tão assustador que se poderá afirmar, sem receio de erro, que toda a criação de 50 anos para cá (escrevia em 1918) é apenas o sobejo das secas".

Nos primeiros vinte e cinco anos do século XIX, iniciados praticamente com as estiagens de 1809, 1817 e 1825, a província do Ceará vê-se envolvida "sob a influência de tríplice calamidade: seca e fome, guerra civil e

(165) "Memorial Sobre clima e as Secas do Ceará", 1983, pág. 19 e 20.
(166) "Registro de Memória", RIC, 1987, pág. 85.
(167) Thomaz Pompeu de Souza Brasil, o.c., pág. 21.

morticínio, e mais logo a peste da bexiga. Este cortejo de calamidades foi ainda agravado pelo recrutamento extenso e horrível dos braços válidos restantes da província". (167)

Mas afinal a Regência, por determinação do Imperador, manda executar a Resolução da Assembléia Geral Legislativa "tomada sobre outra do Conselho Geral da Província do Ceará", instruindo em seu art. 1º "...o fazendeiro, criador ou lavrador que nesta Província do Ceará, da publicação desta em diante, construir em sua fazenda ou à margem da estrada pública, açude de pedra e cal, receberá pelos Cofres Nacionais da Província uma gratificação de dez mil réis por cada braça de extensão somente necessária à represa das águas; e se construir de terraço, receberá uma gratificação de 5 mil réis, paga pelo mesmo modo, contanto que plante no terraço arvoredos, devendo sua serventia ser pública unicamente para o uso das águas, sendo o seu proprietário obrigado a conservá-los". (168)

O Império conhece, em 1828, os benefícios da Lei de 1º de outubro, que se edita para ordenar como devem proceder as Câmaras Municipais, as quais confere melhores atribuições e normas inclusive para a eleição de seus membros e dos chamados juizes de Paz.

Passam os colegiados camaristas, de forma conveniente, expedita e inteligente, à gestão de "polícia e economia das populações" (art. 66), mandando proceder alinhamentos, limpeza, desobstrução de vias públicas, disciplinando os "que trazem gado sem pastor em lugares onde possam causar prejuízo aos habitantes"; decidindo so-

---

(168) coleção das Leis do Império do Brasil, desde o Império", 1832 a 1833, vol. IV, Ouro Preto, 1833.

bre "caminhos, plantações de árvores" e acudindo, com especial atenção, "os criadores e todas as pessoas que trouxeram seus gados para os venderem, contra quaesquer opressões dos empregados dos registros e currais do Concelho", etc., etc.

Por isso, a propósito de gados graúdos e até miúdos, crescem as disposições camaristas sob o patrocínio daquilo que podemos admitir por lei maior da legislação municipalista. Dessa forma, providências camararias da Vila da imperatriz ordenam que, quem trouxesse "gado para assougue" e precisasse mantê-los em regime de pastejo, teria de fazê-lo em "lugares desviados do povoado, naquele em que melhor lhe convier procedendo com consentimento dos respectivos proprietários de terra, recolhendo-o porém à noite para o curral do Conselho", sob a guarda de pastores. Do mesmo modo os gados existentes, **mesmo sendo vacas de leite e bois de serviço**, deviam ser guardados em currais e cercados, "ou peados, e com pastor"; e mais, não admitidas as "soltas de manadas e rebanhos de gados cabrum e ovelhum, e por-cada, pelos danos que podem causar à lavoura"; (169). Já na Capital, as exigências que se fazem, sob os mesmos propósitos, querem o registro do "ferro" (marca) do animal em "hum livro para isso destinado na Câmara"; permitiam o criador das "ribeiras do Rio Ceará, de Soure para cima, e do Cauhipe, e Siupé, dos alagadiços para cima meia legoa, e para esse lado do interior, nos lugares aonde são propriamente terras de criar gados", poder tê-los sem pastorador, mas exigindo ao agricultor, que plantasse nessa região, mantivesse firmes as suas cercas de "cahiçara com altu~~ra de sete palmos ou~~ de moirões fortes bem enfincados de

(169) Essa legislação é de 1830. Está publicada no jornal "Diário do conselho Geral da Província do Ceará", nos dias 17 de novembro do ano referido e 17 de fevereiro de 1831.

2 em 2 metros, e com 5 varões de travessa, bem amarrados com sipó pela parte de fora, ou de 3 carnaúbas postas orizontalmente sobre forquilhas, e na falta das ditas carnahúbas, de varões de madeira grossa. Todo gado vacum e cavallar, que saltar, ou arrombar ditas cercas, seos donos serão multados..."

As posturas da Fortaleza, para o ano de 1835, passadas despercebidas a estudiosos, são muito importantes para a compreensão da influência que os costumes rurais exerciam sobre a Capital. (170)

A vir governar o Ceará, em 1834, além das idéias de que dispunha, e de invejável caráter, o Senador José Martiniano de Alencar estava também instrumentalizado pela reestruturação da ação municipal, ainda que esta, não obstante as diretrizes para agir, dependesse sempre da aprovação presidencial.

O presidente Alencar fez-se o braço que faltava ao Ceará para reerguê-lo após tantos anos de vicissitudes e marasmo administrativo. Como dirigente arguto e inovador, viu com bastante interesse todos os problemas do campo, à época, acabando por propor a criação de Companhia de Trabalhadores em todos os municípios, na qual "fossem alistadas aquelas pessoas que não tivessem a renda que os garantissem ingressar na Guarda Nacional". A regulamentação da lei provincial (de nº 829, de 29 de setembro de 1857, portanto, muitos anos adiante), efetivada a 2 de janeiro do ano seguinte, dispunha como organizar as companhias. Em cada município devia existir uma dessas com quantas secções fossem seus distritos, tendo cada companhia um 1º comandante graduado (capitão), um 20 (al-

(170) Lei exaustivamente estudada In Eduardo Campos, "A Fortaleza Provincial: rural e urbana".

feres), e um sargento-comandante. Compunham as unidades numeradas apenas homens livres, cuja idade devia ser de 18 a 50 anos, não admitidos proprietários; quem tivesse emprego ou indústria; "patrão, mestre ou remeiro de canoa" "feitor de estabelecimento agrícola ou fazenda de gado", "pescador incorporado a alguma companhia ou associação de pescaria"; os que se engajavam em outras atividades como fâmulos.

O presidente da província, dirigente maior, tinha o poder de organizar e prover economicamente as companhias, do modo como referido, ficando parte administrativa e ação paramilitar, de incumbência do comandante.

Vale ressaltar: os trabalhadores podiam desfrutar de licença até por um mês, para se ausentarem da sede da unidade em operação. Em atividade, percebiam salários, e só podiam ser designados para "serviço dentro do seu município, ou nos limítrofes" (no último caso com a concordância do trabalhador), o que antecipa, historicamente, o cuidado da autoridade governamental em manter o homem em sua própria área de vinculação existencial. O Art. 19 regia abono de "uma diária igual à quarta parte do seu salário" ao trabalhador, quando este trabalhasse fora de seu município, contada aquela desde "o dia em que sair do lugar de sua residência", apontada "uma diária por cada oito léguas de caminho, de ida e volta", o que se alteraria pelo Art. 39 de outro regulamento, o do dia 3 de novembro de 1858.

As Companhias, assim constituídas e desse modo assistidas pelo diploma legal, atendiam "de preferência (Art. 24) às solicitações de atividades agrárias, invocada a interferência decisória do "juiz de paz em exercício do distrito", que haveria de presidir às contratações, procedidas com normas que não tardariam a se modificar

pelo regulamento de novembro. Os que simulavam contratos – (sabidos, sempre existiram entre nós) – tinham o acordo celebrado declarado Irrito e nulo, pagando o falso locatário a multa de 30$000 réis, importância revertida em favor da Câmara ou do Município. Despedidas e rescisões regiam-se então pelo decreto de 11 de outubro de 1837 (do governo Imperial), que disciplinava as relações pactuantes de locatários e locadores de serviços, estatuto legal por onde, somos levados a acreditar, começaram efetivamente as relações da Justiça do Trabalho no Brasil.

De 1837 lei do Ceará provincial, nº 95, a enfatizar: "Não se pagarão por dez anos os direitos provinciais de chá, café e açúcar fabricados nesta Província. Além desta isenção perceberá a gratificação de cem mil réis cada um dos três primeiros agricultores que apresentar de sua lavoura no mercado cinco arrobas do primeiro gênero, e terá uma medalha de ouro cada um dos cinco primeiros que apresentarem uma arroba deste mesmo gênero. A medalha terá a inscrição que o governo determinar". (171)

Pela primeira metade do século a que vimos referindo, há mais interesse da autoridade em conceder estímulos a quem se dedica ao criatório. Com esse propósito disciplina e a inteligência da lei nº 83, de 20 de set. de 1837, a aprovar posturas da Câmara Municipal de Messejana explicitando que o "Termo, que compreende o município desta vila" (vizinho a Capital), entender-se-á de "criar e não de plantar como até agora, à exceção das Serras, que serão privativas de plantação, compreendendo duas léguas das faldas das mesmas

(171) "Presidentes do Ceará, Período Regencial, 7º Presidente, Senador José Martiniano de Alencar", Paulino Nogueira, In "Presidentes do ceará durante a Monarquia", 30 vol., Fortaleza, 1889, pág. 144.

serras para cima, tanto de uma como de outra parte. Quem quiser plantar no terreno considerado de criar, fará cercas de três carnaúbas horizontais, ou de 3 varas, estacas de palmo a palmo de sabiás ou pau-ferro, amarradas com cipó cururu (**Echites cururu**, Mart.) ou mesmo caiçara de sete palmos de altura. A rês que entrar em tais cercas será reputada daninha, e como tal seu dono obrigado a dar-lhe fim; e o não fazendo será multado em dez mil réis, e na reincidência no duplo, para as despesas da Câmara. Aquele lavrador que maltratar rês alheia, a título de ter entrado em suas lavouras, será obrigado a pagar a rês maltratada, quer morra ou não...."

Percebe-se vigente, nas atividades dessa pecuária, a influência de legislação germânica, que se ancora em práticas então comuns ao século VII na Europa. As cercas praticadas ali, a esse tempo, diz-nos Georges Duby, protegiam a "terra cultivada dos animais selvagens, mas tinham sobretudo o significado de posse do terreno pelos habitantes do povoado. Para lá da cerca, espalhava-se um mundo novo e mais vasto, inteiramente destinado à exploração da comunidade da aldeia". (172)

O sentido de área demarcada, merecedora de favores legais, tornar-se-ia cada vez mais eletiva pelos anos que atravessam a Idade Média. Desses idos estatuto legal incorporado ao Fuero Juzgo, em que transparece a preocupação não apenas pelas parcelas de plantio, mas pela sorte dos animais: "Quien mete yeguas, ó oveias, ó vacas, ó otro ganado en miesse aiena, ó en vinna, peche todel danno. ." (...) "E si fuere omne de gran guisa peche todel danno, é demas reciba ses-

(172) "Camponeses e Guerreiros", Imprensa Universitária, Lisboa, 1980.

senta azotes". (Livro VIII, pág. 139) Adiante, o espírito daquela lei interiorana do Ceará (83, de 20 de nov. de 1837) retoma o pensamento jurídico do Fuero Juzgo: "Si algun omne laga ó mata animalia aiena sin danno quel ficiese, peche otra tal animalia ai sennor de la animalia". (...) "E si la mata ó laga por danno que ficiese, peche ei precio dei animali al sennor..." (Ibidem, pág. 143).

Em certo momento impõe-se ao fazendeiro em formação a adoção de demarcação tomada a outros agrupamentos humanos de peculiaridades próprias, como a utilização da vala, o fosso, abertura para estabelecer limites, com dois metros de profundidade, igual metragem de largura, e meio metro de dimensão na parte inferior, o que representa flagrante desprezo ao que nos ensinou o aborígine, afeito a construir de modo bastante prático e econômico suas cercas, a chamada caiçara, empregada com êxito até mesmo em confrontos armados. "E, sendo caso (dos índios) que acham seus contrários apercebidos com cercas feitas, fazem-lhe outra contra cerca de estacas, a qual, em quanto verde, não há coisa que a rompa, e dali blasonam e jogam as pulhas com os contrários..." (173)

Via Portugal tornam-se prevalecentes nos costumes sertanejos, através de legislação expedida da Corte, indistintamente para toda e qualquer expressão territorial, práticas que acabam por se incorporar à nossa maneira de viver. No segmento de aplicação rural é, marcante essa influência que tem, bem transparente, a matriz da vida agrária da Idade Média. Desse modo decorre legislação provincial a determinar providências sobre o uso de caminhos, campos e pastejo, abeberada em determinações

(173) Frei Vicente do Salvador, "História do Brasil", págs. 85-86.

do “Fuero Juzgo”, que, no Livro VIII (pág. 137), dispunha: “Quien anda por camino, si quiere fazer fuego en algun campo por cozer de comer, ó por se calentar, ó por otra cosa, guarde-se que ei fuego non vaya mas adelante que faza nemigo. E si prendiere en restrojo ó en pai seca, mátelo, que non credsça mas”.

Resolução nº 1.223, de 27 de novembro de 1867, em seu art. 76, ordena: todo “comboeiro ou viandante que, por falta de cuidado, der lugar ao aparecimento de algum incêndio no lugar em que tiver descansado ou pernoitado, será multado em cem mil réis”.

Não é necessário maior esforço para entender que, sobre os que se aplicavam no labor agrário, recaía sobrecarga de exigências a culminar com o pagamento de tributos os mais diversos, alguns destes carreando recursos exigidos pela formação de fundos para obras de discutível desfrute do pecuarista, como mandava a Lei nº 641, de 31 de dezembro de 1853, dando conhecimento: “Art. 7 – Será arrecadada por espaço de um ano, a beneficio da obra da matriz da capital, a décima de prédios urbanos, da mesma forma dos prédios em que morão os proprietários, **bem como 400 réis por cada cabeça de gado vacum que se matar em seu município para consumo** (grifamos)”. Postura que nos anima a citar Cari A. Hanson, que empreendeu robusto ensaio sobre a economia e meio social de Portugal no período barroco: “Os camponeses recebiam geralmente muito pouco (como no caso que nos interessa e se verá adiante), como retribuição do seu trabalho e em contrapartida estavam enredados numa teia de obrigações legais, sociais, religiosas e econômicas, que praticamente assegurava que muito daquilo que produziam iria parar às

(174) “Economia e Sociedade no Portugal Barroco”, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1986, pág. 57.

mãos das classes privilegiadas ou aos membros mais ricos das populações". (174)

Ás vezes – não com desejável freqüência – o poder público comparece com medidas que prometem melhor compreensão às atividades da pecuária. Ainda ai atua naturalmente para preservar a fonte de taxações indispensáveis à arrecadação fazendária. Sob esse espírito, Lei nº 573, de 30 de setembro de 1852, encara o problema de repetidas epizootias que insistiam em perturbar o criatório, autorizando o Presidente da Província a "despender até a quantia de quinhentos mil réis para obter todas as informações que", no Ceará, afetavam "o gado vacum e cavalar'. O dispositivo governamental oferecia prêmio de "dois contos de réis a qualquer pessoa que "descobrisse" um meio de curar qualquer dos males". (Art. 2).

Mas não faltavam encargos atropelando a vida do fazendeiro, nem regulamentações quanto ao que devia ou não fazer. Quem pegava mais de 20 bezerros, por ano, tinha de acudir com o pagamento de mil réis, por cada uma cabeça, a título de desobriga ao pároco do lugar.

Ninguém escapava à cobrança. Lei nº 108, de 19 de setembro de 1839, prometia em seu art. 2º: "Se acontecer ser o dono da fazenda o mesmo vaqueiro, ou pessoa de sua família, como seja filho, escravo etc., nem por isso fica isento de pagar a desobriga..." Criadores, que não respeitam as terras úmidas, como acontece no Crato, são alcançados pela Lei 199, de 1840: "Proibe-se inteiramente, nos brejos e terras lavradias deste município, bois mansos soltos sem pastor, bem como animais peados, ou amarrados à corda com pouca segurança". As "pastoradas ou peadouros", procedimento de manter o animal peado ou não em sitio próprio ou alheio, só corria autorizado debaixo da licença dos donos do terreno,

feita exceção às alimárias de "viajantes que tiverem de demorar na cidade ou povoações do município".

O problema da falta dágua, agudizado ao final do ano, fazia com que as Câmaras, qual a de Cachoeira (Res. 718), em 1855, determinasse: "Todo proprietário, criador ou vaqueiro, em cujas terras houverem bebidas de gados, serão obrigados das duas para as três da tarde do mês de setembro a chegar o inverno, a enxotar os gados que em distância de meia legua malharem ao pé das mesmas bebidas", multados os contraventores em 4$000 ou 4 dias de reclusão. (Art. 1) Sob iguais cuidados acudia a Res. de 1864 da Câmara de Sant'Ana: "Ninguém poderá toldar ou arruinar as águas que servem de bebidas do gado pela seca, sob pena de ser multado o contraventor em **20 mil réis**" (grifamos), importância certamente elevada, à época, mas que em seu exagero fiscal traduzia a seriedade da insuficiência dágua, em bebedouros naturais ou preparadas pelo homem.

❊ ❊ ❊

O chamado gado miúdo, geralmente criado solto vulnerando de preferência as roças (175), aperfeiçoava as restrições legais camaristas. Os porcos, seguidos de

(175) "No ceará" (...) "chama-se roçado ao terreno plantado de milho, feijão, arroz, algodão, mandioca e outras culturas próprias do inverno. Pode acontecer mesmo que o terreno não tenha nem um pé de mandioca e nem por isto deixa de ser roçado. Diferença existe, sim, na denominação das culturas, pois somente a mandioca é que é chamada roça. Pergunte-se a sertanejo o que ele tem no seu roçado e ele responderá, por exemplo: feijão, milho e roça ou então: este ano, o milho e o feijão não deram nada, mas a **roça** (grifamos) está segura". (José Lufa de castro, "Onomástica Geral da Geografia Brasileira", In RIC, Tomo XLII, ano XLII, 1926, pág. 89.

caprinos, parecem e realmente são indesejáveis aos legisladores. Vivem em geral soltos, tanto no perímetro urbano como na área rural, aproveitando dejetos, águas estagnadas etc. O código de posturas de 1835, de Fortaleza, em seu artigo 56 proibia a criação de sumos na cidade, salvo se em chiqueiro e sem causar "mau cheiro à vizinhança". No Termo, não fossem criados, a não ser em "cercados fortes de pau a pique, ou chiqueiros". Se encontrados soltos, pessoas autorizadas pelo Juiz de Paz os matariam por "serem nocivos à salubridade pública, e danosos nos pastos e aguadas dos fazendeiros de gado vacum e cavalar..." Os ares pestilentos, morbosos, assim considerados, eram combatidos. Nada de águas estagnadas, pútridas, lixeiros, animais deixados mortos perto do casario das vilas e cidades. João Cardoso Machado, em 1791, conta o Barão de Studart, em missão do presidente Luiz da Motta Féo e Torres, na região de Sobral, observa que "animais mortos", levados pelas águas e depois expostos ao "calor do forte verão", desprendem "huns eflúvios podres" que acabam contaminando a natureza. "A lama e as imundícies, tão temidas pelos delicados citadinos" – conta Alain Corbin –, invadem ô imaginário rural. Mais do que no passado (refere-se à situação do século XIX), o camponês tende a se identificar ao "estrumoso"... A cidade de modo lento luta para desvencilhar-se de "suas imundícies". E enquanto consegue se "desenlamear seus pobres", a

(176) "Saberes e Odores", Cia. das Letras, São Paulo, 1987, pág. 84, aproveitando idéia de Dominique Laporte, In "História de la merde", p. 42.

(177) Bastante incrementada a criação de sumos na zona rural. Nos limites do Distrito da Lapa, em Sobral, por serem abundantes, davam nome a um corrente: córrego dos Porcos. Em Sobra em 1831 a Câmara proibia que se criassem mais de seis porcos em cada casa. (Pe. F. Sadoc, "Cronologia Sobralense", vol. II, 1979, pág. 231).

zona rural torna-se "imputrescível" (...), "e, ao mesmo tempo, o campo simboliza o lugar da pobreza e do excremento pútrido". (176)

Fundamental serem ventiladas as casas. O vento nelas corre a partir da entrada da frente, nas de sede de fazenda e de pessoas mais pobres. Comum a porta de duas bandas, aberta sempre a superior, enquanto a debaixo, cerrada, veda a entrada de aves e cães. No entanto, se alguém adoecer, terá de confinar-se em quarto fechado. Intenta-se, com o procedimento, evitar a circulação dos **maus ares**.

Os porcos, por se ligarem a um conceito – evidentemente falso – de que preferem viver na lama, tornam mais atentas as posturas municipais, em texto às vezes repetido, quase com as mesmas palavras, na codificação geral das Câmaras. (177)

É como sucede na coleção de posturas de 1835, da cidade de Fortaleza, que, não bastando o art. 56 – mencionado anteriormente –, acrescenta outro, de número 61: "Ninguém poderá criar porcos soltos ainda mesmo nas terras que não são qualificadas terras de plantar, por serem animais daninhos e fazerem dano irreparável às aguadas, e bebidas, aos pastos em que se criam gados de outros gêneros. Os Inspetores de quarteirão serão obrigados a examinar, todos os mezes, se nos campos sujeitos a sua inspeção se observa esta Postura, e no caso de contravenção os farão matar; e avisar seus donos para lhes dar o destino, que lhes apetecer".

O poder municipal pelos sertões não aceita a contaminação nem mesmo de caminhos. E como considera postura da Câmara da Vila de Imperatriz (Itapipoca), em seu art. 46: "Que se não lancem nas ruas desta Vila, e povoações, respectivas estradas ou caminhos públicos esterqueiras e nem animais mortos, **cuja podridão pos-**

sa infeccionar o ar em prejuízo da saúde dos povos..." (grifamos).

Combate-se, em toda parte, o "estrumoso". Alcança igualmente os sertões outra marca legislativa das Ordenações, com os moradores de vila, cidade, etc., compelidos a ter a frente de suas casas alimpadas, sem esterqueiras nem bichos mortos largados por qualquer sitio, com mau cheiro... (Tít. 68)

Dai, possivelmente, o extremo zelo do sertanejo, tanto ontem como hoje, em manter o terreiro da casa sempre limpo, bicho morto arrastado para lugar distante...

O senso de combate à sujeira, através dos séculos, se aperfeiçoou, mas em rigor não terá sido assunto de pouco entusiasmo em época alguma. Na Idade Média, legislação especifica, sob a epígrafe – "de pascendis animalibus" – ordenava a maneira correta como deviam ser apascentados, por exemplo, os porcos, não toleradas as invasões destes (ou de outros animais) às searas e vinhas. Àqueles dias, repetiam-se os mesmos abusos que, entre nós, pelos sertões, produziam os porcos chafurdentos e destruidores em meados do século passado, exigido por essa razão, aos seus donos, os detivessem. (178)

Mas, não obstante toda a legislação bem propositada da época, a respeito, a economia dos pobres leva-os a hábito de criar o gado miúdo (neste número incluído os porcos) inteiramente soltos, aprisionados só no momento de os engordarem.

A esse mesmo estado de penúria, ou de falta de suporte econômico da maioria dos que habitam o mundo agrário do Ceará, vá-se os verdes, com a crescente procura de madeiras para portas e janelas, e móveis, a outras aplicações da construção civil.

---

(178) Charles Romey, "História da Espanha". tomo IV, Lisboa, pág. 113.

Já àquele tempo imagina-se, a lei existia, mas descumprida. Estão nos jornais, não de raro, anúncios deste tipo: "Angico, gonçalo alves, jucá, rabuge – arroba, de $200 a $400; coração de negro; $400 a arroba; tatajuba, $360, violeta $400; paudarco, em linha, um 1 0$000; cedro em chaprões, dúzia 25$000 a 30$000". ("O Comercial", 1.05.1856).

A devastação das matas, tudo indica pelos anos da década de 1870-79, começa a inquietar os administradores interioranos. A Câmara da Palma, a exemplo, em 1873, de acordo com a Resolução de nº 1.532, artigo 74, manda obstar a exportação de cascas de angico, colhidas no município e utilizadas em curtimento. E o artigo 75 procura encarecer o imposto que alcançava o comércio de madeiras de lei:

"É proibida a exportação de tábuas de cedro e linhas de paudarco para fora do município, sem pagar o imposto de quarenta réis por cada dúzia e cem réis por cada linha..."

Não admira: já em 1923 o Ceará experimenta fase de compreensível empobrecimento vegetal. Acaraú não possui mais matas. Em Aquirás só existem capoeiras. A caatinga forma a quinta parte do território de Barbalha. Juazeiro está praticamente despido de vegetação; Lavras e Limoeiro do Norte, idem. Massapê só tem campos...

São exceções Viçosa, que ostenta um terço do município coberto de matas; Pacoti, com boas árvores e arbustos em cima da serra; Mombaça, de verdes "virgens" ainda; Maranguape e Pacatuba, aquele com "alguma mata virgem" e este com "poucas matas", como referem os edis interioranos em congresso realizado pelo Presidente Justiniano de Serpa, em 1923. (179)

Por isso, em 1905, através da "Revista do Ceará",

(179) Dados extraídos dos anais do "Congresso de Prefeitos Municipais do Estado do Ceará", 1924.

6

Final de século – A descoberta oficial da indústria agrária – "O Amigo do Lavrador" – As máquinas começam a chegar – O espetáculo da locomotiva "Fortaleza" – O Primeiro Congresso Agrícola do Ceará – A IFOCS civiliza os sertões – O fazendeiro destronado

Rodrigues de Carvalho postula a elaboração de código florestal por congresso estadual, a estabelecer, dentre outras, as seguintes normas. "um cadastro das capoeiras, matas e florestas compreendidas no território do mesmo Estado, cadastro a cargo das Intendências municipais"; "prazo previamente estabelecido para o proprietário, ou proposto seu, tirar madeira"; "um limite sobre a quantidade e qualidade de madeira a extrair num determinado espaço de tempo"; imposto sobre as madeiras vendidas a extrair-se, bem como multas contra os infratores, tudo para ocorrer os dispêndios da boa fiscalização florestal"; "conservação absoluta das árvores protetoras das nascentes e ribeiros"; "a preferência das cercas nativas"; "eliminação de estradas públicas por dentro das matas"; "uma regulamentação muito rigorosa na extração de lenha e madeiras para cercas" etc., etc.

A VIDA ECONÔMICA DO SERTÃO DETERIORA-SE POR COMPLETO NO período calamitoso de 1877-1879 e torna aguda a migração do homem do campo para o norte do País, engrossado

(180) Citado por Juvenal Lamartine, In "Memória das Secas", Coleção Mossoroense, vol. CXXXIV, 1980, pág. 79.

o fluxo migratório iniciado pelos dias de 1845 para o Piauí e Maranhão, que se vai tornar surpreendente por aqueles dias rumo a Amazônia, de que resultará, tempos adiante, os primeiros deste século, na conquista definitiva do Acre sob o comando de Plácido de Castro.

A retirada do flagelado cearense nos anos que vão de 1877 a 1879, deixando para trás tudo que possui, marcado pela tragédia da perda de seus familiares, viu-a Euclides da Cunha com aclarada propriedade: "Não conheço na história exemplo mais golpeante de emigração tão anárquica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclimatamento..." (180)

O sistema escravocrata, a esse infortúnio, torna-se mais vulnerável. Proprietários de escravos, mais espertos, procuram vender para o sul as peças de que dispõem, enquanto os jornais acolhem repetidos avisos de negros fujões, qual o dito em anúncio do dono do Sitio Pedro de Souza (Cascavel), em 1877, presumindo ter seu escravo "Francisco, mulato claro, baixo, cheio de corpo", partido para o Norte, ou "embarcado para o Pará ou Amazonas". Outros cativos: Lourenço, de 28 anos, Roberto, de 22 anos, supõe o proprietário estarem escondidos nos "abarracamentos dos retirantes". Também na mesma situação José e Antônio, ambos de 35 anos de idade, desaparecidos (leia-se: fugidos). No relato do aviso publicado, deviam ter seguido "para as partes do Norte, a titulo de retirantes da seca..." ("Cearense", 26.07., 17.12.1877 e 11.01.1880).

Quem se obstina, a não se retirar do lugar em que vive, expõe-se a vicissitudes inesperadas. Há momento em que faltando animais de tiro para o deslocamento de viaturas (carros de boi), a distâncias que às vezes atingem 11 léguas, homens tomam o lugar daqueles, atrelados a carroças e carroções. Em dada oportunidade,

setenta e dois "puxam quatro carros para conduzir gêneros" alimentícios em socorro de flagelados no interior do Estado. ("Cearense", 12 e 28.10.1877).

Quem sobra da viagem ao **Inferno Verde** vai permanecer em Fortaleza, abrigado em casario improvisado que as autoridades fazem construir na periferia urbana. Aos sertões, passada a crise, voltará grande parte dessa população tencionando recomeçar a vida. Só que a moldura, na qual os sertões se inserem, já começa a experimentar mudanças.

São importantes os anos que se seguem para o destino daquela gente que se adapta, por assim dizer, a processo crônico de trabalho em que a remuneração para mão-de-obra livre é da ordem de 1$000 rs, nada animadora a quem se aluga.

Evidente – anotaria Djacir Menezes – a "extraordinária desorganização do trabalho pastoril e agrícola, da emigração intensa, das cenas terríveis de miséria e fome", decorrentes das estiagens prolongadas, quando então o "elemento servil deixou de ter função econômico-social". Há proprietários sem ter como ganhar a vida. Por ocasião da calamidade de 1877-1879, nem depois, já com o período de chuvas abundantes de 1880, o panorama se

---

(181) Djacir Menezes, "O Outro Nordeste", Rio, 1937, págs. 149-150.

(182) "A produção, no ano de 1895, segundo registro da Junta Comercial do Ceará, de 4 de junho desse ano, atinge (dados de um semestre) 12.300 quilos de folhas. No ano anterior anotações igualmente extraídas da "Mensagem" do Presidente José Bizerril Fontenelle, a produção de um semestre, em 1894, foi da ordem de 12.620 (quilos), estimada uma produção ânua de 20 a 25 toneladas. "Pequena quantidade de folhas ficava para uso terapêutico. caseiro, no próprio Ceará (360 quilos naquele ano), exportando-se doze toneladas para o exterior, e se dando o fato de o Estado igualmente importar (de Pernambuco) 40 quilos". Eduardo Campos, In "Procedimentos de Legislação Provincial do Ecúmeno Rural e Urbano do Ceará", p. 148.

altera. (181)

Mas resulta dessa época a construção de duas ferrovias, empreendimento social e político, representando a influência do partido liberal que derrota as pretensões do projeto ferroviário defendido por Aracati e viabiliza o "prolongamento da Baturité e da implantação da Camocim-Sobral". (182)

Em verdade, as condições agrárias já não são encorajantes pelos dias que antecedem essa fase de percalços que atravessa o Ceará, excetuado o "arranque" da economia ancorada, e bem sucedida, na cultura de café da serra de Baturité (em 1881-1882 a produção da rubiácea alcançaria 4.000.000 de quilos). ("Constituição", 15.06).

O interior do Estado vive praticamente de apanha, valendo-se de produtos que encontra fácil da natureza que o circunda. Desse modo, bem nítido nas informações disponíveis de 1875. Há comercialização intensa de cera de carnaúba, em pó, borracha de maniçoba e mangabeira, coco babão (catolé), cordas, palhas de vários indivíduos vegetais (embiratanha, pacotê etc.), coco (inclusive da praia), sementes de urucu, de mamona, oiticica, alpista, gengibre e gergelim etc. Incrementada a negociação, para o exterior, de folhas de uma rutácea, o jaborandi (**Pilocarpus pinnfatifolius**, Lem), diaforética produtora de pilocarpina, planta arbustiva ocorrente principalmente nos municípios de Arneirós, Barbalha e Granja – o último, campeão de produção, com 5 toneladas/ano – e mais Meruoca e Paracuru.

Pelos arquivos da firma Bons Fréres & Cia. Ltda., (urna de 1882 e nas imediatamente subseqüentes) em poder da Secretaria de Cultura do Estado (CE) – Projeto

(183) Em 1893.

Arquivos Bons Fréres, iniciado pelo autor em 1980-, vê-se quais os produtos mais comercializados à época: algodão, cera de carnaúba, café, borracha, couros etc., etc.

Narrando a primeira fase de crescimento empresarial da Casa Bons Fréres, Francisco Assis Sousa Mota anota terem os seus pioneiros se preocupado não apenas com o "aproveitamento de nossos produtos nativos: sementes, raízes, tolhas e plantas regionais, assim como incrementaram esforços no sentido de aproveitamento das potencialidades naturais das serras úmidas da região de Baturité e Ibiapaba". Dessa forma estimularam o plantio de agave (**A. Sisalana** Perr), para a obtenção industrial de fibras, e também da bananeira, enquanto conjugavam providências para a expansão de plantio de cítricos, de que o Ceará conseguiu ser exportador ainda que por pouco tempo. Um dos irmãos dessa empresa – talvez a mais importante do Ceará no século passado –, chamado Isaie, foi presidente da comissão que organizou a mostra do Ceará à Exposição de Chicago (183), constituída de "milho, arroz, capim, cana de açucar, carnes secas, conservas de peixe, chá, café, águas minerais, couros, penas de ema, pavão, e outras, azeites vegetais, etc., etc." (184)

Tem-se a mostra, pela legislação sobre despachos ferroviários, do que se transportava do sertão para a Capital, e vice-versa. Havia tarifas especiais para "abelhas, açafates, animais ferozes (sic), abano de palha, baú e capoeira vazios, bacamartes, burras (cofres) de ferro, ca-

(184) Francisco Assis Sousa Mota In "A Secular Casa Bons e a Importância de seu Arquivo", pág. 15, 16, 49 e 55.
(185) Eduardo Campos. "Estrada de Ferro de Baturité: história e ação social", 1962, pág. 20.
(186) Barão de Studart, "Datas e Fatos para a Hist., do Ceará", 32 volume, pág. 93.

dáveres (!), caixas de guerra, cangalhas, cordas de embira, dinheiro, doces estrangeiros, flechas (!), gigos vazios, máquinas de copiar cartas, oratórios, paus de tamancos, pacas (seriam as de Pacatuba?), sanguessugas, unhas de animais, chifres, marquesas envernizadas, mapas e manuscritos, raspas de veado, soadores (suadores) para selins, ovas (de camurupim?) e ourinóis (urinóis) de louça, porcelana ou ferro..."(185)

Inaugurada a República, a atividade agrícola toma novo incremento com a organização da ação governamental através do Ministério da Agricultura (Decreto 449 de 31.03.1890). Outros atos sucedem desde então, como o do dia 4 de outubro de 1893, estimulando a construção de açudes e fundação de poços artesianos.

Em novembro de 1892 há a figura do Intendente assumindo a direção do governo dos municípios, com competência de proteger as "artes, agricultura, comércio e indústrias, fazendo exposições, estabelecendo prêmios, importando modelos de máquinas, instrumentos aperfeiçoados de cultura, animais de qualidade superior para aperfeiçoar as raças e espécies vegetais úteis". (186) A 11 de outubro de 1897, sob inspiração. da Soc. Nac. de Agricultura instala-se em Fortaleza sua congênere cearense, com o propósito de distribuir sementes e instrumentos, repassar informações, criar (havendo fundos) "estações pecuárias e agrícolas" (campos de demonstração) etc., etc. Coincidentemente transcorre maior interesse pela agricultura.

A Colônia Christina, criada inicialmente para ser orfanato, e, a tanto, amparar as pequenas vítimas das secas, de acordo com comentário do jornal "Constituição" (9 de

(187) Eduardo Campos, o.c., pág. 141.
(188) Bráulio Jayme Muniz Cordeiro, Rio, 1881.

julho de 1892), depois de pretender explorar o campo, não convencera como "colônia rural, pois não havia gente válida e instrumentos" que a habilitassem. O Estado dava provas então de incapacidade administrativa. Os aproveitadores, da região em que se situava aquele estabelecimento, logo trataram de abater-lhe o mato, destruindo as árvores de porte para o preparo de "linhas, dormentes, portais e lenha..." (187)

E, como andam as autoridades à procura de alguma fórmula capaz de resgatar do abandono em que vive a agricultura interiorana, partem para converter a Colônia em "fazenda exclusivamente destinada ao cultivo de fumo, seu preparo, fabricação de artigos diversos para o comércio", etc., etc. (Lei 308 de 22 de agosto de 1896).

Manuais agrícolas, qual "O Amigo do Lavrador" (188), acendem no agricultor o interesse pela diversificação de práticas agrícolas, sugerindo o que o autor denomina de "grande cultura", dada por exemplo a do algodão, e aí nomeadas as espécies mais importantes: **Gossypium herbaceum**; idem, **arboreum**; idem, **indicum**; assim como **hirsutum** e **religiosum**, e desta, anotado, um exemplar que podia alcançar quatro metros de altura, bem brasileiro, que "padres jesuítas o transportaram das matas de Pernambuco para as outras províncias do Império". Aconselhado por igual a cultura do amendoim (**Arrachis hipogea**), ao qual se atribuía boa qualidade para temperar pé-de-moleque. Recomendados, no mesmo tom: a **mangabeira (Hancornia spinosa**), enaltecida pela goma elástica que produz; o café (**Coffea arabica**), e, nessa oportunidade, destacada a qualidade do produto obtido no Ceará, capaz de competir com o café de Ceilão, que se igualava ao cultivado na ilha de Bourbon, de aroma delicioso.

Dessa quadra as tentativas incipientes no Ceará, em decorrência do que se faz no país, em favor de plantios, por exemplo, do cacau (**Theobrona cacao**), do chá (**Théa sinensis**), do fumo (**Nicotiana tabacum**), e, nesse caso, com a importação de técnicos, da Bahia, para estabelecer a cultura na província. Requerida ainda bastante atenção para o plantio da mamona, da qual se extraia o óleo de rícino, que, refinado com mais qualidade técnica, era comprado ao exterior.

Boris Fréres, em anúncio publicado na "Constituição" do dia 6 de janeiro de 1884, levantam a bandeira de estímulo ao plantio do algodão e animam o agricultor à informação de que, sob o desejo de "rivalizar na Europa" os "produtos da terra com os dos Estados Unidos, e dar assim mais impulso" ao desempenho da agricultura da região mandaram "vir dessa procedência as melhores sementes de algodão ali cultivadas". Desse modo, a preço do custo, ofereciam sementes do "Superior Georgia Upland, Fio Sea Island, Ozier Improved e Dickson".

Mas o agricultor está consciente: o algodão não precisa apenas de tratos culturais, mas de habilidade em seu beneficiamento. Não é possível competir sem o produto exibir qualidade. Por isso, desde 1777, a obtenção de um bom produto preocupava o luso Moreira Gomes em seu trabalho pioneiro de cultivo do algodão no Ceará. A tanto, ele instruía como "fazer-se os engenhos" de descaroçamento, equipamentos que o historiador

---

(189) In Raimundo Girão, "Evolução Histórica Cearense", pp. 156 e 157. Tudo indica, no entanto, que o grande incremento ao uso da máquina (principalmente locomóveis) se situa nos anos 80 e nas proximidades destes. Em 1885, em Baturité, funcionava uma "máquina de cinqüenta serras para o descaroçamento". assim como em Ipu chamava a atenção dos viajantes locomóvel acionando "inúmeras máquinas" de algodão. (Ernani Silva Bruno, o.c., pp. 150-151).

Raimundo Girão os descreve integrados por "dois cilindros de madeira de um pé ou mais de comprimento e meia polegada de diâmetro, movendo-se em sentido contrário, para engolir ou moer o algodão. Os cilindros presos em suas extremidades a um banco de madeira, tinham cada qual uma manivela, podendo-se, por meio de parafuso e cunhas, aproximá-los, conforme o tamanho do caroço do algodão". Esse equipamento tosco seria substituído depois por máquinas mais modernas, fabricadas por Augusto Mullet e chegadas a Fortaleza a partir de 1851. (189)

A história da evolução dos artefatos industriais (depois da fase de atividade manufatureira), ainda por se escrever, tem início, a nosso ver, por volta da década de 1860-69, quando o comércio de Fortaleza, mais competitivo, sob a inspiração dos novos dias ditados pelo uso do ferro e do aço, importa esse material da Suécia e da Itália, adquirido por pequenas oficinas que passam a confeccionar instrumentos agrários, quais a foice, a enxada e o machado, que, nem por isso, deixam de ser também importados do exterior.

O artefato de ferro começa então a se impor. Na Paraíba – coincidindo possivelmente com o advento da aplicação do ferro na região – em 1861 já se fala na "adoção de máquinas de ferro" para beneficiar algodão. Mas, impossível restar esquecido o fato de que, no Ceará, conforme anota Ernani Silva Bruno em seu livro, já mencionado, em meados do século "instalou-se uma máquina descaroçadora que, além da manivela e dos dois cilindros que também compunham os engenhos primiti-

(190) In "A Revolução Industrial no Século XVIII", Paulo Mantoux, p. 252. Recomendável ainda a leitura, sobre industrialização: "História Econômica e Industrial do Brasil", de Heitor Ferreira Lima.

vos, dispunha de uma escova destinada a tirar e bater o algodão descaroçado".

Pelo "Relatório" – tantas vezes recorrido por nós – não obstante o aparente avanço tecnológico, o algodão era aproveitado pelos teares (quase todos ainda rudimentares) na confecção de **panos grossos**, tecido destinado a vestir escravos e operários livres. O tecido urdia-se firme e resistente, graças a fio que, por sua condição física, propiciava a fabricação de redes, vendidas a "500 e 800 a vara", em feiras e mercados.

Interessante particularidade: o largo aproveitamento de substâncias vegetais, apropriadas ora da tatajuba, do urucu, da anileira, da tassuana, para dar cor a tecidos (preferentemente às redes), quando pela Europa, desde o último quartel do século XVIII, a química ensejava (a partir do cloro para alvejar o produto têxtil) a coloração mais precisa de peças de fazenda. Por esse mesmo tempo, quase um século antes, já se assistia ao despertar do surto industrial no estrangeiro, vendo-se a Inglaterra, ciosa dos equipamentos inovadores que aproveitava, baixar lei proibindo a exportação de "ferramentas e utensílios" próprios para a manufatura de "tecidos de algodão ou de linho e algodão". (190)

Compreensível, no Ceará, o estado primitivo da **fábrica**. Na verdade, por quase três quartéis do último século, não é possível, ao menos, nomear a existência de parque industrial no País. As iniciativas, pioneiras, decorrem isoladas, desimportantes.

Em nossa província, no último quartel da centúria, parecem incentivar-se afinal os negócios de máquinas, sob o aceno de que elas, movidas a vapor, produziam mais. Assim, Antônio Luiz da Silva Viana dispõe para venda de um "locomóvel de quatro cavalos, com competente roda dentada de transmissão para moendas de

cana de açúcar", enquanto, pelo jornal "Constituição" (edição do dia 28 de junho de 1885), Antônio do Amaral & Filho fazem ver, a agricultores, que têm em estoque, para venda, "a preço de quem quer proteger" (...) "caldeira de ferro de todos os tamanhos"; também "formas de ferro zincado para purgar açúcar". Outros comerciantes estimulam a atenção do homem do campo para os "mais aperfeiçoados" arados. Na verdade, em se tratando de maquinismo para fábricas, João Antônio do Amaral & Filho possuem considerável sortimento, no qual incluem "bombas pneumáticas", desse modo apregoadas: "Acabamos de receber essas acreditadas bombas, remetidas diretamente pelo inventor e fabricante". Manoel Amora, comerciante próximo a Fortaleza, tencionando mudar o ramo de negócio (depreende-se), quer vender "locomóvel de torça de 2 e meio cavalos, quase novo e em perfeito estado, a dinheiro ou a prazo..."

Um acontecimento assinala a nosso ver a curiosidade, interesse e apropriação da comunidade ao maquinismo: a triunfal e surpreendente experiência da via-férrea, tendo por personagem a locomotiva "Fortaleza". Conforme registrou o Barão de Studart, mais de sete mil pessoas foram às ruas testemunhar esse grande feito.

Festa de significado inestimável para a conscientização do povo sobre as vantagens dos melhoramentos técnicos. Mas, sobretudo, festa no sentido de animação, em que se contentaram quantos dela participaram. "Em alguns minutos a "Fortaleza" bem que a quarto de força, para não causar atropelo aos curiosos, que se apinhavam nos trilhos, transpôs a distância de quase dois quilômetros, levando à extremidade da linha os vagões carregados

(191) "Pedro II", edição de 6.06.1873, citado por J. C. Alencar Araripe, In "Jornal na Estante", 1986, pág. 31.

de trilhos e dormentes, sobre os quais havia galgado uma multidão de curiosos". (...) "O povo incumbiu-se da descarga dos vagões e enquanto isso se dava, a máquina voltou a encher os tanques da lagoa, que fica no meio da cidade, rebocando um outro vagão, que transportava a banda de música do Batalhão 15 de Infantaria, tocando durante a corrida". Noutra passagem do relato**: "Há uma eloqüência inexcedível no ruido desse autômato, que a ciência vivifica"**. (191)

Essa exibição memorável, aliada ao advento da eletricidade e intensa comercialização pelo mercado, de equipamentos industriais – máquinas (locomóveis e caldeiras) –, dá partida, sem dúvida alguma, para o povo conscientizar-se da realidade das vantagens da evolução técnica, que chega, ainda que de modo tímido, para atualizar a competição em termos muito difíceis com o parque fabril de Pernambuco, onde os evaporadores apressam a fabricação de açúcar. Caldeiras e locomóveis despacham-se para os sertões, inaugurando sentido mais objetivo de aproveitamento da torça motriz.

Mas os anos do último século não terminariam, na verdade, sem grande estorvo para o Ceará agropastoril. "Em 1899, choveu tanto e as chuvas causaram tantos prejuízos a plantadores e criadores, que o povo pintorescamente qualificou esse ano na sua cronologia oral como o da Seca da Água. 1900 foi o ano da Seca dos Dois Zeros. 1905 e 1908, foram anos ruins. Veio logo após a seca terrível, a grande, a que se repete com regularidade fatal dos ciclos e parece nascer de antigas anáte-

(192) Gustavo Barroso, "À Margem da Hist. do Ceará", 1962, p. 69.
(193) Pinto de Aguiar, "Nordeste – o drama das secas", tio, 1983, pág. 71.
(194) José Bonifácio de Sousa, "Quixadá, de fazenda a cidade", IBGE, 1960, pág. 106.

mas...”(192)

Em 1901, há todo empenho para a construção do Açude de Quixadá (Cedro), concluído em 1906, quando criada a Superintendência dos Serviços Relativos ao Combate às Secas, repartição sediada em Fortaleza e três anos adiante convertida na Inspetoria de Obras Contra as Secas. Já no quatriênio da administração Hermes da Fonseca, nas **Mensagens** presidenciais pela primeira vez ver-se-á referência a “secas do **Nordeste**, e não secas dos Estados do Norte”. (193)

Principiam a transcorrer então significativas iniciativas que apontam para o interesse científico aproveitado em favor da região.

Em 1911, Quixadá assiste à instalação do Horto Florestal, sob a direção de Alberto Lofgren. Em seqüência, tem-se ali a fundação da Escola Prática de Agricultura (1913), tornada a seguir Escola Prática de Agricultura, na qual é transparente a intenção de seus promotores para disseminar conhecimentos agronômicos junto à comunidade interiorana. Nas primeiras aulas práticas, de campo, são utilizados três arados. Alunos e professores posam para foto histórica – reproduzida em “O DNOCS e o Novo Nordeste” (Anexo, 22 volume) –, uns e outros de chapéu, sem exceção. “Foi, no gênero, o primeiro estabelecimento fundado no Ceará, tendo satisfeito plenamente os seus objetivos”.(194)

A época, ainda na mesma cidade, ocorria a inauguração de sua imprensa especializada em assuntos do campo, publicando “O Lavrador Cearense”, iniciativa de

---

(195) o.c., nas informações apensadas. Na década 1920-29 existiam, além do Sindicato Agrícola de Quixadá, a Sociedade cascavelense de Agricultura, de cascavel, e, em Fortaleza, a Sociedade cearense de Agricultura.

estudantes locais. E, um ano adiante, está instalado o Posto Zootécnico, funcionando, devidamente organizado, e Sindicato Agrícola de Quixadá. (195)

Indiscutivelmente o município de Quixadá faz-se propício a cometimentos dessa natureza, circunstância que se ajuda com a presença, e ação ali, de engenheiros e demais técnicos da IFOCS. Circunstâncias e condições, com toda certeza, determinantes da realização do Primeiro Congresso Agrícola do Ceará, de 30 a 31 de julho de 1916, entregando à discussão um programa que, para o tempo, era realmente amadurecido e avançado, assim proposto:

"1º – Abertura do Congresso; condições atuais da agricultura no Ceará;
2º – Ensino Agrícola;
3º – Principais culturas do Ceará. Seu problema econômico. A cultura do algodão, especialmente;
4º – Indústria pastoril;
5º – Sindicatos agrícolas: cooperativa de comércio, crédito e produção;
6º – Irrigação e viabilidade;
7º – Instituição de um centro de estatística;
8º – Propostas de diversas para o desenvolvimento agrícola do Estado;
9º – Designação do Município, sede do 22 Congresso em 1917". ("Correio do Ceará", 3.06.1916).

Possível exprimir a idéia de que a proposta de progresso e desenvolvimento, no que concerne à prática agrícola (lá então com os rudimentos adiantados de irrigação), estava mais nos sonhos, no ideário dos que perseveravam de olhos voltados para o futuro, como

(196) Cf. a publicação "Inquérito procedido pela Inspetoria de Obras contra as Secas", Rio de Janeiro, 1912, pág. 50.

Thomaz Pompeu Sobrinho, a quem os da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IFOCS), em Quixadá, deviam seus dias de maior inspiração técnica e produtiva.

Mas ele próprio no cotidiano experimenta, por essas horas, surpreendentes limitações do meio interiorano. Paradoxal achar-se Quixadá animado por diligentes promoções agrárias, vendo o açude do Cedro despertar a curiosidade de todos; falando e discutindo problemas afetos à irrigação, o aproveitamento racional da água armazenada naquele reservatório, mas, infelizmente, sem dispor no comércio, para atendimento imediato, de rotineiras ferramentas indispensáveis ao trabalho de campo.

Ao defender-se de acusação cavilosa, praticada contra sua administração pelo Engenheiro Bernardo Piquet Carneiro, aquele alto funcionário da IFOCS, em 1910, exigido a prestar esclarecimentos em inquérito, afirma ter tomado por empréstimo à repartição "oito picaretas, cinco pás, uma lima triangular e um pequeno arado". Nessa mesma ocasião, declarou com sinceridade e decepção: "Quando chegou a Comissão para balancear o Armazem (pelo qual o depoente era responsável), em princípios de dezembro, pedi para me deixarem as picaretas por mais algum tempo, **pois não fora possível encontrar outras para comprar em Quixadá**". (196)

Não obstante tais deficiências de mercado, no suprimento de material requerido para a exploração da terra, somam-se conquistas agronômicas em favor do chão adusto. Escrevi a respeito: "Vão se seguir anos em

---

(197) Eduardo Campos, "A ação do DNOCS: na dimensão do passado", In "O DNOCS e o novo Nordeste", DNOCS, 1985, pág. 47.
(198) In documento datilografado em poder da Biblioteca Publica do Estado. Folhas 104 e 108.

que se verá o despertar do interesse pelo trato agrícola, experiências e estudos, com inovações de ordem técnica, como a da aplicação do "dry farming" em Quixadá (CE), trabalho proposto por Thomaz Pompeu Sobrinho e efetivado com a Estação Experimental de Lavoura Seca, em 1913, secundando o aproveitamento de recursos de forrageiras e de indivíduos vegetais por meio do Horto Florestal, ali instituído, e dirigido aqueles anos por Alberto Lofgren e Alfredo Benna".(197)

* * *

Sem sombra de dúvida, a IFOCS (depois DNOCS) começou realmente a civilizar os sertões. Fez, de toda certeza, o bandeirismo de técnicos e máquinas, abrindo estradas, retificando o traçado de velhos caminhos para, praticamente, iniciar o plano de açudagem que nascia do zero, pois os açudes construídos antes, por desídia e fatores climáticos, ou de outro motivo qualquer, haviam se reduzido a 60, então em lastimáveis condições.

Ao escrever Relatório de trabalho, referente ao exercício de 1916, Thomaz Pompeu de Sobrinho deplora as dificuldades encontradas pela sua repartição, a IFOCS: falta de oficina, na qual pudesse praticar fundição de peças de ferro ou de bronze; preço exorbitante cobrado pelos serviços feitos nas poucas oficinas, da capital, de serralheria e fundição; ausência de estradas, "verdadeira calam idade"! (198)

Em Relatório anterior (ano de 1914), o engenheiro cearense dá conta da cópia de material pesado que a

---

(199) idem, referente ao ano que se nomeia.

(200) Or. Miguel Arrojado Lisboa, "Introdução ao Relatório dos Trabalhos Executados no ano de 1922", In Publicação nº 62, Série II (M.V.O.P.), págs. 14 e ss.

Inspetoria recebera pelo vapor "Erié": britador de cinco toneladas, dois guindastes ("derricks") de 8 a 12 cavalos, acionados por duas caldeiras (horizontais), uma de 50 HP e outra de 25, além de betoneiras e "trólys", para serem tracionados por animais. (199)

Não tardariam daí a mais alguns anos – de 1920 a 1922, mencione-se – outras auspiciosas providências administrativas da IFOCS, no florescente período em que é seu Inspetor o Dr. Miguel Arrojado Lisboa. Dessa época, o reaparelhamento da "ponte de atracação do porto de Fortaleza", instalação de guindastes elétricos, construção "de 212 ramais férreos à linha da Estrada de Ferro de Baturité", idem, de "227 km de estrada de rodagem, de primeira classe, para suportarem o tráfego de mais de 70 auto-caminhões de 10t. de carga." Importação de guinchos, locomóveis, bombas centrifugas; de motor acionado a querosene (de 35 HP!)"; caldeiras de 80 HP "com fornalhas especiais para queimar lenha". Material para o Ceará, como outros, até em maior quantidade, destinados ao Rio Grande do Norte e Paraíba. Em Fortaleza, principia a operar a Usina de Moagem de Clinker "com capacidade para produzir de 800 a 1.000 barricas diárias de cimento". (200)

O historiador Raimundo Girão vê com justificada significação a "entrada" dos novos "bandeirantes" da IFOCS. "Da praia às caatingas mais ínvias, ocupando os rochedos derramaram-se, quais bandeirantes de nova laia, os funcionários conduzindo, sem o perceberem, o progresso que iam deixando pregado ao chão com as piquetas

---

(201) o.c., pág. 433.
(202) José Bonifácio de Sousa, o.c., pág. 94.
(203) Antônio Gomes de Freitas, "Inhamuns (Terra e Homens)", Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza, págs. 70 e 71.

marcadoras das suas visadas geodésicas nos trânsitos de Guerly e nos níveis de Wild". E fizeram surgir açudes, poços, irrigação... e "novas aldeias, futuras cidades, outra civilização, limpando os olhos dos tabareus, que não enxergavam o mundo moderno que rolava, sem eles verem, nas rodas dos automóveis, cujos velocímetros, dagora por diante, e não mais o passo das alimárias, seriam o estalão das suas deliberações e dos seus negócios". (201)

O fazendeiro, a pouco e pouco, deixa de ser o **senhor** dos sertões. Dos 18 presidentes da Câmara de Quixadá, nos tempos republicanos de 1871 a setembro de 1900, seis declararam exercer o cri até rio, e igualavam, no somatório, os advogados que, nesse mesmo espaço, comandaram as decisões camaristas do município.

Nos anos que se seguem, até 1954, apenas dois fazendeiros voltam a tomar o assento da Presidência. (202)

Quixadá não é exemplo isolado dessa situação. Em Tauá, nos Inhamuns, de 1890 a 1914, dos 5 prefeitos e intendentes municipais 4 são fazendeiros. De 1914 a 1973, dos 23 que exerceram aquelas funções apenas 7 se dedicavam à pecuária. (203)

Não será desarrazoado especular: o interior principia

---

(204) "Quem.. ." (...) "trouxer gado para assougue e precize pastorallo. o faça em lugares desviados do povoado", mas com consentimento dos proprietários das terras. Assim desde o começo do século em todo o país. Alvará de Sua Alteza Real, rezava: "Uma legua distante desta corte se estabelecera" (...) "uma pastagem, em que ultimamente se recolham as reses, que vierem para o abastecimento da cidade, providenciando-se de sorte que se não demorem mais de 24 horas no matadouro, e que na referida pastagem entrem os gados dos tropeiros, e marchantes sem preferência, ou fraude, que venha ocasionar algum monopólio". (Luiz Gonçalves dos Santos In "Memórias para servir á Hist., do Reino do Brasil", Tomo 1, pág. 247).

(205) "Maranguape', Fortaleza, 1951, pág. 22.

a experimentar a influência de outras lideranças sócio-políticas. A atuação dos partidos torna-se menos dependente da influência de criadores tradicionais, que passam a perceber também as mudanças do sistema utilizado pelo criatório. A fazenda, muitas vezes, busca outra função, tornando-se povoado, enquanto este, em menor ou maior velocidade, vai chegar à condição de cidade.

Essa nucleação de habitantes, animados de novos propósitos, gera a apropriação de conhecimentos estranhos ao meio e atualiza o homem. E maior a competição setorial. Necessário produzir também para vender em outras áreas. O gado não pode mais invadir os terrenos presumivelmente disponíveis para o pecuarista, que deles se aproveita para a opção da engorda remunerativa. O fio de arame farpado chega ao campo, fator restritivo das áreas de pastejo em comum, a partir de 1891, quando estatuto maior, pelo Congresso Nacional, isenta-o de direitos de importação. O pasto passa a ter dono. Torna-se privado, enquanto os mais recalcitrantes descobrem que as cercas, melhor construídas, são novo referencial do tempo. O poder municipal toma a sério a produção de alimentos. A pequena roça, tão pouco ambiciosa, não contenta mais de. modo econômico os que privilegiam a terra para o boi. (204)

A visão de "comboios de animais carregados de mercadorias das casas de negócios", a desfilar pelas ruas, e, assim, o "rechinchar das rodas dos carros de boi, rolando pelas estradas" – lembra Belo da Mota (205) – "a carrear as produções dos campos em demanda da cidade", não tarda ceder ao progresso que chega com o melhoramento viário e o "aparelhamento do caminhão rodando por essas vias

(206) o.c., pág. 25.
(207) Plácido Aderaldo castelo, "Hist., do Ensino no ceará", coleção Instituto do ceará, IOCE, 1970, pág. 272.

em tempos mínimos, expulsando abruptamente o carro de bois, e reduzindo o emprego dos animais", o que termina por despertar no "homem do campo e da cidade o espírito da velocidade" (206)

Mas tudo parece ainda pouco aos olhos da autoridade; e na verdade é. Não há produção mais animada para acudir o abastecimento das grandes cidades, da capital principalmente. Por isso talvez, a 1º de julho de 1901, no limiar do século, em sua Mensagem à Assembléia o Dr. Pedro Borges escreve: "... não obstante a maior extensão que tem adquirido, no que concerne à cultura do solo, o aumento de produção, a agricultura não atingiu o desenvolvimento nem o grau de prosperidade a que podia aspirar na medida dos vastos recursos de fertilidade do solo do Estado". Pois bem, não se ia realizar de pronto o grande milagre (nem depois) da total modificação do "sistema indígena" e da "pratica rotineira e secular" do cultivo da terra com "instrumentos rudimentares"(207), mas o fazendeiro, com o advento em primeiro passo da Estrada de Ferro, e, depois, das mudanças de hábitos e conscientização profissional ensejados pela IFOCS –

7

A importância do manuseio das águas – A inteligência inventiva de MA. de Macedo – O problema de regadio no Crato e em Maranguape – O tinguijamento – A proibição em favor da salubridade das correntes d'água – Como procedia oficialmente a legislação em meados do século

como nos reportamos atrás –, deixa de ser o eventual plantador de gêneros de subsistência a proveito próprio (ação quase sempre familiar ou comunitária), e se transforma no empreendedor que vai produzir para terceiros.

Se por um lado movimentam-se as lideranças educacionais, em 1918, a intuito de ver instalada a Escola de Agronomia do Estado, por outro o Governo toma providências objetivando consolidar a idéia de adquirir, "nas proximidades" da Capital, propriedade de características rurais para o exercício das atividades agronômicas que se inauguram sob a Lei nº 1.534 do dia 15 de julho.

Vale mencionar: tudo está por ser feito pelos sertões. A estrutura agrária é arcaica e se obstina a não responder ao apelo das idéias que vigoram por parte dos mais estudiosos, animados – podemos considerar de modo pessoal – pela injeção de atualização técnica a que preside a geração dos pioneiros da IFOCS, constituída, a certo momento, que começa a nosso ver pela década de 1920-29, com o descobrimento da geobotânica cearense por notáveis estudiosos da matéria, e não só por estes, mas por quantos auscultam os segredos de nossa geologia.

No entanto, o trabalhador, o operário do campo, é miseravelmente assistido e mal remunerado. Em muitas localidades a remuneração da jornada lembra o preço da diária paga em 1880-89.

É o que se verá, por diante, através do testemunho dos prefeitos que participaram do 1º Congresso de Prefeitos Municipais do Estado do Ceará, em 1922, em Fortaleza.

TERÁ SIDO, IMAGINA-SE, O NÃO APROVEITAMENTO COMERCIAL DO leite, no passado – pelo menos desse modo ocorria ainda no último quartel do século XIX-, um dos fatores que contribuíam para tornar mais próspera a criação de bezerros e, presumivelmente, mais praticável o crescimento do rebanho bovino. O leite participava da dieta familiar, mas não com ênfase desejável. Era cedido grátis "não só aos agregados da fazenda como aos viajantes", lembra M. A. de Macedo (208), vendido somente nos grandes povoados, acrescenta, informando que, antes do ano de 1792, "este estado era ainda mais primitivo", andando comboios inteiros de "fazenda em fazenda, recolhendo, em vasilhas de barro, o leite que lhes era dado para sua mantença". (idem, ibidem)

M. A. Macedo em seu livro inova em muitos setores da prática agronômica desse tempo, fazendo circular, pelo menos entre os mais interessados em aprender, observações que, no tocante, presenciara na Europa, onde estivera em missão do governo da Província.

Dele, possivelmente, a primeira entusiástica manifestação pela utilização de medas por parte do agricultor cearense, dando-as fáceis de praticar, como contemplou no exterior. "Elas (as medas) são dispostas a moda de um esteio, fixado solidamente na terra, a fim de que a mola

(208) In "Observações sobre as Secas do Ceará e meio de Aumentar o volume das Águas nos Correntes do Cariri", p. 65).
(209) idem, p. 76.
(210) idem, p. 78-79.
(211) idem, p. 80.

não se desmorone. Na parte superior a meda é terminada por uma carapuça, formada de palha de trigo, tendo no meio um buraco, para deixar passar o esteio pelo qual escorrega esta sorte de chapeu, que desce pelo esteio abaixo, a proporção que se vai tirando o capim pela parte inferior". (209)

Pelo que menciona, em seguimento, entende-se que o tipo de forragem fenada, por ser bem tratada e naturalmente rica de proteínas, exportavam-no os ingleses à época para o Rio de Janeiro, chegando e produto ali "acondicionado" como fardos de fazenda" (210)

Tão perspicaz observador tem sua receita de meda para o Ceará, propondo fizessem-na sobre aterro "circular de 5 ou 6 metros de diâmetro" elevado do solo em 10 cm, provida de rego ao derredor para efetivar-se mais apressado o escoamento das águas das chuvas, ficando o solo da base "forrado de palhas secas de carnaúba". (211)

Mas a maior preocupação do autor, no livro, demora no assunto que o inspira: o aproveitamento das águas, conservação e melhor distribuição do sistema de regadio.

Dá a entender que até o domínio português, assim mesmo nomeado, o uso das águas para rega, no Cariri, fazia-se com mais inteligência, o que não sucederia depois, quando "os novos colonos, forçados pela necessidade, começaram a desviar as águas dos correntes e empregá-las na irrigação das terras". As águas, desse modo distraídas vai narrando –, por correrem em condutos não construídos de acordo com as normas, extravasam antes de chegar ao seu destino, indo correr pela floresta, restando perdida ou empoçada desvaliosamente.(212)

Com o crescimento da demanda agronômica, pesava

(212) idem, p. 89.
(213) idem, p. 100.

a ameaça da falta d'água na região, a persistir entre outros fatores negativos, o mal uso das torrentes a serviço do regadio. Entendia sob esse raciocínio M. A. de Macedo, vendo com pessimismo as condições de agricultamento na província. Mas, a entusiasmo de idealisticamente consertar o erro, imaginou o ltaytera assemelhado ao Enz alemão, de Wurttemberg, podendo a sua torrente controlar-se, como acontecia em Wildebad, com o aproveitamento de "simples taubões lançados horizontalmente ao través do rio, apoiados sobre um sólido batente, encaixado em uma grade de madeira assentada por uma calçada de pedras soltas, e encostadas a dois fortes esteios, fixado nas extremidades do batente". (213)

Pode-se situar em meados do século XIX a preocupação pela conservação de cursos d'água, no Ceará, a mais empenho. Mais ou menos generalizadas pelas Resoluções as indicações para aplicação nos municípios sertanejos, carecendo cuidados e práticas para a não destruição de árvores e arbustos às margens de rios, lagoas e poços, enfim, de "qualquer servidão em que não houver terreno próprio para plantações de fumo, mandioca e frutas, desde os respectivos leitos até a distância de cinco braças para as margens do rio e riachos". (Res. 1.227, Lavras, CE).

Resolução de nº 640 (Crato, CE), em seu artigo 74, também obstava o corte de árvores "que fiquem a duas braças de distância das margens dos correntes..." No mesmo diapasão, outra Resolução (744, Baturité, CE), em 1855, explicitando em artigo, o 38: "É proibido o corte de mata nas vizinhanças e nascenças dos rios, que tenham este município, e os donos de propriedades sitas nestes lugares, ou seus administradores, por motivo algum poderão

(214) Eduardo Campos, "Procedimentos de Legislação etc.", p. 88.
(215) idem, p. 90-91.

abrir roçados, e fazer queimadas, que danifiquem a corrente dos mesmos rios...

No Crato, no dizer de Paulet, freqüentes as "questões d'água, porque cada morador acha necessário para si uma nascente (na vila do Crato), o que tem dado um trabalho insano de quinze dias para estabelecer com a câmara registros proporcionáveis, o que lhes parece impraticável". (214)

Nas serras – e desse modo acontecia em Maranguape – em face da diminuição do volume do corrente do mesmo nome, houve necessidade do Presidente da Província, Ignácio Francisco Silveira da Motta, interferir para disciplinar a divisão da água "pelos donos dos sítios da povoação". (Art. 1), compelindo os usuários do riacho a procederem tapagens na torrente, de baixo para cima, com vertedouros por cima do esbarro, para a corrente poder fluir. (§ 2º) No parágrafo seguinte está dito: "Feita a primeira irrigação com o acabamento do derradeiro "açude, o dono do sítio contíguo ao último da parte inferior, passará as águas a este, seguindo-se a mesma escala, para cada um de per si até o fim". (215)

Não se pode definir com exatidão a razão dos crescentes desentendimentos no uso da água própria para regadio, se localizamos (como de fato sucedia) a área de dissenções, de preferência, nas serras molhadas, as "ilhas de verdume". Será que o criatório, aumentando, gerando o crescimento dos rebanhos, não exigia maior consumo d'água para o próprio gado, e o situamento de capineiras? Sabido é que, tradicionalmente, as serras (são múltiplas as alusões percebíveis nos textos legais da época) praticamente reservavam-se aos agricultores, não excluída a possibilidade do criatório nelas, debaixo de certas condições de proteção da lavoura, vindo o cercamento em primeiro lugar.

No plano, e poderíamos dizer, nos baixos, é que a

pecuária vai alcançar espaço para crescer, que, de preferência, o instinto de sobrevivência nos animais os faz permanecer tanto quanto possível na proximidade das margens dos cursos d'água, não disponíveis de forma desejável. Esse comportamento praticamente ajuda o homem a descobrir a utilização das vazantes, daí o interesse da autoridade, ao longo do século passado, em preservar os mananciais, cuidando que ninguém os tornasse inúteis para a serventia do homem e dos bichos.

As atenções no tocante, decorrentes dos dias que transcorrem pelo final do século XVIII, organizam-se com mais propriedade, a começar da proibição de tinguijadas em lagoas, rios, riachos e ipueiras – discurso oficial do Ceará através de suas posturas interioranas –, como vigora em Imperatriz, em 1830, não toleradas em 1844 (Res. 323) "cercas e plantações em roda das aguadas públicas"; seqüenciáveis as proibições ao uso do tingui em correntes ou poços (Res. 474, Canindé, 1848); idem, em Cascavel (Res. 502), idem, no Riacho do Sangue (Res. 546, 1951), idem na Vila da Barra do Acaracu (Res. 580, 1852).

Também coibida a lavagem de roupa "perto das cacimbas do rio, dez braças, ou de qualquer modo tornar insalubres as "suas águas (Vila de São Bernardo, Res. 775,1853). Não permitida a obstrução da correnteza das águas regadias (Res. 640, Crato, 1854) e obrigados os proprietários das terras do brejo – Salamanca "a limpar o rio no mês de outubro de cada ano". (Res. 641, Barbalha, 1854). Em Maranguape, em 1864, a Resolução 1104 estabelece estarem todos os proprietários de sítios, por cujos "terrenos passam os vales Pirapora e Gavião" (...)

(216) Irineu Pinheiro In "Poços dáguas Perenes e Pescarias por Tinguijamento", Revista do Ceará, Tomo LVI, ano LVI, 1942, p. 240e seguintes, citado por Eduardo Campos, o.c., p. 36.

“obrigados a trazer o leito dos mesmos (rios) desembaraçados de matos, entulhos e cercas que impeçam o livre trânsito das águas pluviais”.

Em 1890, continuava vigorando a proibição à contaminação via tinguijamento, prática não de toda afastada ainda hoje dos hábitos de pescadores rudes, e que, nos primeiros anos do nosso séculos no rio Canús, distante do Crato doze léguas, ainda atraía por costume, anualmente os cratenses, que se faziam presentes a esse tipo de pesca predatória. (216)

A água – nesse ambiente mais do que em qualquer outro lugar – é fundamental não apenas para as atividades pecuárias mas para as de cultivo. No último quartel do século, as providências parecem vigorar mais ajustadas a problemas de regadio, absorvida a idéia de que a água é deficiente e, se não usada à discrição, acaba prejudicando os usuários. Sob esse pensamento, mais realista

8

A aventura de uma viagem aos sertões – Pontes e pedágio – O Congresso dos Prefeitos Municipais – A estrada de ferro – Os municípios – Depoimento agropastoril – O salário pago ao homem do campo – O carro de boi e o rio que é estrada – O parque industrial

está o Art. 44 da Resolução 1.585, a prescrever: "Todos os donos de sítios na margem do rio Acarape, que na estação seca precise fazer açudes para aguação de suas lavouras, não poderá fazê-lo por mais de quatro dias o impedimento das águas do curso do rio, dando assim lugar aos que abaixo morem, a fazer a mesma aguação em suas lavouras, que repetirão, às vezes que julgar necessário, contanto que não sofram os interesses gerais".

Adiante, no Art. 45 exarava: "É proibido absolutamente o tirar-se água do curso do rio para lagoas e regatos, como aqui era costume, causando disto prejuízo à agricultura".

Em Pentecoste, em 1885, no Cap. III, **Da Lavoura,** de seu Código de Posturas, está mencionado em artigo 17, de redação um tanto "manu militari": "Os habitantes deste município, que não tiverem meio de vida conhecido, são obrigados a cultivar a terra pelo menos um roçado durante o inverno, que ocupe um terreno de 200 passos em quadro". (2.800 m^2, aproximadamente, em torno de 1 tarefa)

Da metade do século passado até o primeiro quartel do nosso, o cata-vento – ainda que não entusiasmasse antes a M. A. de Macedo – tornou-se decisivo para o abastecimento d'água e elevação desta dos poços de rio para a aguação tipo "vazante", nas culturas do mesmo nome, que pareciam ser, e realmente eram, empreendidas à larga no Jaguaribe, sistema que se entende por precursora dos trabalhos agrícolas ali praticados mais tecnicamente nos Perímetros Irrigados do DNOCS.

---

(217) "Algumas Origens do Ceará", 1917, pág. 92.

NUMA REGIÃO EM QUE OS CURSOS D'ÁGUA NÃO ENCORAJAVAM, O deslocamento para o interior haveria de se praticar – para transporte – com o aproveitamento de veredas abertas na mata por animais e índios, e que se iam alargando com o uso. No plano o trânsito, ainda que com estorvos de pouca importância, podia se efetivar até na época das chuvas, mas quando o deslocamento humano tendia em direção às serras, as coisas se complicavam em face da cobertura vegetal realmente luxuriante, para não dizer selvagem, e abismos.

Antônio Bezerra dá testemunho: "Em algumas (ladeiras da Ibiapaba) tivemos pelos anos de 1884 e 1885 de fazer o trajeto a pé, tanto medo nos infundiam os talhados e rapidez dos saltos, como chamam os montanheses às pedras, mais ou menos grandes que não puderam ser retiradas das estradas, direi antes – dos despenhadeiros".(217)

Para viajar o homem dependia de modo fundamental da alimária. Alimárias, certo dizer, pois além da que o principal interessado utilizava, outros três ou mais animais eram aproveitados para o transporte de mantimentos. Cuidar de pequena tropa – como aconteceu a Luiz Agassiz em 1866–, para ir de Fortaleza a Pacatuba, passando por

(218) "viagem ao Brasil, 1865-1666", Cia. Edit. Nac., págs. 534, 535 e ss.
(219) Renato Braga, "Hist. da Comissão Científica de Exploração", 1962, págs. 262 e 263..

Parangaba e Monguba, exigiu adiamentos à hora da partida, e outros inconvenientes. Dessa forma, o destacado sábio só conseguiria sair da Capital à tarde do dia 6 de abril daquele ano, ficando a etapa inicial da jornada em "cerca de seis ou oito quilômetros da cidade". O primeiro pernoite dar-se-ia em Arronches (Parangaba) e, de manhã, aprestada a comitiva para seguir, eis que desaparecem dois cavalos, só recapturados algumas horas depois...

Vencido o contratempo, Agassiz e os seus companheiros de viagem partem. Mas dão-se novos óbices: "A estrada estava em terrível estado por causa das chuvas incessantes, e, apesar de não haver um grande rio entre a cidade e a serra de Monguba, para onde íamos, em vários pontos os cursos dágua encheram apresentando certa profundidade..."(218)

A Comissão Científica Exploradora, que desenvolveu trabalho no Ceará, em 1859, tinha instruções do poder imperial para "andar toda junta pelo interior da Província", o que não logrou fazer, em razão das "circunstâncias do Pais": leia-se más estradas, caminhos tortuosos etc.

Manuel Freire Alemão, regressando da "entrada no sertão", que praticara, narrou: "Desci ao Icó, e daí tomando caminho mais curto, por veredas e travessias, cheguei à Capital em 21 de abril. Com uma viagem de 70 a 80 léguas, feita em pequenas jornadas, por péssimos caminhos, passando rios, então caudalosos, apanhando copiosas chuvas, cheguei... (219)

Philip von Luetzelburg, que estudou a botânica do Nordeste, encontrou de igual modo (péssimas) os nossos caminhos já neste século. Em algumas estradas, as

---

(220) "Estudo Botânico do Nordeste", vol. 1, pág. 63

bromélias nasciam sobre o próprio leito e, noutras, havia "profunda camada de areia solta" em trechos difíceis de os vencer o automóvel.

Nas mediações de Barbalha a estrada estava mal conservada, correndo "através de canaviais e de uma catinga extremamente seca e densa". Havia caminho de árdua utilização, "transformado num trilho" e "coberto de enormes blocos de pedra", difusos. Tudo desafio e impedimento à passagem de carros de boi e automóveis. (220)

Ao longo do tempo, até os anos 30, a situação não esteve muito atenuada, em virtude da quase total ausência do interesse público que acudisse com proposta de trabalho capaz de resolver as exigências de transporte entre localidades, principalmente para o escoamento da produção até os centros comerciais.

Nos anos de grandes estiagens nada fácil empreender jornadas pelo interior distante, não só à falta d'água mas de pastos para os animais. E, sobrelevando a esses empecilhos, acrescentável a possibilidade de o viajante ser assediado por bando de malfeitores.

Em alguns momentos o poder público tomava alento e intervinha de modo próprio, ou por intermédio de particulares, construindo pontes e outras obras, mas impondo a seus usuários o pagamento de pedágio.

Resolução nº 1.363, de 12 de novembro de 1870, autorizava a cobrança daquela taxa pelo uso das pontes construídas sobre os rios Cocó, Acarape, Timbó, Baú, Maranguape e Ceará, da maneira como se descreve: "40 réis por cada animal" em trânsito com "carga ou cavaleiro". Carro ou carroça pagava 200 rs e cabra, ovelha ou porco eram taxados em 10 rs.

O acesso a Sobral, por volta de 1872, oferecia séri-

as dificuldades a quem demandava a cidade, em razão do rio Acaraú, curso d'água que, de volume aumentado por ocasião do inverno, tornava quase impossível o deslocamento de comboios que pretendiam alcançar o mercado.

Antônio Tomé da Silva postulou e obteve autorização, aprovada pela Assembléia Legislativa Provincial em 11 de novembro de 1872, para em vão mais estreito edificar uma ponte de "pedra e cal, corri estiva de madeira" (...) "defronte da cidade de Sobral".

Cada pessoa a pé, pela passagem, desembolsaria a taxa de 80 réis. Se montado, o encargo subia para 140. Animal avulso, 80 réis. Carregado, a fim de comércio, 140 réis. Do mesmo quantitativo a cabeça de gado, quer fosse pequena ou grande. Ovelha e cabra taxavam-se em 40 réis. Carro ou carroça, que utilizasse o benefício, haveria de contribuir com 900 réis!

Como referimos anteriormente, em primeiro lugar o índio e depois o boi respondem pelos inícios de nossa malha viária. Daquele o vezo pelo acesso aparentemente facilitado, sem arrodeios, quando galgava o topo das elevações. Daí os caminhos subindo e descendo os lugares altos, que Henry Koster enfrentou anotando: "Mas se o solo é plano a estrada não é má, mas sobre os bordos dos cômoros, quando devia ter feito uma volta nos trechos escarpados, vai direto ao cimo, de alto a baixo".

Ao partir para o Ceará, em outubro de 1810, saindo de Recife, Koster tomou precauções quais a de quem se adestra a pelejar. O arguto viajante deixou documenta-

(221) "Viagem ao Nordeste do Brasil", 1942, pp. 77, 78 e 81.
(222) Cf. anais do Congresso, Fortaleza, 1942, pág. 22.

do como se organizou, iniciando a peregrinação ao "nascer da lua", acompanhado do Sr. Félix e de John, um criado inglês, tanto ele como os demais "armados de espadas e pistolas, e o guia negro, também montado, sem sela nem brida, carregando um bacamarte..." (221)

Ao lavrador daqueles tempos exigiam-se providências que tornavam suas atividades de agricultamento mais árduas. Cobravam as autoridades uma série de cuidados com os caminhos, como acontecia ainda em meados do século XIX, quando, quem abrisse roçado, haveria de ter atenção e trabalho voltados à sua proteção.

É como estipula a Resolução n^2 1.055, de 7 de janeiro de 1863 oriunda da Câmara Municipal da então Vila de Maranguape:

"Art. 14 – As pessoas que abrirem roçados aos lados das estradas públicas são obrigadas a conservar as árvores que fizerem sombra, na distância de duas braças do caminho ao roçado, sob pena de quatro mil réis de multa".

Ainda em 1873 a Câmara Municipal de Palma não admitia o corte de "árvores que sirvam nos caminhos, para descanso. ." (Lei n^2 1.537, de 23 de agosto).

Em 1922, o problema das estradas deficientes atormentava os prefeitos reunidos em congresso. Mesmo perto de Fortaleza, como em Aracoiaba, o trânsito parava à falta de ponte.

A própria indagação, de número 17, do questionário do Congresso dos Prefeitos Municipais do Estado do Ceará, de 1922, (222) admitia a situação de penúria dos ca-

(223) o.c., pág. 51.
(224) idem, pág. 54.
(225) idem, p. 63.

minhos: "É preferível o prosseguimento das estradas de rodagem já existentes no município, e a construção de novas estradas ou a feitura de obras de arte capazes de evitar que não seja o trânsito público paralisado durante o inverno?"

A maioria dos edis achava motivos demais para lamentar a situação das comunicações entre a sede do seu município e a dos vizinhos. O de Aracoiaba lamenta: "Todos os municípios têm recebido da IFOCS maior ou menor soma de benefícios. O nosso, porém, não recebeu o menor bafejo de auxílio". Doía-lhe muito ver o desenvolvimento rodoviário dos vizinhos, em prejuízo do seu.

Em contrapartida quem se beneficiava com a chegada dos técnicos da Inspetoria não escondia o entusiasmo. O prefeito de Russas considerava o município naturalmente fadado a "ser um dos maiores núcleos de produção agrícola do Estado", diante dos resultados previstos com as chamadas obras do Nordeste, que estariam representadas por duas valiosas estradas para suas atividades: a Aracati-Limoeiro, e a que demandava Baturité. (223)

O de Aracati depunha a respeito: "A construção da estrada de rodagem Aracati-Morada Nova, a cargo da IFOCS, prossegue regularmente, e, se não se vê a celeridade que era de desejar nos trabalhos, é pela falta de trabalhadores". (224)

O município de Aracoiaba enfrentava os problemas advindos do traçado da linha férrea (corrigida recentemente), com à localização da estação ferroviária longe da sede do município. E agravando: o traçado da rodovia

---

(226) idem, p. 143.
(227) In Jáder de Carvalho, "Antologia de João Brígido", p. 208.
(228) idem, ibidem.

Baturité-Russas, que deveria passar pela cidade, tinha o percurso modificado em virtude da "ferrenha oposição" do diretor da Estrada de Ferro de Baturité, firme em não consentir cruzasse a rodovia com os trilhos de ferro, circunstância indesejável tecnicamente, sob a alegativa de que não ocorria desse modo em "parte nenhuma do mundo". (225)

Em virtude desse embaraço, o novo caminho seria construído ao longo de pelo menos cinqüenta quilômetros despovoados, em flagrante prejuízo das comunicações vicinais e do trânsito de mercadorias.

A estrada de ferro, melhoramento com o qual sonhava todo o sertão, ia-se interiorizando, tornando menos demoradas as comunicações da hinterlândia com a Capital.

Devido o seu traçado, cortando o município de Iguatu, de oeste a leste – conta o prefeito – "em quase duas partes iguais, a exploração de madeira, quer pela construção, quer especialmente pela construção, tem sido intensa, de sorte a poder-se dizer que as florestas ao longo da via de penetração do Estado desaparecem rapidamente..." (226)

Não era problema a se inaugurar por essa hora, visto que, em 1906, de muito antes, portanto, João Brígido pelas páginas de "Unitário", escrevia: "Os terrenos que têm acesso mais fácil às estações, em quase toda a extensão da linha (ferroviária), já estão pelados, e compram-se leguas e leguas de lenha para negócios". (227)

Deplorado o desaparecimento inclusivo das reservas florestais do Cocó e Água Fria, prevalecentes em 1845, e então inexistentes. No referir do cronista, a via-fér-

---

(229) In "Correio do Ceará", 27.12.1915.
(230) "Congresso de Prefeitos Municipais do Estado do Ceará", Fortaleza, 1924, p. 176.
(231) o.c., páginas 159 e 160.

rea talava o interior, indo pela região, a consumir "assombrosa" quantidade de lenha para fazer fumegar seus fogões e caldeiras de padarias etc. (228)

Deste modo, a Estrada de Ferro promovia o desmatamento do sertão, elegendo para as caldeiras de suas máquinas algumas espécies vegetais nobres quais o paudarco e a aroeira: "REDE VIAÇÃO CEARENSE – CONCORRÊNCIA PARA O FORNECIMENTO DE LENHA EM TOROS PARA O CONSUMO DAS LOCOMOTIVAS DA ESTRADA DE FERRO DE BATURITÉ: – V – A lenha deverá ser perfeitamente sã e das seguintes qualidades de madeira: **Aroeira,** Angico, Catingueira, **Paudarco** e Sabiá, e medir um metro de comprimento sob o mínimo de 8 centímetros de diâmetro. 24 de dezembro de 1915 Júlio Veras da Silva Tavares". (229)

Os municípios que se desenganavam de receber as vantagens advindas da extensão da linha férrea, e desalentados com os caminhos praticamente improvisados – precárias carroçáveis – que haviam de enfrentar para tornar viável o escoamento do que produziam às vezes em cima das serras, lutavam para conseguir rodovias melhor projetadas, e dessa forma orientadas pelo governo.

Pretendia-se por esses dias, de maneira prioritária, a construção de estradas vicinais, notadamente de acesso a cidades ou vilas que diretamente se beneficiariam com a ferrovia em expansão. Nesse caso, a proposta de traçado de rodovia que, saindo de Jardim, alcançasse Missão Velha ou o Crato. (230)

O prefeito de Ipueiras postulava as vantagens de uma carroçável que servisse aos interesses do município, tor-

(232) o.c., pág. 15.
(233) idem, págs. 33 e 44.

nando o "trânsito para a vila", sobre a Ibiapaba, onde em invernos abundantes o seu percurso era interrompido. (231)

Outro convencional, Alfredo de Souza, na segunda sessão do movimentado conclave municipalista, depois de se pronunciar sobre "vários assuntos" importantes "de interesse do município de Quixadá, evidenciou a necessidade da manutenção e desenvolvimento do Horto Florestal ali estabelecido, enviando à mesa diretora dos trabalhos uma proposta para que as câmaras municipais inserissem em "seus códigos de posturas disposições positivas contra o devastamento da floresta"(...), "proibindo o corte de madeira de construção, árvores forrageiras, mandacarus etc., sem motivos justificados", e pondo em vigor taxa especial "para custeio das despesas com a conservação e melhoramento das estradas". (232)

Ao item do questionário – "Quais as árvores que devem ser preferidas para o replantio no município?" – o edil de Acaraú antecipar-se-ia à idéia de reflorestar o Ceará com cajueiro, proposta bem sucedida em recente governo (César Caís de Oliveira Filho, 1971-1975). A referir o aproveitamento do eucalipto, azeitoneira, cedro e pau d'arco, por adaptáveis à sua região, o prefeito destacou a utilização do cajueiro que, "além de oferecer dentro de pouco tempo, com os seus produtos, resultados sobremodo vantajosos ao desenvolvimento de diversas pequenas indústrias", concorria para fertilizar vantajosamente "os terrenos que ocupa e poderão destarte, ser aproveitados com a derriba e queima, para

(234) O prefeito de Limoeiro na oportunidade registrou que Limoeiro foi uma das primeiras cidades do interior do Ceará a adquirir automóveis. Através da Sena do Apodi, estava estabelecida, ainda que de modo precário, uma **linha de automóveis** ligando o município ao Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Em 3 dias podia-se ir de viagem até Recife, via Mossoró. (o.c., pág. 197).

o cultivo de outras espécies". (233)

A agricultura enfrentava vários obstáculos. A cultura da cana, em Aquirás, não dispunha de braço suficientes e as terras se mostravam carentes de adubação. Entende-se que o criatório aí fosse insignificante, pois o adubo (estrume de curral) mais usado, vinha de longe, a preço alto. Em Assaré, lavouras numerosas disseminavam-se por muitos agricultores, o que, no dizer do principal administrador do município, era circunstância limitante da fortuna pessoal. Em Jaguaribe-Mirim a produção agrícola, muito modesta, não contribuía para o desejado abastecimento da comunidade, em razão de terem os lavradores poucos recursos para agricultar. Não faltavam também as "devastações motivadas por incêndios nos campos", certamente oriundos da queimada de roçados, motivando o desaparecimento da madeira de lei.

O cultivo do chamado "milho trigo" – possivelmente o sorgo –, prática que vinha sendo aplicada ao longo dos anos que vão de 1919 a 1923, transformou-se numa "nova indústria da agricultura" em Limoeiro, por substituir o arroz e avantajar-se "ao milho comum e ao feijão pelo sabor da massa e, quiçá, pelas suas propriedades mais nutritivas". Altamente apreciado em toda a região, as autoridades municipais não o permitiam sair para outros lugares. (234)

Em Milagres, a lavoura sofria o estorvo do banditismo, ou pelo menos as conseqüências de anos de conflitos armados e assaltos. Na opinião do prefeito, "até bem pouco enervava". Os malfeitores sugavam ao município" suas energias dinâmicas, pelo terror que infiltravam nas gentes

(235) o.c., págs. 32 e 31.
(236) idem, pág. 196.
(237) idem, págs. 211, 222.

trabalhadoras...” Os processos de técnica, naturalmente à falta de estímulo “por que se movem a agricultura e a criação, são atrasados e rudes”, afirmou.

Pelo depoimento dos dirigentes municipais, presentes ao Congresso de 1922, obtém-se alguns dados de como funcionava a pecuária por esses dias. “Criadores das zonas chamadas “caatinga” ou da “mata”, em Acaraú, retiravam seus gados para as zonas sertanejas durante a estação invernosa; isso não só devido às **pragas** manifestadas na região durante a estação, como em razão da pastagem dos campos propiciar nessa época, melhores vantagens. No verão, tocavam os rebanhos para a caatinga, onde os efeitos do estio faziam-se mais amenos, prática seguida, “em sentido inverso, pelos criadores das zonas sertanejas, e sobremodo vantajosa à pecuária, visto determinar uma alternativa de descanso nas zonas pastoris”. (235)

No Município de Limoeiro, faltando as chuvas, “proprietários ou vaqueiros se resistem permanecer nos mencionados pontos” (baixo Jaguaribe), têm de se prover de “água, que vão buscar na distância de três leguas”. (236) Comum o procedimento em quase todos os municípios, não obstante a preocupação da legislação municipal em estimular a abertura de poços e proteção às **bebidas.**

Inova-se pouco na pecuária, mas fazendeiro como o Dr. Leite Maranhão experimenta a semente de gado holandês. Os terrenos situados no leito do Banabuiú, do qual se geram as chamadas vazantes, em função da proximidade da água, são considerados os mais indicados para o plantio de capins e agricultamento natural. O pensamento, aí dominante, é de estar-se perdendo significativa ri-

(238) idem, pág. 189.
(239) idem, pág. 225.

queza dos sertões, por não haver barragens e poços para a fertilização dos terrenos baixos. (237)

Problemática a educação primária nessa quadra. Desde os primeiros anos, a criança acompanha os pais à prática agrícola. Menino é para tudo; faz-se homem antes de tempo. Dos seis aos sete anos pastoreia animais, monta em burro arisco, carrega água, lenha, dá recado, faz compra à bodega; se mais vigoroso maneja a enxada qual adulto. "Nota-se maior freqüência do sexo feminino na escola, o que é natural tendo-se em vista as obrigações a que estão sujeitos, desde a mais tenra infância, as crianças do outro sexo", afirma o prefeito de Lages. (238) O de Morada Nova comenta no mesmo tom: "Desde a idade de 8 anos as crianças pobres são aproveitadas na agricultura e pecuária. A maneira mais eficiente de conciliar o trabalho com a instrução é mudar as férias escolares para março ou abril, devido aos trabalhos do campo – ou a criação de aulas noturnas". (239)

A saúde do gado é frágil. Além de sofrer o rebanho o rigor do inverno (atacam-no legiões de mosquitos, inclusive mutucas), enfrenta sem recursos os efeitos da aftosa como sucede em Aracati. Em Araripe, o surto é de "morrinha" ou "mal triste", mas a aftosa não abandona os currais. Está novamente em Boa Viagem, onde são comuns os casos de carbúnculo, "quarto inchado" etc.

Precário o estado sanitário dos munícipes. Em São João da Uruburetama as "chagas conhecidas como "feridas da moda" atacam e homem. Em Tauá, nos

---

(240) veja-se a propósito de saúde e médicos esta nota da "Gazeta da Serra", edição de 20.03.1927 (Ubajara): "Ubajara atualmente tem dois médicos, um alemão, o outro baiano. Respondemos: não é porque tenhamos necessidade deles: absolutamente. Até pelo contrário, eles é que precisam de nós".

Inhamuns, registram-se os mais diversos casos de tracoma, ancilostomíase e leishmaniose. Aquirás sofre as conseqüências de sezão e opilação; Aracati tem surto de impaludismo e ancilostomíase – também comum em muitos lugares; em Baturité, ocorrem feridas chamadas bravas ou brabas, verminoses, tracoma; em Coité, os habitantes estorvam-se com febre de mau caráter, gastroenterite, tuberculose e sífilis; em Granja, grassam morféia e tuberculose, e, em Icó, registram-se casos de ancilostomíase, tuberculose e sífilis.

Mas em municípios que se proclamam saudáveis. Assaré orgulha-se de não ter médico e possuir apenas uma farmácia de "movimento insignificante". Ninguém ali se queixa de achaques. Aurora repete esse feito, enquanto Campo Grande considera ótimo seu "estado sanitário". Canindé não tem enfermidades a registrar. (240)

Os que se empregam na lavoura e pecuária recebem, por 8 horas (caso de Acaraú), 1$200; em Aquirás, 1 $500; 2$000 é ganho de trabalhador rural em Aracati; de 1$200 a 2$000, em Aracoiaba; na Barbalha, **onde as crianças começam** a **trabalhar na agricultura aos seis anos de idade,** a diária é de 1$500 ou 2$000... por **dez horas de trabalho!** Em Campo Grande, quem se aluga por 9 horas, recebe apenas 1 $000. Também aí as crianças começam a pelejar desde os 7 anos de idade.

Canindé paga 1$500; e Icó se apresenta de exceção, afirmando o prefeito que, no município, por sete horas de trabalho, a remuneração é da ordem de 2$000...

O salário rural de então é incompatível com as necessidades do lavrador, que deve subsidiar seu sustento praticando outros serviços, dando recados, vendendo

(241) In "Gazeta da Serra", jornal de Ubajara. 20.09.1926.

frutas nas feiras, caçando ou pescando, ocupações que hoje estariam classificadas em mão-de-obra informal. Em 1883 (dado para cotejo de duas épocas), firma de Pernambuco, pelos jornais, vinha dizer que contratava "20 trabalhadores" para se empregarem em "armazem de assúcar na capital", vencendo cada um 30$000 ao mês. Pelo menos dessa forma o jornal "Libertador" divulga anúncio, a 18 de agosto daquele ano, sob o título: "Boa paga a trabalhadores".

Em 1926, três anos depois da realização do Congresso de Prefeitos, a se tirar pela cotação dos gêneros e serviços transacionados numa cidade do interior (Ubajara), a possível "cesta básica" do homem do povo, à época, podia ser constituída com produtos e valores como se seguem: banana, 20 réis; sal, em litro, 300 réis;. farinha, idem; arroz 500 réis. A barra de sabão valia 1$200 réis. Em "mercado", isto é, vendida em pequenas quantidades, uma colher de açúcar estava cotada em 100 réis; a de óleo de rícino (mamona), para purgar ou para iluminação, tinha o mesmo preço.; [Colher de mastruço – outro referencial de negociação popular – ia cobrada a 200 réis; 3 **carocinhos de Pimenta do Reino** (indicador popular) vendiam-se por 100 réis. Cem gramas de queijo, idem. Um litro de milho ficava em 160 réis. O par de alpercatas, de sola fina, 3$000; o de chinelos, idem; a vara (1m10cm) de chita, marca "Paulista", 1$000; metro de riscado, 2$000.

Outros preços da época: foice, para o trabalho de campo, marca "Conrado", valia 8$000; a enxada preterida, com 3 libras de peso, 4$000. Casal de pratos de ágata, 2$000; um quilo de carne (alimento que não faltava no mercado) vendia-se à razão de 1$200 o quilo – igual à remuneração do dia de trabalho na roça. 1 cigarro, marca "101", a mais publicada nos jornais do tempo, 100 réis. Acres-

cente-se: o casamento civil efetivava-se por 10$000, mas as suas despesas podiam ir a 30. Os padres batizavam por 4$000 e casavam por 8$000, cobrando pela licença igual valor. (241)

* * *

O inventário, de máquinas achadas nos estabelecimentos industriais da época, está longe de ajustar-se à idéia atual de fábrica. Na maioria rudimentares tipos de aparelhos dos quais considerável quantidade movimenta-se por força humana ou animal. Em maioria contam-se as fábricas de desmanchar mandioca, e, dessa forma, sucede em Aquirás, onde são 305 os maquinismos toscos movidos à mão 250! Dos 30 engenhos de Assaré só dois não são de madeira, e todos arrastados por tração animal. Baturité ostenta 100 fábricas de farinha, 42 engenhos de cana e 4 máquinas destinadas ao beneficiamento de algodão. Boa Viagem orgulha-se de um locomóvel com 8 HP, dois de 6 e outro de 5, movimentando competente mecanismo para o benefício de algodão. Campo Grande tem grande número de aviamentos para o fabrico de farinha – 300! Dos seus 140 engenhos, em ação, 92 são de madeira. Canindé quase não possui máquinas em serviço, mas lcó já apresenta 3 motores (o que se deve compreender por conjuntos de caldeira e locomóvel) no trato do algodão.

Iguatu, município mais desenvolvido graças às relações comerciais com a Capital, prepara sabão e óleo, beneficiando arroz (que produz bastante) e milho. Em Independência, as únicas máquinas, de descaroçar al-

(242) Eusébio de Souza, In "Álbum do Jaguaribe", Belém, 1922, pág. 29.

godão, movimentam-se ainda à força animal.

No Ipu, em atividade industrial existem 135 equipamentos para produzir farinha. Em Jaguaribe-Mirim funcionam três motores a fogo (acionados a vapor). Massapê desfila com 200 fábricas, das quais 150 **desmancham** mandioca, e mais 50 engenhos de "pau e ferro" fazem rapadura, o adoçante do pobre. Em Pentecoste, instalado na povoação de Jacu, opera motor movido a querosene, o único desse tipo, mencionado. Em São João de Uruburetama, dos 13 engenhos de ferro aplicados no fabrico de aguardente, em razão dos "impostos vexatórios que pesam sobre esta fonte de renda", funcionam apenas 6, existindo ainda 7 caldeiras a vapor no beneficiamento de algodão.

No entanto, existem exceções de melhor aplicação de investimentos no setor industrial dos sertões. Aracati tem em operação a Fábrica de Tecidos Santa Terezinha, de M. L. Barbosa, a Usina de Beneficiamento de Algodão, de Costa Lima & Myrtil, a Fábrica Havanesa (de cigarros) etc., etc. Além de contar com "bem montadas fábricas de cana", Acaraú possuía uma indústria de pescados, capaz de produzir 10.000 latas de 500g, funcionando com máquinas importadas da Alemanha. Inaugurada no século passado, a fábrica de tecidos, de Sobral, ostenta boa produção.

Garante o desenvolvimento comercial o algodão, produto transportado de longas distâncias, como acontece com o de Icó, a 50 léguas de Aracati, lugar de seu aproveitamento industrial. Todo o transporte pesado é praticado intensamente por carros de bois. São tantos, percorren-

---

(243) o.c., pág. 9. 99.
(244) Antº Gomes de Freitas, o.c., p. 192.

do os sertões, que chamam a atenção. Em certo momento, na sede daquele município, podem ser vistos estacionados dezesseis veículos e os seus duzentos e trinta e oito animais de tiro (bois), também parados na via pública, aguardando hora de se atrelarem aos carros. (242)

Sobre o problema criado com a circulação de mercadorias na região, Valdemar Falcão em 1918, a jornal de Fortaleza ("Diário do Estado") comenta: "Envergonho-me de dizer que em matéria de transportes a região do Jaguaribe representa ainda hoje um curioso retrospecto do Brasil colonial. O veículo predominante, por lá, é o clássico "carro de boi", a rolar na mansa andadura dos bovinos vagarosos, dias e noites, num ranger intérmino..." (...) "Esses veículos fazem quatro a cinco leguas por dia. Transportam para as cidades o algodão e a cera, e volvem trazendo toda sorte de mercadorias mediante um frete na razão aproximativa de 100 réis por legua, em cada arroba transportada". (243)

A iluminação elétrica só chega a poucas localidades interioranas, e vai-se estabelecendo de modo particular nas sedes municipais (Aracati, a exemplo), onde mais propícias as condições fabris com locomóveis etc., aproveitada em algumas circunstâncias a disponibilidade de força produzida na geração de energia. A usina elétrica de Aracati, em 1922, fornece condições para a iluminação pública da cidade e residências, mantendo na ocasião, em funcionamento, um cinema e uma "garage" para aluguel de carros (automóveis).

Em centros urbanos, de menor adiantamento, a ilu-

(245) "Álbum do Jaguaribe", p. 102.
(246) idem, p. 81.
(247) idem, p. 49.

minação é praticada pelo sistema de carbureto, cujo procedimento para instalação obedece à concorrência pública. Em Tauá, a proposta vencedora, do comerciante Francisco Chagas de Assis, assegura a entrega do carboreto a 680 réis o quilo, fornecendo ainda "grátis os bicos de acetilenos necessários para os combustores, como também mandar buscar as mangas de vidro que for (sic) necessárias e vendê-las à Câmara por preço razoável..." (244)

A precariedade de maquinismos na zona rural, não obstante o "arranque" de desenvolvimento que se admite iniciado pelo último quartel do século, continua aguda. Em áreas de vocação irrigatória, no entanto, a deficiência atenua-se pelo aproveitamento da energia eólica – via catavento –, dando de ser essa máquina, até então importada, fabricada em sua maioria pelos próprios rurícolas. Em 1922, só na zona jaguaribana, contam-se mais de 1.200! Desses, apenas 300 haviam sido importados dos Estados Unidos.

Os artefatos, manufaturados no sertão, para bombear água e facilitar o regadio dos terrenos de várzea, apresentavam "engenhoso dispositivo constante de um pequeno excêntrico colocado no topo (da torre) do catavento, deslizando nesse excêntrico uma pequena roda, tudo de madeira (estipíte de carnaúba etc.), em combinação com a pá, que serve de leme". (245)

O algodão prospera em Limoeiro, ali introduzido pelo Pe. Francisco Ribeiro Bessa, em 1868. Ele próprio tomou a si o encargo de ensinar o agricultor a cultivá-lo. Três máquinas, nos anos 20, o beneficiam movidas a vapor, mas, antes, o aproveitavam os teares domésticos em uso pelo interior do Estado. A semente do cultivar denominado "macaco" alcança consagração popular, re-

(248) do dia 12.03.1914.

putada de melhor qualidade, e, por isso mesmo, plantada preferentemente em toda a região, dando-se que o seu fio, urdido com outro de tipo mais alvo, produzia "fazenda para calça, trajo que só usavam os homens de destaque". (246)

Em Aracati, em 1922, os cereais colhidos eram beneficiados à mão, não se conhecendo ali máquinas para processá-los, conquanto o algodão fosse preparado em equipamentos movimentados a vapor. A produção de um litro de milho e de feijão ficava, a esses dias, em 70 e 60 réis, respectivamente, mas o litro de milho beneficiado valorizava-se de modo surpreendente, passando a ser vendido a 200 réis o litro.(247)

Tem-se, em 1925, através de aviso da Câmara Municipal de Ubajara, a noticia do que representava a arrecadação fiscal de um município, em média, sobre a produção industrial da época:

"Renda sobre 42 engenhos de ferro ..... 420$000
Idem, sobre 24 ditos de madeira ..... 120$000
Idem, sobre 8 de rodete ..... 40$000
Idem, sobre 1 alambique ..... 20$000
Idem, sobre 1 bolandeira ..... 10$000
Idem, sobre 1 engenho movido a vapor ..... 20$000"
(In "Gazeta da Serra", 3.01.1925).

Os anos 20, que geram esses fatos, vulneram-se principalmente pelas vicissitudes vividas pela grande estiagem de 1915, época em que uma rapadura chegou a ser vendida por 500 réis, e um litro de feijão por 600!

Na verdade, percebível desequilíbrio econômico atinge o Estado a partir de 1914 (não esquecido o conflito mundial), circunstância que provoca na Capital, com-

(249) In Jáder de carvalho, "Antologia de João Brígido", p. 269.

preensível instabilidade nas formas de pagamento. Quem tem créditos a receber, sofre. "Em virtude da crise comercial porque estamos passando, resolvemos suspender o fiado a todos os nossos fregueses" – dizem pelos jornais os srs. N. Barros & Cia – "e rogamos aos mesmos virem liquidar suas contas em atraso...(248)

Em junho, pelo dia 14, o "Correio do Ceará" analisa a situação, comentando: "Este Ceará é um caranguejo, não anda de frente, mas sempre de banda e para trás".

A agricultura experimenta compreensíveis dificuldades. Além da desconfiança a respeito das condições meteorológicas, faltam sementes de plantio, e o trabalhador, que emigrou, em função dos dias terríveis do período prolongado sem chuvas, deixa os campos sem sua tradicional força de trabalho.

"A falta de braços, não já para certa impulsão às artes e ofícios, vai, vai-se manifestando no Ceará" – refere João Brígido em 1917 (249) "como um adeus final à própria lavoura, que alimentava as nossas vilas e cidades". Com pessimismo, no mesmo lugar, acrescenta: "No campo, o salário aumenta na razão da carestia. Esta vai de par, e a subsistência do povo está em míngua continua, convidando a emigrar outro tanto da nossa população ativa, ficando a terra à mercê das mulheres que, nesta marcha, um dia, serão as do interior da África, incumbidas do cultivo das suas roças".

Mas a política não se comove com a má perspectiva econômica. As lideranças partidárias, conquanto se mar-

---

(250) In carta dirigida ao Or. Hermínio Barroso, Secretário do Interior (do Ceará), não aceitando o convite para estar presente à reunião política no palacete da Assembléia. ver listagem completa dos óbitos, verificados em 1915, em Eduardo campos, "A viuvez do verde", p. 145.
(251) o.c.., pág. 100.

tirizem em confrontos que custam caro ao Estado, movimentam-se como nunca. Dá-se em 1914 movimento sedicioso, de que resulta a deposição do presidente do Estado, fato minuciosamente (e com emocionalismo) tratado por Rodolfo Teófilo em livro, "Sedição de Juazeiro". Anos sofridos, de pouca produção agrícola, em que a própria sociedade política não abre mão de repastos concorridos cuja tônica é o refinamento de menu dado a conhecimento do público pela imprensa, constituído de "Frios – Peixe à mayonnaise – Pastéis a follete – Peru a brasileira – Filet au petit-pois – aspargos a manteiga – Bolo e compota – Vinhos", como servido no almoço íntimo a "amigos políticos" do caudilho Floro Bartolomeu.

A áspera quadra seca, que se avizinhava, não parecia às lideranças do Estado uma ocorrência factível. E, na realidade, a própria situação internacional, de muita tensão, decididamente não sensibiliza o Ceará, onde a principal cidade, Fortaleza, imaginava prosseguir fartando sua mesa com "presuntos ingleses, cacau solúvel, extrato de carne, doces ingleses, sardinhas franceses, espargos alemães, salmão e camarão americanos", como noticiam os jornais locais, a exemplo o "Correio do Ceará", do dia 4 de março de 1915.

A crise de 1915, não obstante vulnerar diretamente a Capital com a presença do migrante sertanejo, não desperta na comunidade citadina maior atenção para os problemas do campo, que, pelos anos à frente, vão ser bastante rudes para o interiorano. Contra os indiferentes, principalmente os políticos, ainda era a voz de João Brígido, que se erguia firme: "Continuar a luta dos

(252) idem, págs. 49 e 50.
(253) idem, pág. 65.
(254) idem, pág. 83.

partidos parece uma afronta à piedade do país" (...) "Só no mês precedente (dezembro de 1915) no cemitério desta capital (Fortaleza), foram sepultados 906 dos nossos irmãos, e no período do ano fatalíssimo, 3.264; isto, de par com uma população que ascende a mais de 30 mil pessoas". (250)

Não é de estranhar, ante os óbices climáticos, tenha o desenvolvimento praticamente emperrado à época e nos anos imediatamente subseqüentes. O comércio de Aracati, por exemplo, com Limoeiro, fazia-se por vagarosas lanchas movidas ao sabor do vento, descendo o Jaguaribe em suas voltas caprichosas – registro Valdemar Falcão, a aduzir: "No inverno" e o único meio de transporte" do "comércio

(255) idem, pp. 49, 65.
(256) idem, ibidem.

9

A roça de algodão, milho e leilão – A eleição do solo e o seu preparo para o plantio – A pouca civilização do interior agrário – Os paióis e os novos silos de cimento – O criatório, os maquinistas e a comercialização do algodão – A Revolução de 30 e o rigor semântico

daquela zona, muito embora uma embarcação dessas gaste no percurso Aracati-Limoeiro (15 leguas), o tempo de novos dias!" (251)

Na zona jaguaribana, que estamos analisando, o quilo de açúcar mascavo custava então 600 réis; idem, branco, 800 réis; o quilo de rapadura, 600 réis; litro de aguardente, 800 réis; litro de milho, 200 réis; quilo de carne verde, 1$200; de porco, 1$000; de toucinho, 2$000; uma galinha, 2$000; dúzia de ovos, 1$000.

O frete de Aracati para Fortaleza, por quilo de mercadoria, exigia 25 réis; idem, para Pernambuco, 40; idem, para o Rio de Janeiro, 70.

Era pago o imposto de 1 0$000 por engenho e 20$000 por alambique. (252)

Em São Bernardo das Russas (Russas), cavalo de sela custava em média 400$000; de carga, 120$000; burro de sela, 400$000; de carga, 250$000. Boi carreiro, isto é, para puxar carro, valia 120$000; de corte, 100$000; touro, 90$000; vaca leiteira, "**produzindo em média dois litros de leite diários**" (grifamos) 120$000; o litro de leite, 200 réis. Não havia animal de arado. (253)

Em Limoeiro o transporte de mercadorias para Acarape e Canafístula (pontos, noutra região, atingidos pela ferrovia), em carro de boi, custava 2$000 por arroba. Se o frete fosse para a Capital, 3$000 nas mesmas condições. (254)

As terras valem naturalmente pelo que prometem à exploração agrícola. Sítios próprios para cana, em Aracati, são negociados à razão de 50$000 a braça, valor que pode variar para mais ou para menos. Outras parcelas, desde que nelas estejam situadas carnaúbas, vendem-se a 2$000 ou 10$000, considerada a braça com meia legua de fundos. Terrenos, em Russas, nessa mesma época (1922), se bem dotados de carnaubeiras, alcançam o preço

encorajador, de mercado:

100$000 a braça, com uma légua de fundos. Ali, outras terras são vendidas a 5$000 a braça, com o mesmo dimensionamento de fundo. (255) Em Limoeiro, a braça de propriedade com carnaubeiras é igualmente valorizada em 1 00$000. Mas em União (hoje, Jaguaruana), a braça de carnaubal – desse modo referida – custa 20$000; de outras terras, 10$000, com meia légua de fundos. (256)

Aos criadores cobra o Estado o chamado "dízimo de gados grossos", que taxa o gado muar em 2$500; o cavalar, em 1$500; o bovino e o asinino em 1$000. O "dízimo das miunças" exige, "por cria de caprino, sumo e ovino", 200 réis por cabeça.

---

(257) In "Evolução Histórica cearense", Banco do Nordeste do Brasil 5.A., 1986, pp. 146-147. Na região ter-se-iam iniciado antes, no aproveitamento do algodão, o Maranhão e Pernambuco, que, no dizer de Ernani Silva Bruno, em 1755, essa atividade era desenvolvida na primeira província pela companhia de comércio, que fornecia aos lavradores interessados na cultura do algodão, "crédito, escravos e ferramentas". (In "História do Brasil, geral e regional – 2. Nordeste", Editora Cultrix, Rio, p. 119). Está esclarecido ainda pelo autor: "No ceará, negociantes de Fortaleza mandaram em 1809 um primeiro navio à Inglaterra, com amostras de algodão, e segundo Ayres de casal, cerca de 1817, o produto era o ramo principal da terra cearense". (idem, p. 120).

NÃO SERÁ FÁCIL PRECISAR, À FALTA DE DOCUMENTOS QUE MELHOR expliquem, quando, no Ceará, se estabeleceu o interesse pela cultura comercial do algodão, que, no fluir dos anos, acabaria adotado por plantio privilegiado, ao lado da lavoura de milho e do feijão, no desempenho agrícola da região.

Mas, quantos se ocuparam desse esclarecimento, apontam Antônio José Moreira Gomes como inaugurante da cotonicultura organizada no Ceará. Para efeito de registro de atividades comerciais, que desenvolvia, ou pretendia empreender em maior escala, o precitado homem de negócios dirige-se "ao juiz ordinário" da Fortaleza expondo que, "no ano de 1777", estando de visita à Serra da Uruburetama, contemplou naquele sítio varios pez de algodoens junto as casas de moradia de alguns abitantes, e observando a qualidade de algm. ser excelente, pela experiência q. delle tinha, animara a alguns delles (moradores), bem como a Francº Escorcia Dormont, a plantarem o dito gênero com maior abundância"; a esses e a outros o português, vocacionado pela cotonicultura, logo adiantou dinheiro e fazendas com a intenção de os animar "a dar princípio a hú ramo de comércio neste paiz até então desconhecido, e, diligente, com bastante propriedade, logo os ensinou como "fazer-se os engenhos pº o descarossamento do algodão, e a ensacallo em pluma".

Nesse valioso documento é mencionado ainda que nos "primeiros ou quatro anos" faltou quem desejasse

(258) A cultura seria, como a viu Manuel correia de Andrade: fácil, barata, democrática, por deixar-se associar á fava, ao feijão, ao milho, a um só tempo, tanto produto para a venda como alimento. "De ciclo vegetativo curto, a exigir "apenas poucas limpas ou capinas..." (In "A Terra e o Homem no Nordeste", 5.p., 1980, p. 86).

comprar este gênero (a reserva do Supte) por ignorarem a valia, estimassão e sahida q. teria este ramo de commércio...” E mais, que passada essa indiferença (pode-se depreender) a produção foi crescendo, passando das setenta e oito arrobas do primeiro ano para duzentas e trinta e quatro, no segundo, sendo que o produzido nesse período foi embarcado para Lisboa (pelo porto da Bahia).

Já pelos anos seguintes, o plantio prosperara, dando de resultado o crescimento dos Reais Dízimos. O historiador Raimundo Girão, que nos vale nessa parte, acrescenta: “Exsurge dai um marco de saliente interesse: no alvorecer do século passado já os agricultores cearenses exportavam anualmente, da sua produção algodoeira, de trinta a quarenta mil arrobas de pluma. As espécies cultivadas era o crioulo ou inteiro (**Gossypium brasiliense**) e o quebradilho (**Gossypium purpurescens**), ambos arbóreos”. (257)

Não tardaria o algodão tornar-se atraente proposta de trabalho “industrial” para alguns municípios. E caracterização de ocupação agrícola, de beneficiamento a nível industrial, e a comércio organizado, que vem daqueles dias, a cada dia mais acentuado, até os dias atuais. Despertam a atenção, nas cidades do interior, os fardos de algodão já beneficiados, empilhados nas calçadas ao aguardo de os despacharem em carros de boi, que também estacionavam nas ruas até a hora do embarque da mercadoria. Assim em 1922, por todo o Estado, e, de modo especial, na zona jaguaribana, quando circula o “Álbum do Jaguaribe”, a exibir nas páginas 28 e 29 cinco fotos identificando a presença valorizativa do chamado “ouro-branco”. Em Aracati, por esse tempo, já operavam 12 bolandeiras para descaroçamento.

---

(259) Gustavo Barroso, “Terra de Sol”, Imp. Universitária, 1962, p. 53, 54.

Talvez do primeiro quartel do século passado a preocupação às vezes mais definida para a roça de algodão, explorada por quem, ciente da crescente necessidade da obtenção de fios, e dispondo de mais recursos deixava aos mais pobres a prática de cultura dos gêneros de subsistência, geralmente praticada em áreas de cem metros por no máximo cinqüenta de largura, procedimento que nos alcança hoje, não esquecido o cultivo da mandioca, nem sempre levado mais a sério pelo agricultor, fato que estava a exigir redobrada atenção (como demonstramos anteriormente) das autoridades estaduais e municipais.(258)

Aquela parcela de terra (o roçado) aproveitada pelo sertanejo em sua atividade agronômica, perdura com as mesmas providências de características tradicionais: eleição do solo pela vestimenta vegetal (aparente), destruição desta, pelo fogo, depois de efetivada a broca, e, finalmente, a natural incorporação das cinzas ao solo, admitido que "quanto mais queimar o roçado, que se prepara, mais a terra produzirá".

Pelo começo do século Gustavo Barroso dimensionava os roçados dando-os de "cem a duzentos passos em quadro", documentada a abertura daqueles com a demarcação de área e o acertamento do mato feitos sob cuidados e a vagar. "Entram, então, naquele quadro seis, oito homens" – contava, e esse número pode dar-se atualmente em torno de três para a efetivação da broca, que é, como ontem,

---

(260) Joaquim Inácio, "Notícia de uma viagem à Paraíba, em 1924", 2ª edição, 1987, p. 59.
(261) O.c., p:60.
(262) Idem, p. 61.
(263) Deputado Geminiano Lyra Castro, "Produtos Agrícolas, sua Defesa, Matérias-Primas, Mercados etc.", In "Livro do centenário da Câmara dos Deputados (1826-1926)", Empresa Brasil Editora Limitada, Rio, 1926, p. 410.

o corte dos "galhos e dos ramos grossos", sucedendo a derruba, com a participação do machado rebrilhante, feroz, impiedoso, rangendo ao entalar-se nos troncos fortes, de onde ressaltam hastilhas ainda úmida de seiva, lascas de córtex pontudas e finas. "Esquecida toda essa destruição efetivada por dias, sob o vigoroso sol de novembro, quando as "folhas tomam uma cor avermelhada", e se engelham e se crispam, com "archotes de palha de carnaúba ou de ramagens", chega-se-lhe o fogo", sob a invocação do vento, que vigora aos assobios de meninos e adultos, e a queimada se processa em espetáculo que arregimenta a curiosidade de todos. (259)

O agricultamento prossegue desse modo sob a mesma inspiração e rotina. Há pouca civilização no trato agronômico dos sertões. Pela memória dos que viajaram por aqueles dias na região nordestina – o Norte de então –, a agricultura ostentava forte marca do empírico, desconhecendo procedimentos mais técnicos, medas e silos ficando o milho – a exemplo – guardado no próprio campo, preso às suas hastes que, simplesmente viradas para baixo, observam um cuidado, o de resguardo à caída de chuvas extemporâneas.

Nos paióis improvisados em casa, o gorgulho destrói o que se pretende guardado para alcançar melhor preço. E há ainda, para infelicitar a produção do milho e do feijão, a esse tempo, a "distância enorme a vencer para os mercados consumidores externos e a dificuldade de conservação destes grãos alimentícios".(260)

Joaquim Inácio, observador arguto, viu o "empaiolamento" do milho na própria espiga, em 1924, e o uso de arrumarem-lhe os grãos em camadas de cinzas. O feijão

(264) idem, p. 411.
(265) idem, p. 412.

demorava, para durar, metido "em sacas de estopa ou de couro", sob a prática não rara de receber certa percentagem de gordura para efeito de conservação.

No Seridó (Rio Grande do Norte) o milho e o feijão guardavam-se em "espécies de tanques de tijolo, ordinariamente rebocados", firmados a um canto da sala da casa, e eram, dessa forma "duzentas ou trezentas cuias". O produto "nestes tanques ou **paióis**" conservava-se "de mistura com areia finíssima peneirada e colhida nos rios". (261)

Dessa época, no Nordeste, as primeiras providências para a construção de silos de cimento armado, o que ocorria no Ceará e na Paraíba, movimento inspirado ao trabalho do "engenheiro americano, dr. Frank Machner", a se propor "a construir silos para o armazenamento de forragens e cereais". (262)

A condição da agricultura interiorana, não apenas no Nordeste mas no resto do País, considerado o desempenho de seus estabelecimentos rurais, é bastante precária. Em 1920, o País possui 650.000 fazendas ocupando "25,5% da área total da República, restando portanto 79,54% de terreno, que são pastos, florestas etc." (263)

Nesse inventário eram partes integrantes da propriedade agrícola, em 1920:

Terras 70%
Prédios e benfeitorias 3%
Maquinismos e máquinas agrícolas 3%
Gado 12%

Os maquinismos – sob análise bastante abrangente – correspondem a apenas "1,9% do valor total do País, o

(266) Deputado Nelson Catunda, "Pecuária, sua Organização e Desenvolvimento", ibidem, p. 456, 457.
(267) "A Questão Operária" Atelier Royal, 1931, p. 3.
(268) Raimundo Girão, "História Econômica do Ceará", pág. 436.

que denuncia bastante carência dos processos mecânicos". (264)

No "ranking" da produção de algodão, esse ano, o Ceará subentende-se em quarto lugar no País, produzindo o "fibra longa". Em 1924, o governo concede favores às empresas que se proponham ao plantio racional do algodão. (265)

Em 1922, no Ceará funcionam "11 campos com área de 237.000 metros quadrados, para cultura de cana de açúcar, mandioca e algodão", enquanto o Piaui aparece com 50.000 metros quadrados de campos, o Rio Grande do Norte com 30.000, a Paraíba com 5.152, e Pernambuco com 75.000, tudo empreendido em campos de cooperação (recursos do governo federal), o que, no que toca ao Ceará, demonstra a vantagem de incentivos que nessa oportunidade aproveitava.

O Ceará exportava algodão, peles, cera de carnaúba, açúcar mascavo, rapadura (esta, em 1923, no total de 33:798$000; em 1923, 503:492$000!), sal e caroço de algodão. A exportação do "ouro branco" atingiria em 1923 resultado financeiro da ordem de 65.647:571 $000. Os rebanhos, pelo Censo de 1920, contavam-se do modo como se segue: bovinos, 580.028; eqüinos, 122.944; asininos e muares, 117.793; ovinos, 393.558; caprinos, 530.743 e sumos 183.737. Os maiores contingentes de gado criavam-se nos sertões de Crateús e Tauá:

	Bovinos	**Eqüinos**	**Asininos e Muares**	**Ovinos**
Crateús	25.077	4.959	3.070	25.419
Tauá	20.877	5.163	3.484	14.585
		Caprinos	**Suínos**	

(269) idem, pág. 438.
(270) In "Os Dois Tributos", 1965, p. 146.

Crateús	33.725	5.975
Tauá	27.321	2.823

(266)

A pouco e pouco ia-se robustecendo a consciência entre letrados de que o agricultor, como "operário dos campos", merecia acudido com maior ênfase. "No Ceará não temos, porque assim digamos, indústrias extrativas nem manufatureiras. Não possuímos outras indústrias se não as agrárias", deplorava o Prof. Natanael Cortez. (267) Da safra de 1926-27, conforme Isaac Amara (268), o algodão em pluma obtinha menor resultado do que o apontado oficialmente em 1923, mas já se evidenciava o indicativo de aproveitamento do óleo de algodão, ali concorrendo com receita de 248:350$000 para os cofres da Fazenda. E, em 1929, instalava-se em Fortaleza a primeira, conquanto pequena, usina para prensagem de óleo de oiticica vindo juntar-se ao trabalho, no gênero, exercido pelos industriais de óleo de algodão, que começavam a prosperar.

Aquela usina, para prensagem do óleo de oiticica, foi constituída com maquinismo importado da Alemanha, enquanto, em providência de largo alcance, amostras do óleo obtido eram despachadas para os Estados Unidos, com finalidade de pesquisa. Obra pioneira de Carlito Narbal Pamplona e Franklin Monteiro Gondim – como está em Raimundo Girão (269). Em 1947 a exploração do óleo de oiticica e algodão arregimentavam, na informação daquele historiador, a ação de importantes in-

(271) idem, p. 147.
(272) Ernani Silva Bruno, o.c., p. 177.
(273) O vocábulo ainda hoje á de uso correntio no ceará, conquanto não esteja dicionarizado. Os que plantam algodão, não obstante a garantia, atual, dos preços mínimos estipulados pelo governo federal, ainda se queixam da interferência dos "maquinistas".

dústrias: Brasil Oiticica S.A., de Fortaleza, Cia. Industrial Norte Brasileira, de Fortaleza; S.A. Industrial de Óleo do Nordeste, Cia. Industrial de Algodão e Óleo (Cidao), de Santa Quitéria, Sobral e Iguatu; Cortez & O'Grady, de Fortaleza e Cedro, e J. Chaves e Irmão em Limoeiro do Norte.

Analisando a situação do Ceará, em razão da perda pela saída para outros Estados de algodão em rama e do próprio caroço, o industrial Natanael Cortez escreveu: "O algodão em rama paga apenas um pequeno imposto de vendas e consignações. Sendo beneficiado em nossas usinas, no interior do Estado, pode deixar duas ou três vezes o imposto referido, além disto, deixa a mão-de-obra, e o caroço para a indústria de extração de óleo". (270)

No mesmo lugar, aquele homem de negócios insurgia-se contra as providências do governo proibindo a exportação da torta do caroço de algodão por necessária à alimentação do gado. Com lucidez raciocinava: "se a torta ou resíduo de algodão é assim matéria tão preciosa ao nosso Estado, e se nós podemos proibir a sua saída para outro Estado inclusive, porque precisamos dela para o consumo interno, como permitir a exportação do algodão em rama, que nos leva o caroço, e, do próprio caroço de algodão, que vai ser transformado em resíduo ou em torta, ou que vai beneficiar outro Estado da Federação, em detrimento do Estado produtor, que deve ter a prioridade na fruição dos benefícios dos seus produtos?" (271)

Essas idéias defendia esse industrial, desde a década de 1920-29, inclusive como secretário do Congresso de Agricultores, realizado em Senador Pompeu, em 1931, quando diligenciou ao lado do dr. Paula Rodrigues (presi-

(274) "Correio do Ceará", 3 de julho de 1915.
(275) Nelson Catunda, o.c., p. 462.

dente do conclave), e dos atuantes agrônomos, Paulo Sanford, Humberto de Andrade, Dr. Raimundo Comes e do Professor Militão dos Santos.

Na verdade o Nordeste – de modo particular o Ceará – aproveitara a ocorrência da Primeira Grande Guerra para a instalação de suas usinas de beneficiamento e prensagem de algodão, fato que se registrou em Iguatu e Sobral, pela primeira vez, em 1920. (272)

Vai-se formar então, pelos sertões, nova classe de homens endinheirados, a dos **maquinistas** (273), que, a pouco e pouco, passa a controlar a comercialização do algodão, a nível do produtor.

Constituem-na os donos de maquinismos para descaroçar algodão, e, por extensão, prensar o caroço etc., ocupação de caráter industrial que exige a adesão de rede maior de fornecedores do produto **in natura**, o que se faz com a compra antecipada, pelos industriais (maquinistas), da safra do algodão ao agricultor. E tipo de negociação altamente prejudicial ao produtor rural – chamado "venda na folha" que acaba redundando na sujeição de quem vende a safra ao comprador, ficando este com ampla liberdade para ditar o referencial de preço.

Nasce com os **maquinistas** um bem sucedido segmento de empresários no interior do Estado, com a evolução de seus interesses para a ação política. Em Juazeiro do Norte vê-se, de exemplo a respeito, o desempenho da família Bezerra, de que resulta a atuação bem sucedida de seus membros na política do Estado, quer como prefeito interiorano, quer como deputado es-

---

(276) "Decretos do Governo Provisório", Fortaleza, 1931, pág. 12.
(277) o.c., pág. 17.
(278) idem, pág. 57.

tadual, federal, vice-governador e governador.

A seca do 15 afligiu os criadores, mas, tudo indica, não lhes abateu o entusiasmo pela pecuária. Afinal de contas, mesmo na seca, Fortaleza chegou a consumir em 1915, por dia, 67 bois abatidos em seu matadouro, além de mais 14 destinados a flagelados atendidos pelo governo. (274) No ano seguinte, a cidade passa a consumir, em média, 60 reses por dia. E, em 1919, o presidente do Estado faz "vir do Uruguai, por intermédio do Dr. Ezequiel Ubatuba, regular quantidade dos mais finos reprodutores bovinos e eqüinos para montagem de granjas-modelo e conseqüente renovação, cruzamento e melhoria dos rebanhos cearenses". (275)

Este o Ceará, de existência agrária incipiente, que a Revolução de 30, vitoriosa, encontra. A produção é deficiente, prejudicada por múltiplos fatores, inclusive o da instabilidade política, circunstância que leva o Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, através de Decreto (nº 8, de 20.10.1930), a criar o Comissariado da Alimentação Pública, com a finalidade de "limitar os preços máximos por que poderão ser vendidos os gêneros de primeira necessidade" e "assegurar o abastecimento de gêneros indispensáveis à alimentação pública", proibida a saída de produtos alimentícios, se verificado que "os stocks existentes não poderão atender ao consumo do Estado". (276)

Decreto de nº 13 (de inspirada má sorte) extingue a Secretaria dos Negócios da Agricultura (criada em outubro do ano anterior pela Lei nº 2.222), sob a alegativa de estar o Governo em "precária condição financeira". (277)

---

(279) "Juarez Távora e a Renovação Nacional". Fortaleza, 1957, pág. 29.
(280) "Decretos do Governo Provisório", 0.0., págs. 7 e 110.
(281) José Octávio, "A Revolução Estatizada", 1984, pág. 372.
(282) o.c., idem.

Adiante, em Decreto que toma o número 23, vão exonerados todos os funcionários interinos ou em comissão da repartição. Mas no dia 27 de dezembro, do ano em que a Revolução se inaugura no Ceará, o Governo se redime a considerar que, "embora seja intenção" (...) "dar o possível incremento à lavoura e à pecuária, todavia as finanças públicas apenas podem comportar dispêndios dum serviço modesto", pelo que "DECRETA: Art. 1 – A Diretoria Geral da Agricultura incumbe cuidar do serviço do algodão e fomento da agricultura e indústria pastoril", etc., etc.. (278)

Toda a estrutura agronômica do Estado, nos dias do governo provisório – Serviço Estadual de Algodão, Estação Experimental de Santo Antônio, Fazendas de Sementes (quatro); Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola, idem de Defesa e Fomento, idem de Indústria Pastoril –, estará na responsabilidade de um diretor e 35 funcionários.

No Orçamento do Estado (Decreto 76, Exercício Financeiro de 1931), as Diretorias Gerais dos serviços mencionados e mais o Serviço Estadual de Algodão vão dispor, para adquirir "sementes e mudas de plantas, inseticidas, fungicidas, adubos e corretivos", 7:000$000.

Mas a Revolução, com seus sonhos e propósitos de renovação, acontecera. Tornava-se irreversível. Chegara ao Ceará, levantando a bandeira da moralidade, vendo assomar em tudo a face da corrupção, do empreguismo desvairado. Abelardo F. Montenegro escreveu: "Nada mais negativo do que o puritanismo na acepção da imposição às vezes violenta da virtude, de combate intransigente do vicio, de condenação irrecorrível do erro". (279)

Comuns as frases com o vezo semântico para demons-

---

(283) "Aspectos da Economia Cearense", Tip. Minerva, Fortaleza, 1956, págs. 86, 87.

trar a austeridade e vigilância aos dinheiros públicos. São repetidas e inconsistentes as determinações de "rigorosa fiscalização", "rigoroso controle", "rigorosa vigilância" (como ditas no Decreto nº 3), ou na apresentação do orçamento, onde o espírito do administrador é fazer ver ao povo que tudo vai empreendido sob "escrupulosa", "meticulosa" atenção, alardeada a descoberta de "algarismos fictícios" projetados para o desempenho da administração, a culminar a informação revolucionária de que os novos gestores podem proclamar: o orçamento escoimado de vícios e com apreciável saldo: 1.040:498$353. (280)

Com Juarez Távora no Ministério da Agricultura e José Américo no Ministério da Viação, "visível a conjugação desses organismos no sentido de ultrapassar, por via de um modelo conservadorista de revolução, os quadros de ferro do antigo mandonismo nordestino. Mediante acordo entre os dois ministros, a Escola de Agronomia do Nordeste "em 1934 irá para "Areia, na Paraíba". E o Ceará contemplar-se-á com a Inspetoria de Obras Contra as Secas. (281)

Ainda que com indisfarçáveis equívocos, o caminho de visão séria da problemática nordestina se inicia por aí: "Obras contra as secas e modernização agrícola praticamente se tocavam, com o Governo Federal, na base de ambas, incentivando as bases físicas da agricultura..."(282)

Não se pode dizer no entanto tenham os sertões, aprendendo novas técnicas de trabalho chegadas ali vagarosamente, durante anos, alcançado desejável e efetivo progresso em todas as direções. Em rigor, o fazendeiro podendo muito, antes, acaba deixando de influir decisivamente na formação política do Estado, vendo seu prestigio refluir, tornando-se cada vez mais

(•) Publicado n"'O commercial" em 1.05.1656.

distante do poder decisório em sua própria comunidade. Já não se emparelhará no mando municipal com o juiz de direito, o padre, o delegado e o prefeito.

Terá de aceitar a descaracterização da lavoura e da pecuária que pratica, não mais consideradas atividades industriais. E aprender a conviver com outras forças de influência em seu meio social: o gerente de banco, o maquinista (e neste a figura do dono de fábricas as mais diversas), o coletor, o dono do cartório, os presidentes de associações de classe; não mais vigente o prestigio do mando nas entidades religiosas; a participação paroquial também bastante diluída...

Aquele mundo de inspiração e performance tradicionalista não soa mais, com importância, na atualidade. Em 1936, com percebível sensibilidade, o Conselho Estadual de Economia observa: "Entre as desarmonias criadas pelas novas condições sobressai-se a inferiorização da agricultura, como profissão. A agricultura deixou de ser uma ocupação nobre para se tornar um negócio egoísta". (283)

Há uma nova estrutura de atendimento social. E de pressão. Mas os problemas da terra e do homem persistem. O desafio maior parece apenas começado em 1930.

Mas será esse outro capítulo.

Não nos cabe contá-lo por agora.

APÊNDICE

Preços Correntes dos Gêneros de Exportação(•) 1856

Aguardente, cachaça	pipa	90$000
Algodão em pluma	5$000	
idem, em caroço	1$280	
Arroz pilado		3$200

idem, em casca			5$000
Azeite de carrapato	canada	1,200	1$600
Açúcar branco em rama	ar.	3.600	4$000
idem, refinado	ar.		6$500
idem, mascavo	ar.	3.000	3$200
Borracha bruta (ou goma elástica)			$
Cabelos de boi ou cavalo			6$400
Café pilado 1º sorte	ar.		4$500
idem, 2º sorte	ar.		$
Carrapato	alqueire		3$200
Cera de abelha	ar.	4.400	4.800
idem, de carnaúba	ar.	7.200	9$000
Cocos para comer	cento		3$000
Couros de boi salgados	ar.	5.800	6$000
idem, de carneiro ou cabra cortidos	cento	25.000	30$000
Doce de qualquer qualidade	ar.		$
Farinha de mandioca	alq.	6.000	6$400
Feijão	alq.	6.000	7$000
Goma de mandioca	alq.		9$000
idem, de araruta	libra		$260
Madeiras – Angico, Gonçalo Alves, Jucá e Rabuge	ar.	200	$400
idem, Coração de Negro	ar.		$400
idem, Tatajuba	ar.		$360
idem, Violete	ar.		$400
idem, Pau d'Arco, linha	uma		10$000
idem, Cedro em chaprões	dúzia	25$ a	30$000
Mel de engenho	canada	360	$480
idem, de furo	idem		$320

* * *

(•) "Almanaque do Estado do Ceará", para o ano de 1918, Tip. Moderna, Fortaleza, 1918. Pág. XVIII.

Milho	alq.		3$200
Queijos	libra		1$520
Sal	alq.		1$280
Sebo fundido	ar.		8$000
Sola ou vaqueta em meios	um	2$000 a	2$240
Toucinho	ar.	3$500 a	4$000

Metais

Ouro – onças espanholas	29$200
moedas de 6.000 velhas	16$000
idem, de 6.400 novas	16$00
idem, de 4.000 9$000	
Prata – patacões brasileiros	1$920
Pesos colunários	1$920
Pesos mexicanos	1$800

❊ ❊ ❊

REFERENCIAL DA UTILIZAÇÃO DE COUROS NA DÉCADA 1860-69

"O abaixo assinado encarrega-se de fazer toda obra de encomenda, e mesmo algumas de carregação, e quantas, tendo o cabedal, como a benfeitoria das ditas obras, cujas obras são as seguintes: Botas russianas a onze e doze mil réis; botins de couro de lustro, 7$000 e 6$500; sapatos de orelha, para baile, 5$000. Ditos de bezerro, o mesmo preço; sapatos de entrada baixa para os srs., por 5$ e 4$500. Coturnos de couro de lustro, 4$000; ditos de bezerros a 5$000. Tudo isso na Cadeia Nova, segundo quarto. Antônio da Silva Barboza, Peixe Seco". (In "A

Liberdade", 9 de janeiro de 1864).

❊ ❊ ❊

PRINCIPAIS PRODUTOS DA EXPORTAÇÃO CEARENSE SAÍDOS PELOS TRÊS PORTOS DO ESTADO EM 1916:(•)

	Estados	Europa	América	Valor Oficial
Algodão	3.676.802		75.810	8.544:725$376
Cera de carnaúba	219.789	786.306	514.453	2.902:720$732
Couros espichados	360.286	156.352	843.805	3.151:119$150
Ditos salgados	1.721	85.859	12.411	3.135:438$787
Borracha	4.210	403.652	148.044	1.483:365$000
Peles de cabra	64.119	189.727	130.193	1.483:365$000
Ditas de carneiro	9.136	43.431	58.925	246:062$844
Rede de dormir	220.785			864:790$400
Sola	128.233			122:847$000
Sal	1.547.950			123:836$000
Chapéus e artefatos	1.203.308			280:588$090
Gado bovino	4.124			412:400$000
Gado muar	2.892			578:400$000

PRODUTOS EXPORTÁVEIS EM 1931 COM AS TAXAS PROPORCIONAIS (•)

Algodão em pluma 10%
Algodão em caroço 10%
Caroço de algodão 12%
Cera vegetal, inclusive da de carnaúba, velas ou outra espécie ... 10%
Couros verdes 10%
Idem, salgados 10%
Idem, secos ou espichados 10%

Lenha 10%
Peles em bruto 10%
Peles curtidas em cabelo 10%
Lenha 10%
Amido ou polvilho (quando exportado para o Pais) 7%
Farinha ou apara de mandioca 7%
Feijão 7%
Fiapos de estopa de algodão 7%
Fumos em rolos 7%
Goma elástica 7%
Milho 7%
Rapadura 7%
Redes 7%
Sola ou peles curtidas 7%
Produtos não manufaturados, nem especificados 7%
Aguardente 5%
Arroz 5%
Açúcar 5%
Café 5%
Paina 5%
Resíduo ou torta de caroço de algodão descorticado ou não 5%
Produtos manufaturados no Estado não especificados 5%
Azeite ou óleo de qualquer qualidade 3%
Fios de algodão 3%
Chapéus e outros artefatos de palha 2%
Cordas 2%

Taxas Fixas

Gado muar, saído pelos portos, de cada cabeça ..... 16$00
Idem, idem, pelas fronteiras, idem ..... 12$000
Gado cavalar, saído pelos portos, de cada cabeça ..... 12$000
Idem, idem, pelas fronteiras, idem ..... 9$000
Gado bovino, saído pelos portos, de cada cabeça ..... 12$000
Idem, idem, pelas fronteiras, idem ..... 9$000
Gado asinino saído pelos portos, de cada cabeça ..... 4$000
Idem, idem, pelas fronteiras, idem ..... 3$000
Gado lanígero, ou caprino, saído pelos portos, de cada cabeça .. $800
Idem, pelas fronteiras, idem $600

(•) In "Gazeta da Serra", edição do dia 24 de junho de 1927.

Isenções

Algodão em fio superior nº 40, algodão em tecidos brancos, tintos ou riscados, amido ou polvilho (quando exportado para o estrangeiro), alcatrão ou piche, álcool, arreios, aves domésticas, batatas, bebidas licorosas, gasosas ou fermentadas, cacau, cal, calçados, castanhas de caju e ou-

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Capistrano de – "Capítulos de História Colonial", Edit. Universitária de Bras., D.F., 5ª edição, 1963.

ALENCASTRE, José Martins Pereira d' – "Memória Cronológica, Histórica e Geográfica da Província do Piauí"; RIHGB, 1º trimestre, Rio, 1875.

ALVES, Joaquim – "História das Secas", Coleção Mossoroense, (edição fac-similada), 1982.

ANDRADE, Cordeiro de – "Cassacos", Adersen Editores, Rio; 1934.

ANDRADE, Manuel Correia de – "A Terra e o Homem do Nordeste" Livraria Editora Ciências Humanas, 4ª edição, São Paulo, 1980.

ARAÚJO, Pe. Sadoc de – "Cronologia Sobralense", Vol. 1, Fortaleza, 1974.

———."Cronologia Sobralense", Vol. II, UVA, Sobral, 1979.

AGUIAR, Pinto de – "Mandioca – Pão do Brasil", Editora Civilização Brasileira, Rio, 1982.

———."Nordeste – o drama das secas", Civilização Brasileira.

AZEVEDO, Thales de – "Povoamento da Cidade do Salvador", Editora Itapuá, Salvador, 1969.

BARROSO, Gustavo – "À Margem da História do Ceará", Imprensa Universitária, UFC, Fortaleza, 1962.

BARROS, José Júlio de Albuquerque – "Relatório e Catálogo da Exposição Agrícola e Industrial do Ceará", Rio, 1867.

BERTONI, Moisés Santiago – "La Higiene Guarani", Paraguai, 1927.

BEZERRA, Antônio – "Algumas Origens do Ceará", Fortaleza, 1918.

———."Notas de Viagem", Imprensa Universitária, UFC, Fortaleza, 1965.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa – "Dicionário Geográfico e Estatístico da Província do Ceará", Fortaleza, 1856.
BRASIL (FILHO) – Thomaz Pompeu de Sousa, – "O Ceará no Começo do Século XX", Fortaleza, 1909.
BRAGA, Renato – "História da Comissão Científica", Imprensa Universitária, UFC, Fortaleza, 1962.
"Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará", Imprensa Universitária, UFC, Fortaleza, 1953.
BRITO, José Gabriel Lemos de – "Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil", 3'- edição, Cia. Edit. Nac., Rio, 1980.
BRÍGIDO, João – "Ceará, Homens e Fatos", Rio, 1919. Tipografia Bernard Fréres, Rio, 1919.
BRUNO, Ernani Silva – "História do Brasil, Geral e Regional, 2º Nordeste", Editora Cultrix, São Paulo, MCMLXVII.
CAMPOS, Eduardo – "Procedimentos de Legislação Provincial do Ecúmeno Rural e Urbano do Ceará", Secretaria de Cultura do Estado, Fortaleza, 1981.
_____. "A Viuvez do Verde", IOC E, Fortaleza, 1983.
_____. "Revelações da Condição de Vida dos Cativos do Ceará", Secretaria de Cultura do Estado, Fortaleza, 2'- edição, 1984..
_____. "As Manifestações Populares do Ceará: o folclore", Separata da Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1986.
_____. "Capítulos de História da Fortaleza do Século XIX", Imprensa Universitária, UFC, Fortaleza, 1985.
_____. "O DNOCS e o Novo Nordeste", DNOCS, 1985.
CASCUDO, Luís da Câmara – "Tradições Populares da Pecuária Nordestina", Ministério da Agricultura, Rio, 1956.
CASTELO, Plácido Aderaldo – "História do Ensino no Ceará", Monografia do Instituto ~o Ceará, IOCE, Fortaleza, 1970.
CARVALHO, Jáder de – "Antologia de João Brígido", Editora Terra de Sol, Fortaleza, 1969.

CATUNDA, J. – "Estudos de História do Ceará", Fortaleza, 1919.
CORBIN, Alam – "Saberes e Odores", Companhia das Letras, S.P., 1987.
COSTA, Heribaldo Dias da – "Vaqueiros", Fortaleza, 1941.
COUTO, Domingos Loreto – "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", Recife, 1981.
DENIS, Pierre – "O Brasil no Século XX", Lisboa, S.D.
EWBANK, Thomas – "Vida no Brasil", Editora Itatiaia, B. Hor., 1976.
FERNANDES, Yaco – "Notícia do Povo Cearense", Imprensa Universitária, UFC, Fortaleza.
FERNANDES, Florestan – "A Organização Social dos Tupinambás", Editora IPE, São Paulo.
FRANCO, Afonso Arinos de Mello – "Conceitos de Civilização Brasileira, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
FREITAS, Antônio Gomes de – "Inhamuns (Terra e Homem)", Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza, 1972.
FLEIUSS, Max – "História Administrativa do Brasil", Cia. Editora Melhoramentos, 2~ edição, São Paulo, 1925.
FROTA, D. José Tupinambá da – "História de Sobral", 2'-edição, Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza, 1974.
FREYRE, Gilberto – "Nordeste", José Olympio Editora, Rio, 1937.
_____. "Região e Tradição", José Olympio Editora, Rio, 1941.
GALENO, Juvenal – "Dia de Feira", In "Antologia do Centenário", IOCE, Fortaleza, 1969.
GIRÃO, Raimundo – "História Econômica do Ceará", Instituto do Ceará, Fortaleza, 1947.
HANSON, Carl A. – "Economia e Sociedade no Portugal Barroco", Publicações Quixote, Lisboa, 1986.
INÁCIO, Joaquim, – "Notícias de uma Viagem à Paraíba, em 1924", 2ª Edição, Coleção Mossoroense, Vol. CCLII, Mossoró, 1987.
KOSTER, Henry – "Viagem ao Nordeste do Brasil", Cia. Editora Nacional, Rio, 1942.
LEAL, Vinícius Barros, – "História de Baturité", Secretaria de Cultura do Estado, Fortaleza, 1981.

LUETZELBURG, Philip von – "Estudo Botânico do Nordeste", Vol. III, Coleção Mossoroense, Vol. CCXVI, Edição fac-similar, s.d.
MENEZES, Djacir – "O Outro Nordeste", José Olympio Editora, Rio, 1937.
MONTENEGRO, Abelardo F. – "Juarez Távora e a Revolução Nacional", Fortaleza, 1957.
MORAES, Meio – "Corografia do Império do Brasil", Rio, 1859.
MOTA, Belo da – "Maranguape", Fortaleza, 1951
NANTES, Pe. Martinho – "Relação de uma Missão no Rio São Francisco", Cia. Editora Nacional, Rio, 1979.
NOBRE, G.S. – "História de Morada Nova", ~ Vol., Gráfica Editorial Cearense, 1976.
NOGUEIRA, João – "Fortaleza Velha", Imprensa Universitária, UFC, Fortaleza, 1981.
NOGUEIRA, Paulino – "Presidentes do Ceará durante a Monarquia" (edição fac-similada), Instituto do Ceará, Fortaleza, 1889.
OCTÁVIO, José – "A Revolução Estatizada", Coleção Mossoroense, 1984.
PISO, Guilherme – "História Natural e Médica da Índia Ocidental", Instituto Nacional do Livro, Rio, 1957.
POMPEU SOBRINHO, Thomaz – GIRÃO, Raimundo – CÂMARA, Aurélio – "Três Documentos do Ceará Colonial", IOCE, 1967.
PRADO JÚNIOR, Caio – "Formação do Brasil Contemporâneo", Editora Brasiliense, 5ª edição, São Paulo, 1957.
RABELLO, Sylvio – "Cana de Açúcar e Região", Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1969.
ROMEY, Charles – "História da Espanha", Lisboa, 1846.
SALVADOR, Frei Vicente do – "História do Brasil", Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 7ª edição, 1982.
SAMPAIO, Antônio José – "Descrição Geral do Estado do Piauí, Rio, 1974.
SANTOS, Luiz Gonçalves dos – "Memória para servir à história do Reino do Brasil".

SOUSA, José Bonifácio – "Quixadá, de fazenda a cidade", IBGE, Rio, 1960.
SOUSA, Eusébio de – "Álbum do Jaguaribe", Belém, 1922.
SOUTHEY, Robert – "História do Brasil", Editora Obelisco, 1º volume, Rio, 1965.
SODRÉ, Nelson Werneck – "Introdução à Revolução Brasileira", José Olympio Editora, Rio, 1958.
SPIX, John Bapt. von – MARTIUS, Carl. Friedr. Phil. von – "Viagem pelo Brasil", 2º Volume, Livraria Itatiaia, Belo Horizonte, 1981.
STUDART, Barão de – "Notas para a História do Ceará", Lisboa, 1892.
_____. Datas e Fatos para a História do Ceará", Fortaleza, 1896.
STUDART, Guilherme – ver Barão de Studart.
THEBERGE, Pedro – "Esboço Histórico sobre a Província do Ceará", 2ª edição, Secretaria de Cultura do Estado, Fortaleza, 1973.

* * *

Outras Fontes de Consulta: Compilações de Leis, Antologias, Revistas, Jornais etc.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, DESDE O IMPÉRIO, 1832 a 1833, Vol. IV, Ouro Preto, 1833.
COLEÇÃO DE LEIS, DECRETOS, RESOLUÇÕES E REGULAMENTOS DA PROVíNCIA DO CEARA, Tipografia Cearense, Fortaleza, 1844.
_____. idem, Tipografia Fidelíssima, Fortaleza, 1845.
_____. idem, Tipografia Cearense, 1848.
_____. idem, Tipografia Fidelíssima, Fortaleza, 1850.
COLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DO CEARÁ DE 1869, Tomo XXXV, Tipografia Cearense, 1869.
_____. idem, idem, 1870.
COLEÇÃO DOS ATOS LEGISLATIVOS DA PROVÍNCIA DO CEARÁ (1873), Tipografia Constitucional, Fortaleza, 1873.
_____. idem, idem, 1874;

_____. idem, idem, 1875;
_____. idem, idem, 1876;
_____. idem, idem, 1877.
COMPILAÇÃO DAS LEIS PROVINCIAIS DO CEARÁ COMPREENDENDO OS ANOS DE 1835 A 1861, Tomo 111,1856 a 1861, Tipografia Universal de Laemmert, Rio, 1863.
CONGRESSO DOS PREFEITOS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARA, Fortaleza, 1922.
DATAS DE SESMARIAS, Vol. 6, Tipografia Gadelha, Fortaleza, 1926.
DATAS DE SESMARIAS, Vol. 8, Tipografia Gadelha, Fortaleza, 1926.
DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1931), Imprensa Oficial, Fortaleza, 1931.
INQUÉRITO PROCEDIDO PELA INSPETORIA DE OBRAS CONTRA AS SECAS, Publicação nº 62, Série II M (M.V.O.P.), Rio, 1912.
INSTITUTAS, tradução de A. Coelho Rodrigues, Tipografia Mercantil, Recite, 1879.
LIVRO DO CENTENÁRIO DA CÂMARA DE DEPUTADOS (1826-1926), Empresa Brasil Editora Limitada, Rio, 1926.
SUMA ETNOLÓGICA BRASILEIRA, Editora Vozes, Vol. I; Etnobiologia, Rio, 1986.
SUMA ETNOLÓGICA BRASILEIRA, Vol. II, Tecnologia Indígena, Editora Vozes, Rio, 1986.
RELATÓRIOS (MANUSCRITOS) THOMAZ POMPEU SOBRINHO, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Fortaleza.
SUMA ETNOLÓGICA BRASILEIRA, Arte Índia, Vol. III, Editora Vozes, Rio, 1986.
VILLA REAL DE MONTE MOR, O NOVO D'AMÉRICA, BNB, Baturité, 1986.

Revistas

REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, ano LXIII.
REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Fortaleza, 1887.
_____. idem, Vol. 81;
_____. idem, Vol. 88.
"Trópico &", Vol. 2, UFP, Recife, 1969.

Jornais

"Constituição" – 1882.
"Correio do Ceará" – 1916.
"Diário do Conselho cia Província do Ceará" – 1830,1831
"O Pão" – 1896.
"Gazeta da Serra", 1926.